



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

GABRIELLA BEGNINI RIBEIRO

CASA DE CULTURA DO ARAGUAIA
MEMÓRIA E REVOLUÇÃO

Palmas/TO
2022

GABRIELLA BEGNINI RIBEIRO

CASA DE CULTURA DO ARAGUAIA
MEMÓRIA E REVOLUÇÃO

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Arquitetura e Urbanismo para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Édis Evandro Teixeira de Carvalho

Palmas/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R484c Ribeiro, Gabriella Begnini.

Casa de Cultura do Araguaia: Memória e revolução . / Gabriella Begnini
Ribeiro. – Palmas, TO, 2022.

165 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

Orientador: Édis Evandro Teixeira de Carvalho

1. Guerrilha do Araguaia. 2. Revitalização Norte. 3. Amazônia. 4.
Patrimônio Histórico. I. Título

CDD 720

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIELLA BEGNINI RIBEIRO

CASA DE CULTURA DO ARAGUAIA
MEMÓRIA E REVOLUÇÃO

Trabalho de Curso foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Arquitetura e Urbanismo, para a obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Orientador pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07/12/2022

Banca Examinadora:

Prof. Me. Édis Evandro Teixeira de Carvalho – UFT
Orientador

Prof.^a Dr.^a Lucimara Albieri de Oliveira – UFT
Avaliadora Interna

Arq. e Urb. Joseísa Martins Vieira Furtado
Avaliadora Externa

*“A única luta que se perde é que se abandona
E nós nunca
Nunca abandonamos luta
Nunca, nunca.”
Primavera, Don L*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por ter proporcionado o cenário necessário para minha formação acadêmica, profissional e pessoal. À minha mãe, Elisete Begnini, ao meu pai, Francisco Ribeiro de Sousa, concepcionenses de alma, por me introduzirem desde pequena, com enorme carinho, a cidade que os uniu. Agradeço ao meu irmão, Bruno, por todas as vivências conjuntas.

Aos meus tios, que sempre nos receberam de braços abertos em Conceição, que hoje considero minha segunda casa, estarei infinitamente grata por todas as conversas e experiências vividas nesse local. Agradeço especialmente ao meu tio Odair Roberto pelo auxílio, com toda sua expertise, no levantamento métrico desse presente trabalho.

Agradeço aos meus grandes amigos de curso, Lucas Serafim e Mamédio Martins, por serem incentivadores do meu trabalho desde o primeiro dia de aula, por terem feito toda a trajetória na universidade mais suave e por saberem do apreço mútuo que sinto por vocês. À minha grande amiga, Brenda Lima, por sempre tornar minha caminhada mais leve e descontraída.

Agradeço ao escritor Isaú Coelho, por toda sabedoria compartilhada que ajudou a revelar a história local da maneira mais fiel possível. Igualmente, agradeço a irmã Maria Odete Constâncio por me apresentar, com tanta paixão e preocupação pelo patrimônio, os bens da Igreja Matriz de Conceição do Araguaia.

Sou grata ao meu incentivador e orientador Édis Carvalho, por todo conhecimento transmitido, pela paciência, dedicação e know-how empenhados para execução desse trabalho. A cada um dos meus professores, que contribuíram direta e indiretamente para minha formação acadêmica e profissional.

Dedico esse trabalho à minha falecida avó, em sua memória, Antônia Begnini, minha primeira, e eterna, mentora e ao meu avô, nunca conhecido, Natal Viana, que mesmo de paradeiro desconhecido foi meu primeiro exemplo de luta para o povo.

A todos envolvidos nessa caminhada, obrigada!

RESUMO

A preservação do patrimônio histórico no panorama atual é, por si só, um grande desafio. Pensá-la dentro do contexto nortista e interiorano da região amazônica é mais que desafio, é obrigação moral. Esse trabalho vem desnudar a história do sul do Pará, estado da região Norte do Brasil, expor dificuldades recorrentes na trajetória histórica, perceber a riqueza cultural subjugada e conduzir de maneira técnica a conservação de sítios urbanos históricos no contexto da pequena cidade; não os maquiando, mas lhes atribuindo funções sociais. Conceição do Araguaia, município paraense, cabe ao papel de amostra do imenso potencial turístico, econômico, social e educacional de antigas pequenas cidades, que rica em história e cultura, se enxerga mais uma vez esquecida.

Palavras-chaves: Guerrilha do Araguaia. Revitalização. Norte. Amazônia. Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

The preservation of historical heritage in the current scenario is, in itself, a great challenge. Thinking about it within the northern and interior context of the Amazon region is more than a challenge; it is a moral obligation. This research lays bare the history of the south of Pará, a state in the North region of Brazil, exposes recurring difficulties in the historical trajectory, perceives the subjugated cultural richness and manage in a technical way to the conservation of historic urban sites in the context of the small town; not making them up, but attributing social functions to them. Conceição do Araguaia, a municipality in Pará, plays the role of a sample of the immense tourist, economic, social and educational potential of old small towns, which, rich in history and culture, are once again forgotten.

Key-words: Araguaia Guerrilla. Revitalization. North. Amazon. Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Colégio Santa Rosa ao fundo	26
Figura 2 — Mapa da Prelazia de Conceição do Araguaia.....	27
Figura 3 — Inscrições rupestres na bacia Araguaia-Tocantins	43
Figura 4 — Colégio Santa Rosa	44
Figura 5 — Colégio Santa Rosa 2021	44
Figura 6 — Igreja Matriz.....	45
Figura 7 — Igreja Matriz 2021.....	45
Figura 8 — Monumento Primeira Missa	48
Figura 9 — Monumento Primeira Missa 2022.....	49
Figura 10 — Escrita Monumento	49
Figura 11 — Capela e Colégio Santa Rosa	52
Figura 12 — Capela Santa Rosa 2022.....	53
Figura 13 — Capela Santa Rosa vista de dentro	53
Figura 14 — Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição	54
Figura 15 — Interior da Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição.....	55
Figura 16 — Construção da Catedral (1917-1932)	56
Figura 17 — Construção da Catedral (1917-1932)	56
Figura 18 — Construção da Catedral (1917-1932)	57
Figura 19 — Igreja Matriz Atualmente	57
Figura 20 — Frades Dominicanos nos Primórdios da Catequese – 1 Frei André Blatge; 2 Frei Gil de Vilanova.....	58
Figura 21 — Edificação Abandonada Av. Couto Magalhães com R. Intendente Amâncio do Rêgo.....	61
Figura 22 — Edificação Abandonada Av. Couto Magalhães com R. Henry Condreaux	61
Figura 23 — Edificação Rustica Abandonada	62
Figura 24 — Remoção Completa de Edificação no Cruzamento da Av. Couto Magalhães com a Rua Henry Condreaux	63
Figura 25 — Remoção Completa de Edificação na Av. Couto Magalhães	64
Figura 26 — Edificação Vazia à Venda	65
Figura 27 — Edificação Vazia à Venda	65
Figura 28 — Edificação de Tipologias Distintas na Av. Brasília	66
Figura 29 — Edificações em Construção	67

Figura 30 — Reconstrução Praça do Buriti.....	69
Figura 31 — Embarque da borracha em Itaituba – PA.	74
Figura 32 — Antigo Hotel Pilão momento do incêndio.....	89
Figura 33 — Incêndio controlado do antigo Hotel Pilão.....	89
Figura 34 — Restos do Hotel Pilão pós incêndio.....	90
Figura 35 — Construção do centro cultural e turístico	91
Figura 36 — Antes (A) e depois (B) do antigo hotel.	91
Figura 37 — Hotel Cassina em 1910.	93
Figura 38 — Hotel Cassina em estado de ruína.	93
Figura 39 — Fachada principal do Casarão da Inovação Cassina.	94
Figura 40 — Fachadas do Casarão da Inovação Cassina.	94
Figura 41 — Fotografia da circulação sul.	95
Figura 42 — Corte figurativo de soluções bioclimáticas.	96
Figura 43 — Plantas de cobertura, segundo piso, primeiro piso, térreo e subsolo, respectivamente da esquerda para direita.	97
Figura 44 — Acesso do Centro Cultural de Morelia.....	98
Figura 45 — Hall de acesso ao Centro Cultural de Morelia	99
Figura 46 — Vista superior do Centro Cultural de Morelia.....	99
Figura 47 — Planta baixa do Centro Cultural Morelia	100
Figura 48 — Entorno do Centro Cultural Lá da Favelinha	101
Figura 49 — Fachada do Centro Cultural Lá da Favelinha.....	102
Figura 50 — Corte longitudinal do Centro Cultural Lá da Favelinha.....	103
Figura 51 — Terraço do Centro Cultural Lá da Favelinha.....	104
Figura 52 — Terraço em utilização do Centro Cultural Lá da Favelinha	104
Figura 53 — Fachada comercial da antiga Casa Souza Lima.	107
Figura 54 — Fachadas principais do casarão.	109
Figura 55 — Vista 1: Orla do Beiradeiro, 2021.	111
Figura 56 — Vista 1: Orla do Beiradeiro atualmente.....	111
Figura 57 — Orla do Beiradeiro em temporada de praia.	112
Figura 58 — Perfil da via Int. Norberto Lima.	113
Figura 59 — Visão da Av. Intendente Norberto Lima a partir do Casarão Butelo, ao fundo antiga residência do prefeito.....	114
Figura 60 — Vista da Av. Int. Norberto Lima a partir da Av. Couto Magalhães - ao fundo o Casarão Butelo (aprox. 1971).....	114

Figura 61 — Posto de combustível as margens do Araguaia	115
Figura 62 — Antiga fotografia datada de 1971 do Posto Nossa Sra. da Conceição.	115
Figura 63 — Vista 2: Final da via Intendente Norberto Lima.....	116
Figura 64 — Vista 3: Rua Trinta de Maio ao nível do pedestre.....	117
Figura 65 — Vista 4: Rua Dom Sebastião Tomás ao nível do pedestre.	117
Figura 66 — Vista 5: Rua Frei Antônio Sala ao nível do pedestre.	118
Figura 67 — Imagem aérea das avenidas Couto Magalhães e Brasília, respectivamente da direita pra esquerda.....	119
Figura 68 — Vista 6: Av. Couto Magalhães ao nível do pedestre.	119
Figura 69 — Perspectiva do Casarão Butelo.....	124
Figura 70 — Fachada sul existente do Casarão Butelo.	125
Figura 71 — Telhado a partir da fachada sul do Casarão Butelo.....	126
Figura 72 — Fachada Norte do Casarão Butelo.....	126
Figura 73 — Exemplo de aplicação de reboco em lacunas.	127
Figura 74 — Exemplo de tentativa de recuperação de trinca.....	128
Figura 75 — Exemplo de recomposição de grande área.	128
Figura 76 — Presença de umidade e vegetação na fachada sul.	129
Figura 77 — Elemento ausente na fachada norte.	130
Figura 78 — Únicos exemplares de esquadrias existentes no Casarão.	130
Figura 79 — Exemplo de injeção de cimento para consolidação do solo.	136
Figura 80 — Estaca mega finalizada e seus componentes.	137
Figura 81 — Esquema do processo de reforço por estaca mega.	137
Figura 82 — Etapas de execução de estaca raiz.....	138
Figura 83 — Detalhe dos esforços e rotação das ações causados sobre a parede.	138
Figura 84 — Fluxograma	146
Figura 85 — Perfil do terreno.	147
Figura 86 — Perspectiva da implantação existente.....	148
Figura 87 — Perspectiva do projeto final.....	150
Figura 88 — Planta baixa do pavimento térreo	151
Figura 89 — Perspectiva antigo Casarão Butelo.....	152
Figura 90 — Renderização fachada oeste	152
Figura 91 — Fachada principal do Centro Cultural	153
Figura 92 — Perspectiva do palco coberto.....	153
Figura 93 — Perspectiva restaurante.....	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Resumo de patologias observadas em paredes e pilares.....	133
Tabela 2 — Resumo de patologias observadas em pisos.	133
Tabela 3 — Resumo de patologias observadas em esquadrias.	134
Tabela 4 — Resumo de patologias observadas em telhados.	134
Tabela 5 — Resumo das taxas e índices da Legislação Municipal.	140
Tabela 6 — Classificação do edifício com base em Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros.	140
Tabela 7 — Diretrizes projetuais por categoria.....	142
Tabela 8 — Programa de necessidades Setor Ensino e Criação.....	144
Tabela 9 — Programa de necessidades Setor Público Cultural.....	144
Tabela 10 — Programa de necessidades Setor Comercial	145
Tabela 11 — Programa de necessidades Setor Serviço.....	145
Tabela 12 — Metragem total de pré-dimensionamento	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 — Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798).....	24
Mapa 2 — Estado do Pará em 1918, município de Conceição do Araguaia em destaque.....	29
Mapa 3 — Zoneamento da Macrozona Consolidada	59
Mapa 4 — Mapamento comparativo de vazios 2003-2021.....	60
Mapa 5 — Localização da intervenção	110
Mapa 6 — Plano Diretor de Conceição do Araguaia – PA	122
Mapa 7 — Identificação do objeto de estudo	123
Mapa 8 — Mapa de Danos	132
Mapa 9 — Situação existente	147
Mapa 10 — Zoneamento	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATGA	Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CI	Conservação Integrada
CIHD	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional da Produção Mineral
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PIN	Programa de Integração Nacional
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

LISTA DE SÍMBOLOS

<i>L</i>	Litros
<i>p</i>	Pessoas
<i>m</i>	Metros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa	19
2	OBJETIVOS	20
2.1	Objetivo Geral	20
2.2	Objetivos Específicos.....	20
3	METODOLOGIA.....	20
4	HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES	22
4.1	Raízes Do Pará.....	22
4.2	Conceição Do Araguaia: Origens Da Pequena Cidade	25
4.3	Terra Da Borracha	30
4.4	O Obscuro: A Luta Armada.....	31
4.4.1	Força Militar Local.....	34
4.4.2	As Faces da Guerrilha.....	36
4.4.3	Ações Guerrilheiras	37
4.4.4	A Materialidade da Repressão	39
4.4.5	Ecos da Guerrilha	40
4.4.6	O Museu da Guerrilha do Araguaia.....	41
4.5	Transformações: Conceição Do Araguaia.....	42
4.5.1	Influência Dominicana	46
4.5.2	Arquitetura Dominicana	50
4.5.2.1	Capela e Colégio Santa Rosa	51
4.5.2.2	Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	54
4.6	Abandono Do Centro Histórico.....	58
5	DECLÍNIO DO CENTRO HISTÓRICO.....	70
5.1	A Importância Da Memória	70
5.2	O Paradoxo Da Preservação	72
6	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA REGIÃO NORTE.....	73
6.1	Contexto Nortista.....	73
6.2	Percepção Contemporânea	75
6.3	Patrimônio Edificado Em Pequenas Cidades	76

7	REVITALIZAÇÃO COMO ARTIFÍCIO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	79
7.1	Rememoração De Conceitos	79
7.2	As Cartas Patrimoniais E Primeiros Teóricos	81
7.2.1	Cronologia Das Teorias	82
7.3	Referência Teórica.....	84
7.3.1	Teoria do Restauro Crítico Brandiana	85
7.3.2	Teoria de Viñas.....	85
7.3.3	A Teoria Crítico-conservativa e Criativa.....	86
7.4	Sustentabilidade Prática	87
7.5	Estudo De Correlatos	88
7.5.1	Antigo Hotel Pilão: Um caso de reconstrução.....	88
7.5.2	Casarão da Inovação Cassina	92
7.5.3	Centro Cultural Morelia	98
7.5.4	Centro Cultural Lá da Favelinha	100
7.5.5	Considerações construtivas e conceituais.....	105
8	O CENTRO CULTURAL	105
8.1	Motivo Da Escolha.....	105
8.2	Objeto Escolhido.....	106
8.2.1	A Casa Souza Lima	107
8.2.2	Casarão Butelo.....	108
8.3	Entorno Imediato.....	109
8.3.1	Orla do Beiradeiro	110
8.3.2	Avenida Intendente Norberto Lima.....	112
8.3.3	Vias Locais Norte-Sul	116
8.3.4	Avenida Couto Magalhães.....	118
8.4	Diagnóstico Local.....	120
9	A INTERVENÇÃO	121
9.1	Levantamento	121
9.2	Diagnóstico	131
9.3	Solução De Patologias.....	134
9.3.1	Umidade	135
9.3.2	Biológica.....	135

9.3.3	Adições	135
9.3.4	Estrutural	136
9.3.5	Fissuras e Trincas	139
9.4	Orientações Técnicas.....	139
9.4.1	Restauração.....	139
9.4.2	Legislação e Normativas	140
9.5	O Projeto	142
9.5.1	Diretrizes	142
9.5.2	Partido Arquitetônico	143
9.5.3	Programa de Necessidades	144
9.5.4	Desenvolvimento do espaço	146
9.5.5	O Resultado	150
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	BIBLIOGRAFIA	156

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho revela o panorama arquitetônico, social e histórico da cidade de Conceição do Araguaia, no estado do Pará, e demonstra a realidade de muitas cidades interioranas nortistas do país, tal qual sua contribuição cultural e histórica inegável, mas até hoje subjugada, contada por terceiros e muitas vezes obscurecida pelos mesmos.

Historicamente, a região amazônica foi palco de enormes conflitos fundiários, principalmente com o projeto de interiorização iniciado por volta da década de 1960. A população tradicional (camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores e seringueiros) foi, mais uma vez, coadjuvante nesse processo de "evolução" do país. A Amazônia ganhou então seu "título" de colônia de exploração, todos os esforços governamentais foram mobilizados para a consolidação de uma pequena elite na grande região. O golpe militar de 1964 tornou todo esse panorama possível e gerou grande insatisfação na camada política progressista, principalmente na esquerda comunista.

Apesar dos esforços de interiorização, a região norte era somente palco para o enriquecimento de uma pequena elite, o povo de fato, encontrava-se igualmente abandonado. Tais fatos revelam certa invisibilidade da cultura e história da região norte, e isso motiva a execução desse trabalho e demonstra que se deve, então, preservar o que restou e contar a história do povo, de luta, de exploração e de conquistas.

O cenário contemporâneo do recinto da cidade de Conceição do Araguaia, seu centro antigo, matriz originária do processo de urbanização desse município, é de recorrente presença de ações privadas e públicas de descaracterização, pautadas na reconfiguração arquitetônica que não se atém ao aspecto histórico dos bens. Por isso, são inúmeras as ocorrências de abandono, falta de manutenção e mesmo a total supressão das edificações de contexto histórico. Apesar da existência, mesmo tímida, de artifícios de proteção do recinto, as sucessivas equipes de gestão municipal não utilizam as leis reguladoras como maneira de conter o apagamento das expressões de arquitetura da antiga cidade. Arquitetura essa que carrega traços da memória regional, desde a colonização religiosa até o período ditatorial.

Entender os fatos históricos e costumes tradicionais e percebê-los, ainda que nas entrelinhas da sociedade, da cidade e dos indivíduos é de enorme relevância para a criação da memória social coletiva e deve marcar, em seu devido lugar, as modificações humanas no ambiente, sejam elas materiais ou imateriais, sempre farão parte da essência local.

1.1 Justificativa

Pensar o restauro no Brasil atualmente é desafiar o cenário existente; pensar essa ação em uma cidade pequena do interior, no norte do país, é um desafio ainda maior. Conceição do Araguaia, ao sudeste do estado do Pará, encontra-se inserida no processo de descaracterização do seu centro histórico, movida pela apropriação sazonal crescente das parcelas de solo urbano do recinto antigo. Devido à essa exploração principalmente entre os meses de junho e agosto, época de seca e aparecimento de praias fluviais por toda extensão do rio Araguaia, revela-se um processo de utilização temporária comercial dos edifícios do recinto, alguns deles alugados para turistas; outros, demolidos, dão espaço a enormes estacionamentos privados. Essa ocupação mostra-se como um dos principais obstáculos para a preservação do patrimônio histórico da cidade.

O objeto de estudo deste trabalho é a cidade de Conceição do Araguaia.

Localizada no sudeste paraense, a 11,5km da divisa com o Tocantins, pela cidade de Couto Magalhães; o município tem toda sua face leste banhada pelo Rio Araguaia e atualmente tem como limite territorial os municípios de Floresta do Araguaia, Redenção e Santa Maria das Barreiras. Conta com um território de 5.829,482km² (IBGE, 2021)

Conceição do Araguaia, no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, realizado em 2010, apresentava a totalidade de 45.557 habitantes com uma projeção total de 48.115 habitantes para o ano de 2021. Sua densidade demográfica era de 7,81hab/km² (IBGE, 2010).

Banhada pelo Rio Araguaia, possui caráter turístico subjugado, o que revela uma cidade, na maior parte do ano, pacata e de cotidiano simples. Antigo território indígena Kayapó, dominado por iniciativas religiosas de aculturação dos povos originários, e pela migração de camponeses nordestinos de atividades pastoris, demonstra a riqueza de sua história (SILVA, 2007). Seu passado histórico revela um processo de evolução marcado por disputas territoriais e políticas; invasão de terras indígenas; expedições missionárias; exploração de recursos naturais e ainda se encontra envolta no contexto escuso da Guerrilha do Araguaia. A pequena cidade ainda conta com a presença de universidades e institutos.

Esse cenário demonstra enorme competência da região em desenvolver e potencializar o uso de seu centro histórico para fins econômicos, culturais e educacionais. Com isso, este trabalho pretende rememorar a história local e a traduzi-la em arquitetura, além de reafirmar

sua importância no contexto regional e devolver o caráter social de seu centro histórico, por muito deixado de lado.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo a proposição de um centro cultural local de valorização da história e cultura do sudeste paraense, por meio da revitalização de edifícios abandonados no centro histórico de Conceição do Araguaia.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar revisão bibliográfica acerca do assunto pertinente a revitalização arquitetônica e sobre os edifícios escolhidos para intervenção;
- Pesquisar acerca da história da cidade de Conceição do Araguaia;
- Destacar a relação entre história e contemporaneidade;
- Compreender o atual estado do recinto antigo da cidade objeto;
- Realizar anteprojeto de revitalização arquitetônica para os edifícios definidos na etapa de levantamento histórico e arquitetônico.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se pela metodologia indutiva e de abordagem qualitativa, uma vez que objetiva demonstrar a importância do sítio histórico no contexto local/regional com a finalidade de corroborar com a percepção de tais espaços nos diversos cenários das cidades interioranas do norte brasileiro. Possui da mesma forma, traços de análise histórica com a reconstituição do passado e apreciação de duas singularidades e generalidades

Parte-se de uma revisão bibliográfica clássica e contemporânea criando um alicerce sólido de conceitos aplicáveis, seguido de uma pesquisa exploratória de caracterização local que visa, de acordo com Gil (2007), explorar a realidade em busca de maior conhecimento e descrição da área. Da mesma forma que se utiliza da pesquisa documental para apoio legal e/ou normativo e criação de uma linha cronológica de ações públicas ou privadas que possam

impactar a percepção do local, além de servir como amparo básico para acontecimentos históricos dúbios, sendo às vezes contrapostos por informações de habitantes locais que fizeram e fazem parte da história regional.

Por fim, executar-se-á pesquisa em campo para composição de levantamento da edificação escolhida em seus aspectos formais, estruturais, estéticos e históricos que nortearão a elaboração do produto de proposta final, a nível de anteprojeto.

4 HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES

O Brasil é dono de um território de dimensões continentais, o que revela um passado dotado de políticas e estratégias para a manutenção da integridade territorial. A região amazônica, desde o período colonial e principalmente no II Reinado, foi palco de ações de reafirmação de poder motivadas por ameaças externas, como as invasões holandesa, inglesa e francesa iniciadas no Nordeste.

4.1 Raízes Do Pará

Nesse contexto, o início da ocupação do estado do Pará tem como origem tais missões militares de controle, conhecidas como “Colônias Militares”, datadas de 1580-1640, e foram originadas na embocadura do rio Amazonas. Objetivava, primeiramente, uma presença do exército nas regiões mais remotas do país, visto a movimentação das “nações invasoras” que visava o domínio do território das drogas do sertão. Dessa maneira, se deu a fundação de São Luís do Maranhão (1615); Belém do Pará (1616); Macapá (1636) e Manaus (1665), como pontos estratégicos de fortalecimento da soberania portuguesa (PAIM; FRANCHI, 2020).

De acordo com Tavares (2008), após diversos desdobramentos políticos-administrativos de titulação de destituição de capitânicas, passa-se, no final do século XVII e início do século XVIII, pelo processo de expulsão dos holandeses, caracterizada pela violenta intimidação a povos originários, com a construção de fortes próximos as aldeias, a fim de impedir qualquer aliança aos "estrangeiros invasores" e introduzir companhias religiosas "civilizatórias e pacificadoras". Dessa maneira, foram inseridos no contexto nortista as carmelitas; franciscanos, jesuítas e mercedários, distribuídos de maneira a evitar conflitos de jurisdição, ou seja, teriam eles, poderes políticos e religiosos. Os jesuítas foram os mais poderosos do Vale Amazonas, pois a eles foi entregue o poder de gestão de mão-de-obra indígena escrava.

Logo em 1750, o Marques de Pombal assina o Tratado de Limites, e expulsa as ordens religiosas de seu papel; declara liberdade aos indígenas; estimula a miscigenação; estimula de forma ostensiva a importação de trabalho escravo negro e a agricultura de exportação. Elevam-se então, as antigas missões a vilas (Mapa 1) que, de acordo com Machado (1989, apud TAVARES, 2008), apoiadas em quatro elementos: as fortificações; o povoamento nuclear; a criação de unidades administrativas e o reconhecimento geográfico do território.

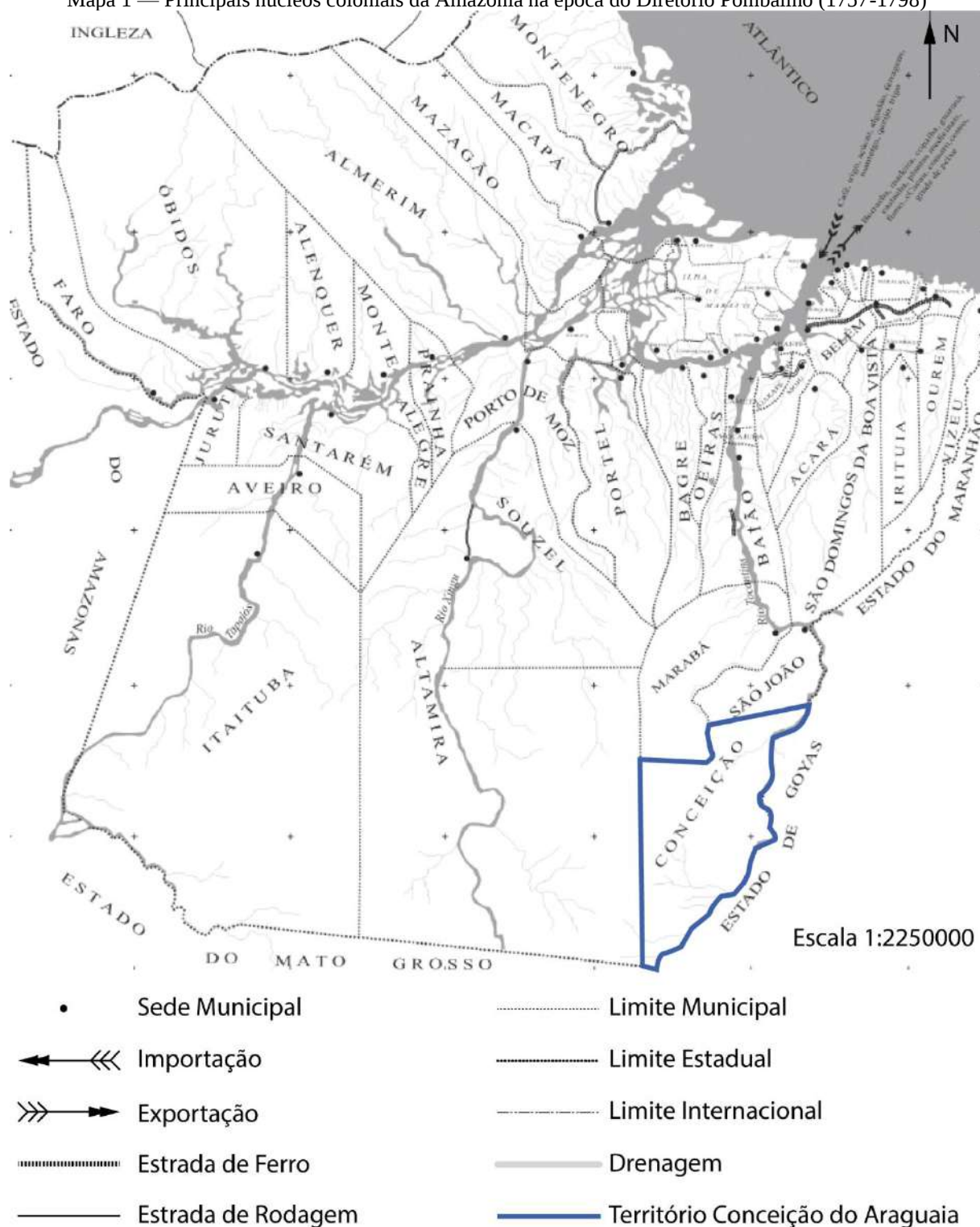
"...Elevou os antigos aldeamentos de missionários à condição de vila (...), passando a funcionar uma Câmara Municipal, cujos vereadores foram tirados da massa indígena..." (REIS, 1971, p. 59-60, apud TAVARES, 2008, p. 62)

Tavares (2008) ainda afirma que a transformação dessas missões em vilas foi apenas formal, visto que houve apenas uma desestruturação da organização produtiva religiosa e por conseguinte, resultou no esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas, a permanecer apenas uma população residual que subsistia por meio da “economia natural” local.

Entre 1835 e 1940, na região norte, observa-se o surgimento da movimentação popular de reação ao autoritarismo, a Cabanagem. Essa, está intimamente ligada ao processo de Independência do Brasil em 1822, que não ocorreu de fato no Pará, devido à forte influência política e econômica portuguesa no Estado. De fato, sua proximidade com a Guiana Francesa possibilitou que os ideais revolucionários franceses chegassem à região amazônica, que desde o século XVIII se via abandonada e empobrecida pelo declínio da economia extrativista cacaueteira (TAVARES, 2008).

Percebe-se então, que a vila e atual cidade que será objeto de pesquisa neste trabalho, mesmo fundada em 1897, possui características de povoamento fruto das mesmas forças de poder simbólicas do início do século XVIII.

Mapa 1 — Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798)



4.2 Conceição do Araguaia: Origens da Pequena Cidade

No princípio, somente os índios habitavam e exploravam as matas e terras do Araguaia paraense. A expansão da pecuária nordestina fez os primeiros criadores maranhenses chegarem à região dos rios Pau D'Arco e Arraias, onde antes habitavam os indígenas Kayapó. Por conta do estilo de vida nômade, estavam habituados a percorrer a região entre os rios Araguaia e Xingu, evitavam ou revidavam os constantes ataques colonizadores e construíram diversas aldeias nos locais que estiveram (SILVA, 2007).

Silva (2007) destaca em seu texto “A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense 1890-1960” que:

A área de campos naturais, que vai da margem esquerda do Araguaia até o início da floresta Amazônica e que era habitada pelos Kradaús, foi transformada, ao longo da última década do século XIX, em fronteira camponesa, no começo com a utilização dos índios nessa conversão das terras tribais e terras camponesas e posteriormente com a extinção deles pelo colonizador. Esse processo foi facilitado porque os índios desse grupo estavam acostumados ao trato com ¹neobrasileiros desde a fundação, em 1859, da missão dominicana de Santa Maria Nova, localizada à margem direita do Araguaia, bem em frente à cidade de Conceição do Araguaia, atual Couto Magalhães (TO); esses índios foram alunos do Colégio Isabel, fundado na década de 70 do século XIX, pelo então governador da Província de Goiás, General Couto Magalhães. (SILVA, 2007; p.03)

Esse processo de interiorização tornou-se mais evidente a partir da fixação de grande número de maranhenses vindo da região de Pastos Bons (Boa Vista e Grajaú) na margem paraense do rio Araguaia. Essa população deslocou-se da região de Boa Vista (atual Tocantinópolis), pressionados pelas disputas territoriais entre o Estado do Maranhão e de Goiás, pós Proclamação da República. Dessa maneira, essas famílias pastoris permanecem algum tempo na região junto ao núcleo catequético de Conceição do Araguaia e estabelecem-se nos campos do rio Pau D'Arco (SILVA, 2007).

Portal da Amazônia Oriental, Conceição do Araguaia é um município brasileiro do sul do estado do Pará. Encontra-se situado à margem esquerda do Rio Araguaia e foi fundada e nomeada por Frei Gil de Vilanova, frade dominicano, em 1897. Conceição foi estabelecida por missionários dominicanos com objetivo de pacificar e aculturar os índios da bacia do Araguaia-Tocantins. Em 1902 já apresentava uma população de dois mil habitantes. Ocorreram ali as primeiras práticas educacionais e relações sociais entre indígenas e não indígenas, em um território conhecido por “sertão bruto” (GALLAIS, 1903).

O Colégio Santa Rosa (Figura 1), a mais antiga escola da região, foi criada pelos missionários dominicanos, no ano de 1902, para educar crianças indígenas, principalmente

Karajás e Kayapós (IANNI, 1978.), e não indígenas do povoado de Conceição do Araguaia. Foi então, responsável pelo pioneirismo educacional na região do Araguaia Paraense e escolarização de pelo menos cinco gerações, tornando-se marco na história da cidade e da população e desenvolvendo suas atividades até o ano de 1952. Tal imposição religiosa cristã católica sobre os originários marcou a fundação do município, relação essa, dada dentro do até hoje considerado território religioso (Figura 2) da Diocese de Conceição do Araguaia (LIMA, 2021).

Figura 1 — Colégio Santa Rosa ao fundo



Fonte: Arquivo pessoal do escritor Isaú Coelho.

Conceição do Araguaia. O povoado e o município, nasceram do encontro, comunhão e antagonismo entre cristãos e índios, sob a direção de religiosos dominicanos e a propósito de bens espirituais e materiais” (IANNI, 1978, p. 9).

Figura 2 — Mapa da Prelazia de Conceição do Araguaia



Fonte: Arquivo Bartolomeu de Las Casas, 2017.

Em 1904 foram descobertas nos arredores da cidade árvores de caucho que acabaram por influenciar o comércio da borracha. De acordo com Wood Schimink (2012), em 1911 a população era composta por cerca de seis mil pessoas, tornando-se posto comercial e ponto de entrega da borracha, atraindo milhares de colonizadores nas décadas de 1920 e 1930.

Entre os anos de 1920-1940, o extrativismo da borracha, castanha-do-pará, pedras preciosas e a agropecuária eram as atividades econômicas que sustentavam a cidade. Também segundo Wood Schimink (2012), nos anos 1930 e 1940, o garimpo de pequena escala e o aumento do preço da borracha devido a Segunda Guerra, estimularam temporariamente a demanda por produtos agrícolas e consequentemente a circulação de dinheiro na região, cuja comunicação e comércio eram feitos pela bacia Araguaia-Tocantins e por avião.

Mesmo com a explosão da atividade gomífera¹ na Amazônia, muitos municípios foram expandidos na região sul do Pará, em decorrência, também, da economia da castanha. Nota-se que estas cidades como: São João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Marabá e Altamira, estão localizadas às margens de vias fluviais importantes para a logística de circulação de bens e pessoas como o rio Araguaia, Tocantins e Xingu (Mapa 2).

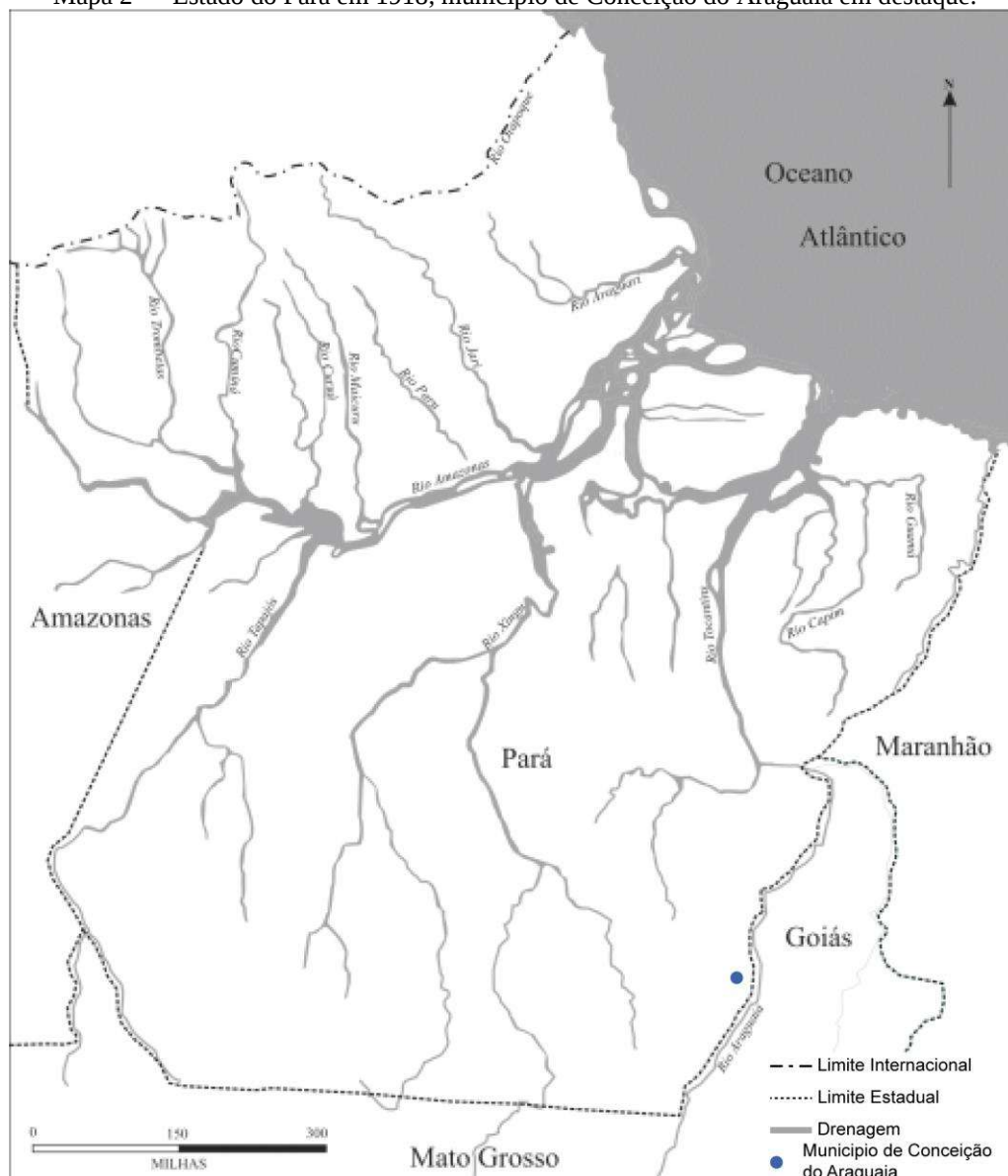
A expansão da economia pastoril se deu pela utilização de terras indígenas Kradaús em terras camponesas, como anteriormente citado. As trilhas indígenas foram convertidas nas primeiras estradas boiadeiras e suas aldeias foram bases de fixação por todo curso do rio Arraias e Pau D'Arco. No século XIX, na década de 1990, esse processo se intensificou com a vinda de muitos maranhenses que se deslocaram para a margem paraense do Araguaia devido a conflitos políticos de fronteira entre os estados de Goiás e Maranhão (VELHO, 1972).

A falta de perspectiva econômica das sociedades rurais tornou a exploração mineral uma atividade extremamente atrativa para os brasileiros desprivilegiados, a promessa de saída da pobreza de forma simples e rápida encontrou no sudeste do Pará um local abandonado pelo poder público e rico em recursos naturais. Nos anos 1970, a garimpagem tinha conotação positiva pois foi usada pelo governo militar como forma de incentivar a colonização da Amazônia. Um dos garimpos mais conhecidos do sudeste do Pará na década de 1980 eram de Serra Pelada, no município de Curionópolis, e o Cumaru-Redenção-Tucumã, em Cumaru do Norte, cujo ainda encontram garimpeiros até hoje. É importante ressaltar que desde 1980, havia presença do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM e da Docegeo (empresa

¹¹ Atividade econômica típica do ciclo da borracha; gomífero é aquilo que dá ou contém goma.

de pesquisa da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD), até então empresa estatal, que visava controlar e orientar as diferentes atividades desenvolvidas ali, bem como a presença de demais órgãos federais e estaduais (VEIGA; SILVA; HINTON, 2002).

Mapa 2 — Estado do Pará em 1918, município de Conceição do Araguaia em destaque.



Fonte: Weinstein, 1993; adaptado pela autora, 2022.

A cidade vê-se então marcada por uma ocupação de exploração de recursos naturais de alto valor de comércio. Importante destacar a construção da conhecida rodovia Belém-Brasília (BR-153), entre 1950-1970, pois foi ela a primeira via de conexão terrestre oficial do sul do Pará com o restante do país, assim influenciou de forma direta a ocupação do interior do Estado e de maneira indireta, o desenvolvimento econômico da cidade de Conceição do Araguaia, ao passo que mobilizou grande quantitativo de trabalhadores por longo período de tempo. Contudo, o avanço da rodovia gerou uma grande leva de migrantes à região, por isso esse foi

um momento de grande tensão agrária entre fazendeiros vindos de regiões mais desenvolvidas e pequenos agricultores locais, além de madeiras e garimpos que se expandiram com o avanço da ocupação (CARVALHO, 2020).

Junto à rodovia, avança uma frente pioneira capitalista proveniente do centro-sul do país, têm-se início o processo de privatização das terras devolutas do Estado do Pará, viabilizado pela aliança de interesses do governo do Pará e dos “empresários da terra”. A partir da década de 60 do século XX, essas terras públicas, já privatizadas, serão vendidas a lucros exagerados para grupos econômicos nacionais e internacionais, sediados no centro-sul do Brasil (SILVA, 2007).

A construção da rodovia demonstra uma antiga estratégia, agora no período militar brasileiro, de ocupação, colonização das áreas mais remotas do país para reafirmar a presença do Estado. Um processo acelerado de ocupação territorial, violento e massivo, enfatiza Martins (2009). Esse grande “Boom” populacional na região amazônica, planejado tal qual o acontecido no Brasil colônia, inclusive com sua característica de afirmação de soberania, revela mais uma vez o Norte sendo enxergado como colônia de exploração da antiga colônia de exploração.

4.3 Terra da Borracha

A utilização da borracha é feita pelos indígenas desde o período pré-colombiano, e foi levada à Europa desde o “descobrimento”, mas chamou atenção apenas após as primeiras pesquisas e divulgações do conhecimento científico acerca dela, em 1747 (BICCA; BICCA, 2006). A Floresta Amazônica é habitat natural de espécies produtoras de látex, o qual é extraído por meio de incisões no tronco de árvores como a Seringueira e o Caucho, o segundo com menor qualidade. A seiva era transformada em bolas consistentes por meio do processo rudimentar de defumação, para enfim serem transportadas e comercializadas. Os Estados Unidos importaram, desde 1800, borracha oriunda do Pará, que em seguida conquistou mercados como a Europa.

Ainda conforme Bicca e Bicca (2006), a procura pelas concentrações dessas árvores favoreceu o processo de interiorização do norte, difícil território cada vez mais adentrado pelos coletores em busca de novos pontos de extração. A exportação da borracha bruta alcançou enorme volume de produção devido à crescente demanda internacional, a região Amazônica era a única fornecedora mundial do produto na época, o que resultou, por volta de 1910, a uma rápida decadência produtiva e consequentemente econômica quando a Ásia, em especial a China, decidiu ser competidora a partir do plantio sistemático.

Um grave obstáculo para o desenvolvimento econômico Amazônico foi sua escassa população, e como resultado era um dos temores políticos regionais que o contingente não conseguisse atender a nova demanda, o que de fato ocorreu, aos poucos foram dali afastados os agricultores de subsistência. A restrita mão-de-obra favoreceu a vinda de nordestinos expulsos pela seca e miséria, estimulados por uma falsa propaganda de melhoria de vida; essa população apenas encontrou uma dinâmica econômica análoga à escravidão, no qual era quase impossível livrar-se (TAVARES, 2008).

Assim como aconteceu com produtos agrícolas e as “drogas do sertão”, a economia da borracha, para os seringueiros, continuou sendo baseada no escambo, ou seja, na troca de borracha bruta por artigos manufaturados trazidos da metrópole; dessa maneira, diferente da economia do café, não houve a consolidação econômica da riqueza gerada por ela. Além disso, a ausência do Estado contribuiu para essa diferença de reflexos entre a cadeia produtiva e econômica do café e os efeitos efêmeros da economia da borracha (BICCA; BICCA, 2006).

4.4 O Obscuro: A Luta Armada

Antagonista na história do Brasil, a região norte é historicamente identificada por seus conflitos fundiários e relações de subordinação. Notadamente, a partir da década de 1960 os projetos políticos direcionados ao norte do país intensificaram tais conflitos. A “terra sem gente”, ou em termos mais técnicos, “vazio demográfico”, se configurava como um enorme problema para o desenvolvimento do país, pois “necessitava” ser povoada e integrada ao restante do Brasil (SOUZA, 2019).

De acordo com Souza (2019), na verdade, buscava-se novos mercados consumidores para os produtos industrializados do Centro-Sul, necessitavam de novas oportunidades de trabalho para os nordestinos, vindos do cenário de seca e pobreza na agricultura, como mão-de-obra barata para exploração do potencial minerador, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com foco na exportação. Os investidores do sul buscavam novas terras e os internacionais tinham interesses especulativos nas terras amazônicas; os militares preferiam chamar de “segurança nacional”, mas de fato temiam uma guerrilha rural desencadeada pela revolta nordestina.

A construção da Transamazônica revela o desejo do governo em guiar a colonização da região, transferindo trabalhadores rurais sem terra do Nordeste e do Sul do Brasil para a Amazônia. Esse processo ocasionou diversos conflitos, afinal privilegiava sempre uma minoria aliada ao governo federal. O Programa de Integração Nacional — PIN, que tinha por objetivo

desenvolver e integrar a região, acabou por perpetuar a concentração de poder econômico e político nas mãos de uma pequena elite local. Intensificou-se o deslocamento compulsório, remanejamento e expulsão de locais, resultando em conflitos sociais e fundiários envolvendo comunidades tradicionais “agricultores, povos originários, pescadores, quilombolas, seringueiros, etc.) que se viram reféns em suas próprias casas, lutando para permanecer nos territórios por elas historicamente ocupados (REIS, 2013).

Incontestavelmente, segundo Reis (2013), os planos e projetos de modernização conservadora do governo federal, por meio da expansão da fronteira econômica e demográfica ignorava a população local, as excluindo de decisões sobre o futuro de seu território, desconhecendo e desprezando a realidade por elas vividas, por vezes deslocadas compulsoriamente, impossibilitando a manutenção de seus hábitos e modos de vida. Os habitantes locais não apenas tiveram que resistir às violências dos latifundiários, mas também à falta de apoio governamental.

Junto ao contexto ditatorial, no subsolo da história latino-americana brasileira, existe um dos mais importantes movimentos populares ocorridos no Brasil. O Movimento popular de resistência armada, a Guerrilha do Araguaia surgiu com intuito de combater o regime autoritário de 1964. Encabeçado por revolucionários do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, inspirados por movimentos socialistas sucedidos em Cuba, com os ideais de Che Guevara e táticas de guerra da China de Mao Tse-Tung. Sua composição, além dos líderes partidários, era feita, principalmente por estudantes universitários, operários, profissionais liberais e camponeses, as referências mencionam o contingente de 70 guerrilheiros, número que revela a enorme disparidade quando comparado ao contingente das forças militares repressoras (NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS. 2017).

A guerrilha só pegou em armas de fato após a instauração do Ato Institucional número 5 – AI 5, ocorrido em dezembro de 1968, colocando fim a qualquer liberdade e democracia ainda existentes.

Este Ato autorizava ao governo a violação de correspondências, também as tropas militares poderiam adentrar nas residências sem ordem judicial, e assim todos os direitos do cidadão foram extintos. Se alguma pessoa fosse classificada como resistente ao governo militar passava a ser perseguida, presa, exilada, entre outros. (NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS. 2017; p. 03)

Por volta de 1968, os militantes enfraquecidos concentram forças em uma última cartada: o campo. Um grupo instalou-se às margens do Rio Araguaia, na região conhecida como “Bico do Papagaio”, entre os estados do Pará, Maranhão e Goiás, hoje Tocantins. Escolhida por conta do difícil acesso e baixa presença do Estado, o que facilitou o vínculo com os locais, visto

que os Paulistas, guerrilheiros que chegavam, passaram a desenvolver atividades profissionais de ajuda comunitária, atraindo assim muitos simpatizantes, pois pela primeira vez em muito tempo a região se via amparada de certa maneira. Por isso, a comunidade local não suspeitou que se tratava de um movimento revolucionário, mas esses ideais de mudança e liberdade na luta contra os latifúndios despertaram o interesse do governo em combater os revolucionários (NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS. 2017).

"O PC do B, sem assumir a responsabilidade pela organização da guerrilha, aponta para os moradores do Araguaia o caminho aprendido na China. (...) Sem luta, não se fará revolução. O povo do interior deve levantar-se para exigir direitos, juntar-se aos trabalhadores das cidades, aos estudantes e a todos que se rebelem contra os poderosos. Unidos, se tornarão invencíveis." (MORAIS; SILVA, 2005, apud NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS, 2017, p. 04)

Baseados em experiências guerrilheiras em outros países, os idealizadores do movimento de resistência armada encontraram no sul do Pará e Bico do Papagaio, condições propícias para o pleno desenvolvimento da guerrilha. A região se encontrava abandonada pelo poder público, marcada por conflitos agrários e do ponto de vista do desenvolvimento econômico se encontrava parada no tempo, isolada. Todas essas condições indicaram o possível sucesso da guerrilha, pois acreditava-se que a população camponesa, pobre e explorada seria um apoio potencial. Visando a conquista desse apoio, muitas vezes, tanto guerrilheiros quanto Forças Armadas utilizaram-se de táticas de disfarce, compartilhando o mesmo modo de vida e até mesmo defendendo seus interesses para construir relações de confiança, que só resultaram em um clima de insegurança (REIS, 2013).

Reis (2013) ainda destaca que, do dia para a noite, os camponeses do Araguaia se viam em meio ao fogo cruzado, envolvidos em uma luta armada entre guerrilheiros e Exército Brasileiro, forças completamente desproporcionais. No percurso desses embates, camponeses tiveram seus direitos violados, submetidos a vigilância, prisões ilegais, coação, torturas e até mesmo execuções. Sua maneira de viver e meios de subsistência foram destruídos.

A região, ainda hoje é marcada pela memória da guerrilha, pois há necessidade de reorganização dos movimentos camponeses que promovam o reconhecimento das experiências históricas ali ocorridas. Essas populações perderam não só suas terras, seus meios de produção, perderam também a conexão aos valores culturais, perderam uma rede de relações sociais que fortaleciam o sentimento de pertencimento (REIS, 2013). A Guerrilha do Araguaia, ainda hoje parece uma ferida não cicatrizada na história regional, uma pedra no caminho que ninguém se

arrisca a tirar, mas que deve ser levantada, deve-se observar e aprender com os caminhos da história, para que não a repita.

4.4.1 Força Militar Local

"Soldados do Araguaia", documentário dirigido por Belisario Franca, retrata e imortaliza relatos de ex-agentes de baixa patente do Exército Brasileiro que atuaram de forma ativa na guerrilha rural do Araguaia. Jovens sul-paraenses entre 18 e 22 anos, na época, relatam de maneira sensível vivências históricas, e demonstram como os acontecimentos passados atingem suas vidas pessoais até hoje.

A maioria das produções audiovisuais que tratam o tema Ditadura Militar, pelo menos desde a década de 1980, o fazem a partir da ótica daqueles que se opuseram ao regime; Soldados do Araguaia, por sua vez, o faz de maneira contrária. O filme de Franca tem como narradores personagens aqueles que trabalharam para repressão entre 1972 e 1974, oito ex-soldados recrutados na região norte que testemunharam o extermínio dos guerrilheiros e atuaram no combate à guerrilha do Araguaia. Trata-se do que Fernando Seliprandy, historiador, define como "documentário convencional de entrevista": composto por múltiplas vozes, de caráter assertivo e que formam uma narrativa linear e coerente com uso ilustrativo de imagens de arquivo (ANDRIOLI, 2018).

Como tantos jovens marginalizados social e geograficamente, esses oito ex-militares viram no exército um caminho para obtenção de uma mínima estabilidade financeira e movimentação social. O alistamento obrigatório normalmente em pequenas cidades, principalmente no abandonado norte do país era quase sinônimo de dispensa, mas para esses jovens não foi uma realidade. Importante ressaltar que foram recrutados apenas os filhos da classe trabalhadora, de outro lado, os jovens bem relacionados, "filhos de bacanas", foram dispensados do fardo. O Exército Brasileiro, visto o conhecimento prévio da guerrilha rural na região sudeste do Pará, enxergou na fase de alistamento a possibilidade de recrutamento de jovens locais. "Apenas fomos escolhidos por sermos filhos da região", afirma um dos entrevistados, e de fato, nota-se no decorrer da história o descarte desses indivíduos da instituição logo após a última guerrilheira assassinada e o uso de seus conhecimentos geográficos e relações com a comunidade local a favor da instituição (FRANCA, 2017).

Em seus depoimentos é recorrente a dor física causada pelas torturas sofridas sem nenhum motivo aparente – a partir do momento em que entraram no exército, esses jovens

foram vítimas do treinamento de tortura, onde eram os torturados, e que visava a dessensibilização aos atos que viriam a praticar; e a dor moral, ao serem dispensados sem qualquer reconhecimento das Forças Armadas Brasileiras ao fim das operações no Araguaia, carregando apenas memórias e culpas.

"(...) a tortura praticada contra os soldados não visava extrair deles qualquer informação; os guerrilheiros capturados, por sua vez, foram sumariamente assassinados, seus corpos, vilipendiados, sua memória, enterrada. Nesse caso, aliás, impressionam alguns relatos que remetem ao procedimento nazista de, nas câmaras de gás, dar aos prisioneiros à beira da morte todo o instrumental para a higiene pessoal, tornando mais verossímil a mentira que os conduzia ao extermínio – no Araguaia, alguns guerrilheiros foram lançados de um helicóptero em pleno voo, o que era ironicamente chamado de “viagem para Brasília”, e, antes da realização de tal “viagem”, lhes era oferecida justamente a possibilidade de se higienizarem." (ANDRIOLI. 2018; p. 01)

Conforme o filme de Franca (2017), os agora soldados, retirados a força de sua zona de conforto majoritariamente agrícola e de cotidiano simples, se veem frente a uma guerra que não sabiam quase nada a respeito, eram apenas máquinas de guiar e matar, cumprindo ordens sem mais, sem qualquer treinamento prévio. "Fomos levados para servirmos como bucha de canhão" cita um dos entrevistados, revelando sua visão crítica pós acontecimentos. Obrigados a agirem contra seu próprio povo camponês, utilizaram diversas vezes da técnica de terra arrasada, para que os guerrilheiros não obtivessem formas de subsistência, mas que de toda forma atingiam a população local pois a mesma também se via expropriada, sem maneiras de subsistir, sucumbindo à fome. "Eles eram os donos da lei!" Afirmam os ex-soldados sobre seus superiores, que mandavam e desmandavam na região, afirmação essa que é facilmente comprovada por inúmeros arquivos confidenciais armazenados e disponíveis para consulta junto ao Arquivo Nacional.

A estratégia militar utilizada nos anos de chumbo, assim como no Araguaia, foi o uso de performances. Grandes manobras militares realizadas nas pequenas cidades tinham como intuito demonstrar o poder bélico, mesmo que apenas performático, e reforçar a força simbólica do Exército Brasileiro na região. Os superiores dos entrevistados, por mais de uma vez, são caracterizados como verdadeiros sádicos. Todavia, a psicóloga Janne Calhau e o psicanalista Eduardo Losicer, da Clínica do Testemunho, destacam que essa espetacularização e sadismo não eram características puramente individuais, se tratava de uma política de Estado, o terror de Estado; e enfatizam que essa espetacularização e terror recorrente até hoje dentro das forças militares têm um objetivo definido, a reafirmação de poder (FRANCA, 2017).

Fato é que o recrutamento dos filhos da região foi apenas temporário, não houve amparo do exército em nenhuma ocasião. Os jovens foram liberados com mãos vazias e mentes cheias

e tornaram-se homens herdeiros de uma memória perturbadora. É importante evidenciar que a Guerrilha do Araguaia fez vítimas em todos os âmbitos, e sobretudo, promoveu mudanças drásticas na camada regional mais pobre, os trabalhadores e suas famílias se viram reféns em mais esse episódio obscuro da história Brasileira.

4.4.2 As Faces da Guerrilha

A vida é determinada por ações, escolhas exclusivamente humanas, esses, são livres para fazer suas opções morais que determinarão a história. O sentido da própria existência está na importância de cada instante, únicos e decisivos (KIERKEGAARD, 1972). Para Sartre (1973), o ser humano é feito de escolhas, e assim está condenado à liberdade. Pensar de maneira existencialista², talvez, seja a mais didática maneira de explicar como as forças de poder simbólicas atuaram no período ditatorial, em especial no recorte temporal da Guerrilha do Araguaia.

Por meio de narrativas orais camponesas locais, que demonstram a barbárie como arma de repressão, a tese de Corrêa (2013), narra os assassinatos brutais praticados pelo estado. Devido ao pequeno número de guerrilheiros sobreviventes, poucos deles testemunhas oculares, só é possível acessar a memória e reconstruir os episódios a partir da ótica camponesa. Por estarem mais próximos ao povo, os militantes desempenhando papéis de professores, farmacêuticos, médicos e similares, se torna simples entender o porquê da população, abandonada pelo Estado, ligar-se tão fortemente as figuras dos "paulistas"³. Costa (2020), em sua pesquisa, realiza entrevistas com homens e mulheres que viveram e ainda vivem na região. Esse trabalho demonstra como quase a totalidade das mulheres entrevistadas, perderam seus companheiros para a violência de Estado. Percebe-se que eram comuns civis, trabalhadores rurais, extrativistas, normalmente vindos do nordeste ou do antigo Estado do Goiás, que foram submetidos pelo exército a um período de isolamento, sem o trabalho na roça e sem a permissão de saírem de suas casas; aqueles que cooperavam, por vezes obrigados a trabalharem para a polícia, eram alimentados com as rações das Forças Armadas, os demais era deixados à própria

² O existencialismo é assim caracterizado, em primeiro lugar, pelo fato de questionar o modo de ser do homem; e, dado que entende este modo de ser como modo de ser no mundo, caracteriza-se em segundo lugar pelo fato de questionar o próprio 'mundo', sem por isso pressupor o ser como já dado ou constituído. ((ABBAGNANO, 1984 apud EWALD, 2008, p. 156);

³ Nomenclatura popular que faz referência aos militantes que migram para a região do Araguaia.

sorte. Dessa maneira, percebe-se que os terroristas, como chamavam os militantes, não eram parte do terror, que se instaurou somente após a presença extensiva das forças militares.

A igreja católica, presente na região do Araguaia paraense desde as missões de catequização, no contexto local apoiou veladamente as ações guerrilheiras assistencialistas e de denúncia às perseguições promovidas por grileiros e militares e sofridas pela população local. Assim, se opôs ao projeto político-estratégico dos militares, pavimentando uma relação conflituosa, que resultou na prisão de importantes figuras religiosas do contexto; padres, freis, freiras e missionários eram agora enxergados como comunistas subversivos. Embora moderada, essa aliança aos "paulistas" foi de fundamental importância para a resistência guerrilheira (NASCIMENTO, 2000).

Os tensos momentos finais desse acontecimento histórico revelam a dissolução da unidade guerrilheira. Por algumas vezes ex-guerrilheiros destacam certo sentimento de traição por parte do PC do B. Jonas (Josias Gonçalves) relata que se deslocou ao Araguaia para "um trabalho de assistência social no interior" e não parra uma guerra. Já alguns moradores relatam que nos momentos finais da vida do guerrilheiro Simão (Cilon Cunha Brum), o mesmo sentia o abandono do partido para com os guerrilheiros (CORRÊA, 2013). Dessa forma, percebe-se que a fragmentação das conexões entre os militantes envolvidos desencadeou no isolamento dos indivíduos, e assim, seja por falta de ações do próprio partido, ou por impossibilidade dessas ações, as personas encontram-se de fato abandonadas.

Diante disso, reconhece-se que o momento histórico é permeado por uma infinidade de atores, ativos e passivos. O terror de estado, legitimado durante a ditadura militar de 1964, não atingiu apenas grandes centros, ela também aconteceu nas menores localidades urbanas e rurais do interior do Brasil, sobretudo na região sudeste do Pará e norte do antigo estado de Goiás. Todavia, essa memória vem se esvaindo do imaginário local, afinal seu principal suporte ainda é verbal, parte do povo mais antigo, e se encontra cada vez mais raro.

4.4.3 Ações Guerrilheiras

Corrêa (2013), em sua tese "As Memórias dos Guerrilheiros", destaca por meio da rememoração de vivências dos combatentes, como o sonho de um país mais justo e igualitário, moveu, por volta de 1960-1970, estudantes secundaristas e jovens profissionais liberais a instalarem-se na selva Amazônica, às margens do rio Araguaia, ao sul do Estado do Pará. O objetivo era deflagrar uma insurreição revolucionária, em conjunto com os camponeses, que

culminaria na revolução socialista do Brasil. No início, eram cerca de 79 guerrilheiros na região, pobremente armados, mas movidos pelo ideal de revolução. A face oposta, o exército Brasileiro, contava com todo aparato estatal, mas desconhecia o povo e a região.

Tanto as Forças Armadas quanto o PC do B, costumam dividir a guerrilha em três etapas. A primeira, em abril de 1972, consistiu em uma busca exploratória acerca das "atividades subversivas" ao sul do estado. A segunda campanha, ou "Manobrão", em setembro do mesmo ano, constituiu-se do envio de 3.250 militares, de três forças armadas, de 9 estados (CORRÊA, 2013). Essa etapa demonstra a necessidade de manifestação de controle e poder por parte do Estado Brasileiro, mas que apesar dos esforços, não conseguiu liquidar o movimento revolucionário naquele momento. Entre outubro de 1972 e 1973, houve o chamado "Período de Trégua", momento no qual os guerrilheiros se estabeleceram e ocuparam o território. Até esse ponto, há extensa quantidade de documentos e esclarecimentos sobre as baixas, e ao que se sabe, as Forças Armadas Brasileiras estavam desenvolvendo um combate de acordo com as Leis de Guerra, conforme as Convenções de Genebra.

O início da terceira campanha é marcada pela assimilação das táticas guerrilheiras pelos militares, à paisana, que passam a estabelecer certa confiança com a população local (CORRÊA, 2013). Essa foi a mais violenta e obscura fase, que se apossou da calma interiorana comum e a colocou em um espaço de guerra sanguinária. Corrêa ainda evidencia que, a partir da decapitação de Ari (Arildo Valadão), o 19º assassinado, nenhuma outra morte ficou registrada em quaisquer documentos oficiais, criando uma enorme fissura documental histórica.

"Depois que a cabeça de Ari foi entregue na Base de São Raimundo, nos dias subsequentes, os militares divulgaram entre os moradores da região uma espécie de tabela de preços pelas cabeças dos guerrilheiros. Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos, e 10 mil cruzeiros se mortos. Com 5 mil cruzeiros, dava para comprar 10 vacas, ou um sítio de 20 hectares na região. Com 10 mil cruzeiros, dava para comprar um Fusca, o automóvel mais vendido na ocasião." (CORRÊA. 2013; p. 77)

Dessa maneira, o Estado Brasileiro terceiriza a luta e oficializa a barbárie, transformando em assassinos de aluguel o pacato povo. Esse momento histórico foi marcado por torturas e perseguições, a militantes políticos opositores e a população civil. De acordo com Souza (2019), a dinâmica baseou-se na naturalização do conceito de "inimigo interno", a fim de estabelecer controle e opressão, não só aos opositores políticos declarados, mas a todos aqueles que não eram considerados "cidadãos-modelo". Importante destacar que a essa altura, vista a desestruturação dos princípios minimamente humanos que restavam, os guerrilheiros

que permaneceram estavam decididos a optar pela vida como corpo político⁴. Por fim, após o assassinato de Osvaldão, uma dúzia remanescente de guerrilheiros havia se espalhado pela Amazônia, e foi exaustivamente caçada por 250 militares guiados por camponeses locais. Foram abatidos um a um, sendo marca do fim da guerrilha a execução de Val, Walkíria Afonso Costa, a última guerrilheira (CORRÊA, 2013).

4.4.4 A Materialidade da Repressão

A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos condenou o Estado Brasileiro por crimes cometidos em um de seus mais sangrentos episódios da história, durante a ditadura cívico-militar (1964-1985), a Guerrilha do Araguaia.

Souza (2019), emoldura fatos palpáveis, sob os auspícios do Ministério da Justiça, da Defesa, da então Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos — CEMDP, além de supervisão do Ministério Público Federal. Realizou prospecções e escavações no que foram duas bases militares entre os estados do Pará e do Tocantins, na época Goiás, conhecida como Bico do Papagaio.

As prospecções nas bases, com vistas à localização de enterramentos, e a proposta de um olhar para as materialidades não esqueléticas de tais contextos surgiram como alternativas a impossibilidade de envolvimento direto com os remanescentes humanos nas áreas cemiteriais, quase que sob exclusiva intervenção do aparato forense policial e médico-legal do Estado. Como resultado, foram muitos artefatos e informações circunstanciais obtidas das intervenções, mas o destino destes materiais, uma vez coletados, era pouco claro, assim como não estava claro o destino de outros materiais sistematicamente coletados em etapas anteriores. Este doutorado nasce da preocupação em salvar as coisas encontradas no âmbito das investigações, para que não se perdessem pelos corredores de instituições pouco acessíveis, como testemunhos materiais da repressão (...)O Museu de arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo surgiu como o lugar mais viável para abraçar, mesmo que temporariamente, este conjunto, e o doutorado como caminho para possibilitar sua análise pormenorizada e sua salvaguarda. (SOUZA. 2019; p. 26)

Em suma, o que se depreende da situação demonstrada pelo autor é que toda ação humana produz vestígios, que transmitem informações e podem ser interpretados para a reconstrução de uma narrativa. Têm-se que destacar que boa parte dessas materialidades ainda

⁴ Conceito de Hannah Arendt que categoriza a natalidade de potencialidade política, ou seja, “o poder político nascido do próprio povo” (OLIVEIRA.2007, p.209); um corpo amplamente revolucionário.

se encontram sob a jurisdição da força militar, cuja clareza dos processos e destino dos objetos não é satisfatória. Da mesma maneira, sublinha-se a escassez de espaços qualificados no estado do Pará, para a manutenção dos artefatos dentro do seu contexto, a fim de que esses possam se tornar conhecimento local, regional e alcance, de fato, o conhecimento geral.

4.4.5 Ecos da Guerrilha

Em 1987, o Brasil foi denunciado diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos — CIDH da Organização dos Estados Americanos — OEA, por diversas entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro; o Centro pela Justiça e o Direito Internacional e pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo. A denúncia atendeu o anseio de 22 familiares de guerrilheiros em localizarem os restos mortais de seus parentes. Em 2010, após longo embate judicial, a CIDH considerou o Brasil culpado pela falta de punição aos responsáveis pelos desaparecimentos e mortes, e determinou a busca imediata aos corpos guerrilheiros (SOUZA, 2019).

A Comissão Nacional da Verdade — CNV, reconheceu, em 2014, um total de 434 mortes e desaparecimentos ocorridos durante a ditadura militar, os colocando inclusive, em ordem cronológica. Arildo Valadão, o Ari, ocupa a 298ª posição no documento, enquanto a última guerrilheira, Walkíria Afonso Costa, a guerrilheira Val, ocupa a 365ª posição (CNV, 2014).

Em São Domingos do Araguaia, cidade palco de episódios violentos durante a ditadura, foi criada a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia — ATGA, em 10 de dezembro de 2005. A entidade tem como máxima a defesa dos direitos sociais dos camponeses torturados durante o movimento, busca a conquista de anistia política para os mesmos. Em julho de 2009, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro visitaram a cidade e pediram perdão publicamente a 44 camponeses que receberam anistia e remuneração financeira mensal e vitalícia pelos danos causados pelo Estado Brasileiro, mas a lentidão do processo é fato inegável (NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS, 2017).

É importante frisar o papel fundamental que a ATGA tem desempenhado, pois representa os camponeses e busca defender os interesses de um povo humilde, na maioria dos casos sem estudo, que residem em áreas de difícil acesso; não raro vivem em moradias indignas e situação financeira precária, e geralmente não possuem consciência dos seus direitos e nem atitude para buscá-los. Daí a necessidade de existirem mecanismos que propiciem a estas pessoas a posse do que lhes é devido legalmente. (NASCIMENTO; MUNDOCO; SANTOS, 2017; p. 08)

A Lei nº 6.683/1979 ou Lei da Anistia, ainda em vigor em período ditatorial foi usada como base de defesa dos camponeses torturados; ela prevê a extinção de qualquer punição prevista no código penal brasileiro, podendo inclusive ser usada em caráter retroativo, o que muitos acreditavam privilegiar torturadores, todavia a legislação Brasileira tem como imprescritível o crime de tortura. São mais de 120 anistiados que receberam não só indenização financeira, mas também contaram com pedido formal de perdão do Estado.

4.4.6 O Museu da Guerrilha do Araguaia

Em São Geraldo do Araguaia habitava o antigo Museu da Guerrilha que, em 2017, de acordo com o Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos, sofreu ataque criminoso e foi incendiado por Eduardo Lemos Porto, ex-proprietário e ex-agente do Centro de Inteligência da Marinha na ditadura militar. Em 2016, a diligência da Comissão de Verdade do Pará com apoio da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará — UNIFESSPA o visitou e recolheu importante acervo produzido pela Comissão Pastoral da Terra e pela Prelazia de Conceição do Araguaia entre os anos 1970/1980. O museu se encontrava em situação deplorável, abandonado e com estrutura abalada; alguns documentos originais foram recuperados e recolhidos para exposição.

Nesta pesquisa revelou-se que, durante mais de vinte anos, o museu serviu de fachada para ações de monitoramento, vigilância e fonte de informações. Alguns desses materiais etnográficos e documentais foram recolhidos e vendidos por Eduardo que logo abandonou o museu.

Os documentos recolhidos comprovam, ainda, que a estrutura de vigilância e de informações aos órgãos de segurança do Estado perdurou até a década de 2000 e que indígenas e o movimento dos camponeses que lutam para conquistar reconhecimento e reparação, ligados à Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia (ATGA), foram monitorados pela estrutura clandestina. (FONTELES FILHO. 2017)

O incêndio criminoso ao prédio, construído pelo Batalhão de Engenharia do Exército e cedido em 1986 ao ex-agente para instalação do Museu de História Natural da Amazônia mudou de nome na década de 1990, pode ter sido apenas uma coincidência, resposta ao tráfico de drogas, mas também uma tentativa de apagar provas de crimes cometidos no Araguaia ditatorial.

Dessa forma, este presente trabalho revela o potencial histórico deturpado e pouco explorado do sudeste do Pará, bem como a inexistência de espaços qualificados para a manutenção da história no local onde foi forjada. Como já citado, não é incomum o

deslocamento de artefatos históricos para grandes centros de exposição, e isso não se demonstraria um problema se esse conhecimento gerado a partir de bens materiais retornassem ao seu local de origem, afinal fazem parte da história de uma comunidade e devem gerar saberes também onde o fato ocorreu. Fato é que a região norte do país não possui uma base distribuída e sólida de museus, casas de cultura ou similares que favoreça a manutenção do seu acervo histórico em terras nortistas e que se torne fonte de interesses turísticos e concomitantemente econômicos para a região.

4.5 Transformações: Conceição Do Araguaia

O projeto de ocupação massivo da Amazônia, incentivado pela expansão da malha rodoviarista brasileira, desencadeou o surgimento de problemas ambientais e sociais enfaticamente significativos. A frente de expansão da Amazônia Legal revelou o espaço de antítese entre grupos sociais distintos, o indígena e o branco. Martins (2009) considera esse processo como gerador de tensões sociais, tornando o sul do Pará, um espaço de conflito, onde as antíteses dos protagonistas da história foram postas em destaque.

Nesse sentido, o sociólogo destaca que essa fronteira é lugar de conflito, sistematicamente marcado por desencontros de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos (indígenas e brancos) ocupa diferentes lugares no tempo da História. Conceição do Araguaia, se vê historicamente sublinhada pela dificuldade em minimizar conflitos e estabelecer consensos a respeito do uso e ocupação territorial, visto que as forças simbólicas de poder são contrastantes.

Junto à redemocratização do país, na década de 1980, os movimentos sociais rurais, junto à ajuda da igreja católica, organizaram-se. Nesse contexto, ainda era presente a exploração desenfreada da madeira e de regiões auríferas. O município de Conceição do Araguaia, foi palco de incontáveis conflitos agrários, mas para além disso, foi cidade suporte para expansão da fronteira na região sul do Pará. Ademais, as mobilizações dos trabalhadores rurais, na década de 1990, resultaram em políticas de investimento em assentamentos rurais (CARVALHO, 2020).

Atualmente, no município, resistem diversos assentamentos fruto dessas demandas sociais, além da agropecuária, a cidade têm alicerces no funcionalismo público, aquicultura, comércio e dedica-se a exploração do Rio Araguaia para o turismo na época de seca (junho/julho). O território conserva referências histórico-culturais significativas, como o Sítio

Arqueológico Lajedo do Cadena e suas inscrições em pedra (Figura 3), indícios da presença de civilizações primitivas na bacia Tocantins-Araguaia; o conjunto urbanístico dominicano as primeira metade do século XX, destaca-se o Colégio Santa Rosa (Figura 4 e 5), Capela, Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição (Figura 6 e 7) e o Hospital São Lucas; além das diversas expressões culturais imateriais, seus festejos e procissões fluviais em homenagem à padroeira Nossa Senhora da Conceição, a festa do Beirarubu, tradicional comemoração folclórica. Cabe destacar, de maneira igualmente importante, a relação dos ribeirinhos, oleiros, barqueiros e pescadores que possuem íntima relação com o Rio Araguaia (CARVALHO, 2020).

Figura 3 — Inscrições rupestres na bacia Araguaia-Tocantins



Fonte: J. A. Fonseca 2013.

Figura 4 — Colégio Santa Rosa



Fonte: Acervo da exposição Trilhando a História de Conceição do Araguaia, 2018.

Figura 5 — Colégio Santa Rosa 2021



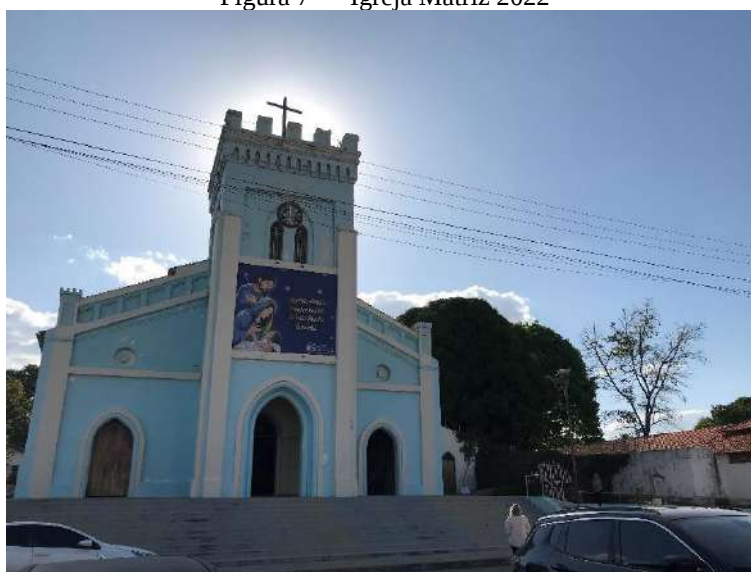
Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 6 — Igreja Matriz

**Igreja Matriz**

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957.

Figura 7 — Igreja Matriz 2022



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Perante a diversidade de riquezas naturais, materiais e imateriais percebe-se a necessidade de desenvolver práticas de estudo e divulgação da rica cultura sul-paraense, visando sua salvaguarda, reconhecimento e valorização. Práticas essas que incluem fornecer significado a pequena cidade, muitas vezes desconhecidos pela própria população, e mais ainda pelo restante do país. Esse não é um caso isolado de apagamento histórico, grande parte das pequenas cidades veem sua história se esvaír por falta de pesquisas e de políticas públicas que

garantam, de forma viável socioespacial e economicamente, a conservação de bens materiais importantes para a memória e construção da identidade social e local.

4.5.1 Influência Dominicana

Essencial é falar sobre a origem da cultura arquitetônica da cidade. Assim que Frei Gil Vilanova estabeleceu-se no povoado, deu-se início ao projeto de catequização indígena, originários daquele sítio, projeto esse que desde o período colonial é marcado por "missões civilizatórias" de matriz europeia, branca e cristã (CARVALHO, 2020).

Frei Gil Vilanova, ou pelo nome de batismo Júlio Vilanova, nasceu em 1851, em Marselha, França. Estudou direito e foi parte da guarda nacional francesa. Decidiu, em 1875, entrar para ordem dominicana, e em 1876 declarou seus votos à ordem, essa por sua vez, foi expulsa da França em 1879 e refugiou-se na Espanha (LAUZIÈRE, 1934). Frei Gil percorreu longo trajeto até fundar a Catequese de Conceição do Araguaia; primeiro desembarcou no Rio de Janeiro, em 1887, e seguiu para a diocese de Goiás. Em 1890, após passagem pelo convento de Goiás, seguiu para Porto Nacional, onde realizou excursões atrás de índios do Araguaia, até fundar a missão e futura cidade de Conceição do Araguaia, em 1896 (CAIXETA, 2014).

As expedições de Frei Gil partiam de Porto Nacional rumo a norte, sua rota era delimitada pelos principais rios da região. Nota-se então a importância dos rios na região do vale Araguaia-Tocantins, constituindo-se como eixo de deslocamento.

Iam pelos Rios Tocantins até o rio Araguaia, de um lado. Do outro, percorriam o Jalapão, vasto triângulo entre o Tocantins e os limites do Maranhão, Piauí e Bahia. Era-lhes confiada também a zona de São José do Duro, antigo campo de ações jesuítas, que suspeitamos ter sido visitado pelo Padre Antônio Vieira. Enfim, no extremo norte do Estado, chegavam à confluência dos dois grandes rios amazônicos, portanto os limites do Pará (AUDRIN, 1946, p. 57).

As expedições eram feitas objetivando o mapeamento da área, em busca de aldeias indígenas, com o propósito de estabelecer contato direto e obter algumas crianças para o início do trabalho de catequese. A estratégia usada era a persuasão, por meio de benfeitorias, a tentar criar laços de confiança entre brancos e indígenas. Apesar das promessas tentadoras, casos de maus tratos foram recorrentes.

Essa generosidade deveria dispor os índios a confiar seus filhos aos missionários. Frei Gil fazia promessas tentadoras. Educaria as crianças até os 15 ou 16 anos; os pais

poderiam ir vê-los em Porto Nacional, onde lhes seria feito o melhor acolhimento; terminada a educação voltariam à aldeia, com vinte novilhas que se prometia oferecer-lhes.

O chefe aprovava essas combinações, porém com reservas. Não era inimigo da instrução. Do Rio trouxera papel, tinta, canetas e chegara a firmar contrato com professor para vir lecionar na Aldeia. Passados alguns dias os alunos desapareceram porque o professor castigava-os. Proibidos ficaram, então, para corrigi-los usar meios violentos, pelo contrário, exigia um compromisso formal de alimentá-los bem (LAUZIÉRE, 1934. p.9).

Conforme Carvalho (2020), mesmo com todos os esforços de negociação pacífica, as violências sofridas pelas crianças do povo Kraô resultaram na recusa em confiar seus filhos aos dominicanos. Foram diversas as expedições de Frei e seus expedicionários, em busca dos povos Xerente, Kraô, Xavante e Caiapós. Vale destacar que esse desbravamento da região só foi possível, pois entre os expedicionários havia dois indígenas encarregados de vencer os desafios impostos pelo ambiente.

Após três tentativas fracassadas de fundação da catequese, Frei Gil retorna a Porto Nacional onde dedicou-se ao cargo de Superior, pelo Capítulo Provincial de Mazéres, na França em 1890. A quarta e última expedição de Frei Gil saiu de Leopoldina, atual Aruanã - GO, descendo o rio Araguaia até Barreira de Santana – PA, à margem esquerda do rio. Ali encontram famílias que fugiam do conflito em Boa Vista, atual Tocantinópolis - TO em busca de terras mais férteis e calmas. Algumas dessas famílias instaladas em Barreira vinham travando relações com os indígenas Caiapós, notícia empolgante para os missionários. Por fim, Frei Gil conquistou apoio da aldeia Caiapó em troca de cabeças de gado, e firmou em Barreira o Centro de Catequese Indígena, porém em 1896 a localidade foi acometida por uma enorme enchente e destruindo a capela construída no arraial (AUDRIN, 1946).

Audrin (1946) salienta que o episódio foi interpretado pelos dominicanos como intervenção divina, indicando a necessidade de novo território predestinado à catequese. Mesmo arrasado com a enchente, Frei Gil encontra-se com o viajante, geógrafo e historiador francês Henrique Coudreau, a serviço do governo do Pará. Coudreau realizava no sítio o levantamento do curso dos rios Tapajós, Xingu e Araguaia-Tocantins, caracterizando e mapeando, chegou a Barreira de Santana em 1897 e se reuniu com os dominicanos.

Os padres acreditam na intervenção divina, predestinação, mas, quem salva e orienta mesmo é Coudreau e, antes dele, os nativos. O território indicado por Coudreau está relacionado aos aspectos geográficos, e não na intervenção divina. O local indicado encontra-se à margem esquerda do Araguaia, no território do Pará, um ponto alto, garantindo maior segurança durante os períodos de cheia do rio Araguaia. (CARVALHO, 2020)

Seguindo as recomendações do geógrafo, Frei Gil desce o Araguaia a 120km abaixo de Barreira de Santana, exatamente a 8°15 ao sul da linha do equador (mesma latitude de Recife), e encontra depois das corredeiras do "Caldeirão" e de "Três Portas" o que veio a ser o Centro de Catequese de Conceição do Araguaia, futura sede do município. Após a transferência da catequese, negociou-se junto aos chefes Caiapós o deslocamento das crianças, que foi realizado com êxito. Além dos indígenas, os sertanejos que acompanharam Frei Gil em Barreira de Santana também se deslocaram com intuito de ajudar a construir a missão. Assim, realizou-se uma missa consagrando ali Conceição do Araguaia, em homenagem católica, europeia e não nativa (CARVALHO, 2020).

Figura 8 — Monumento Primeira Missa



Monumento no Local da 1.ª Missa

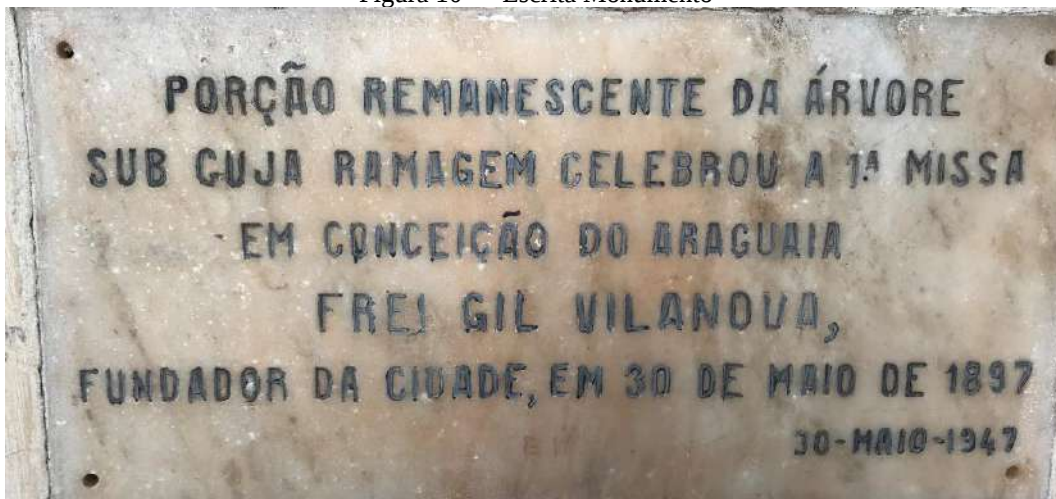
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957.

Figura 9 — Monumento Primeira Missa 2022.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 10 — Escrita Monumento



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

O que seria uma aldeia Caiapó tornou-se uma pequena vila com título de Baião e logo foi anexada à diocese de Belém do Grão-Pará (1909). A "escola missionária" era aberta a todos os colonizadores, mesmo que houvesse dificuldades de adaptação das comunidades indígenas ao modelo simbólico cultural extremamente oposto ao seu, segundo Pacheco e Freire (2006, apud CARVALHO, 2020, p. 39).

Constantemente o indígena era associado a indisciplina, vistos como gulosos, ladrões, vulneráveis e vingativos pelos olhos dos dominicanos. Eram apresentados como atrasados e

primitivos, e deveriam se curvar à cultura superior e usavam esses argumentos para fundamentar a necessidade de criar um centro de catequese para "amansar" os selvagens, com intuito de possibilitar a ocupação e exploração do território sem a obstrução dos originários (AUDRIN, 1946).

O centro de catequese transformou-se em referência e o povoado cresceu consideravelmente, em 1898 eram mil habitantes, atraídos pela disponibilidade de terras. Com o crescimento populacional causou problemas de abastecimento, esses foram contornados pela exploração de terras entre Conceição e o córrego São Luiz; com união de forças entre missionários, indígenas e famílias migrantes, foram estabelecidas roças de mandioca, arroz, produção de rapadura, queijos e afins (CARVALHO, 2020).

Para além da força simbólica missionária, os indígenas da região experienciaram a ocupação dos exploradores da borracha, a partir de 1904. Essa invasão foi marcada por violência e caos, a nova leva de exploradores possuíam hábitos conflitantes com aqueles pregados pelos missionários, e os indígenas ocupavam espaço de massa de manobra, ora usados pelos evangelizadores, ora pelos aventureiros. Em 1909, abriu-se uma pequena estrada de conexão entre os seringueiros do Araguaia e os seringueiros do Xingu, novamente atingindo de forma direta os povos originários, pois a estrada passava junto às aldeias dos rios Arraias e Pau d'Arco (CARVALHO, 2020). Exploração de mão de obra para extração, carregamento e transporte da borracha e assimilação dos vícios da nova civilização foram algumas das consequências imediatas da transformação, demonstrando os conflitos sociais vividos pelos indígenas e as frentes de expansão civilizatória contrastantes (AUDRIN, 1946).

4.5.2 Arquitetura Dominicana

Face às dificuldades de catequização promovida pelo cenário local, em 1902, Frei Gil vai a França solicitar ajuda à Ordem Dominicana, e retorna ao Brasil com quatro auxiliares, irmãs da congregação *Moteiles*, e dois colaboradores, com intuito de fundar uma escola de meninas na região do Araguaia. Nessa ocasião, o Colégio Santa Rosa foi fundado em 1903, e abrigava crianças Carajás e Caiapós, em primeiro momento atendendo apenas moças e índias (CARVALHO, 2020).

Em 1906 chegaram mais três irmãs: Maria Rafael, Eugênia Maria e Antonina (LUZ, 2004, p.103). Entre muitas outras irmãs que se seguiram no Colégio Santa Rosa, irmã Odete (2011, p. 30) cita irmã Inês, auxiliar de Frei André Blagét na construção da

Catedral Nossa Senhora da Conceição (1917-1934); irmã Colomba Maria dedicou seu tempo com alunas e alunos na construção do aeroporto (1942); irmã Josefa no trabalho doméstico e tantas outras. (CARVALHO, 2020)

Conforme esclarece Carvalho (2020), o educandário também recebia filhas de comerciantes, fazendeiros, burgueses da região; além disso, moças de família carentes também poderiam ali estudar, desde que prestassem serviços de manutenção do internato. O colégio também serviu como ambulatório até que em 1960 foi inaugurado, no dia de São Lucas, o ambulatório que hoje abriga o Hospital São Lucas. Percebe-se então a importância do trabalho social desenvolvido pelas irmãs no atendimento à população de Conceição do Araguaia, tanto no Colégio Santa Rosa como no Hospital São Lucas. As atividades dominicanas encerraram em 1979, o colégio foi entregue a prefeitura municipal e passou a ser utilizado por diversas instituições educativas, sendo na década de 90 sede da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e em 2018 sede da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o que permanece até hoje, mesmo com estrutura precária.

4.5.2.1 *Capela e Colégio Santa Rosa*

Seguindo um padrão de construção comum de alvenaria, o colégio Santa Rosa era composto por salas de aula, refeitório, banheiros, dormitórios e horta (CARVALHO, 2020). Sua estrutura era consideravelmente mais simples quando comparada a capela anexa. Essa, por sua vez, seguia o mesmo padrão arquitetônico da Igreja Matriz, visto que as duas ocupam cenário de destaque no contexto urbano. Tanto a Diocese de Conceição do Araguaia quanto Carvalho em seu trabalho, caracterizam, erroneamente, a Igreja Matriz (1917-1934) e a Capela Santa Rosa (1917-1932) como de "padrão estético arquitetônico gótico"; mas sabe-se que o período arquitetônico gótico se sucedeu na Idade Média, época que o Brasil como território sequer havia sido descoberto e explorado. É possível identificar, por meio de análise visual e documental, a existência de características como arcos ogivais, verticalização, torres ornadas por rosáceas e maiores quantidades de portas e janelas quando comparada ao gótico genuíno, além de serem construções realizadas entre 1917 e 1934; o que retrata e qualifica esses edifícios como expressões do estilo arquitetônico eclético: neogótico tardio.

Todo apanhado de edificações eclesiásticas, do hospital à grande igreja, foi executado com matéria prima local, visto que o acesso à cidade, por meio de barco, era complexo e oneroso. Do Araguaia foram tiradas pedras, calcário e argila, da mata virgem local fez-se o uso

da madeira; tijolos e cimento vieram de técnica artesanais de produção, tudo aos cuidados de Frei André Blatge (LUZ, 2018, apud CARVALHO, 2020). Observa-se na imagem (Figuras 11) que a Capela e o Colégio Santa Rosa ocupavam o mesmo terreno, o prédio em formato "L" abrigava a capela em uma das pontas e o dormitório das internas em outra, além de possuir um pátio interno com jardins e espaço de convivência; o frontispício da capela, suas portas e janelas, fazem uso dos arcos ogivais em referência a arquitetura religiosa europeia, já seu interior (Figura 13) é formado por uma planta livre com estrutura do telhado em tesouras de madeira.

Figura 11 — Capela e Colégio Santa Rosa



Fonte: Acervo da Exposição Fixa do “Espaço Memória” Conceição do Araguaia/PA.

Figura 12 — Capela Santa Rosa 2022



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 13 — Capela Santa Rosa vista de dentro

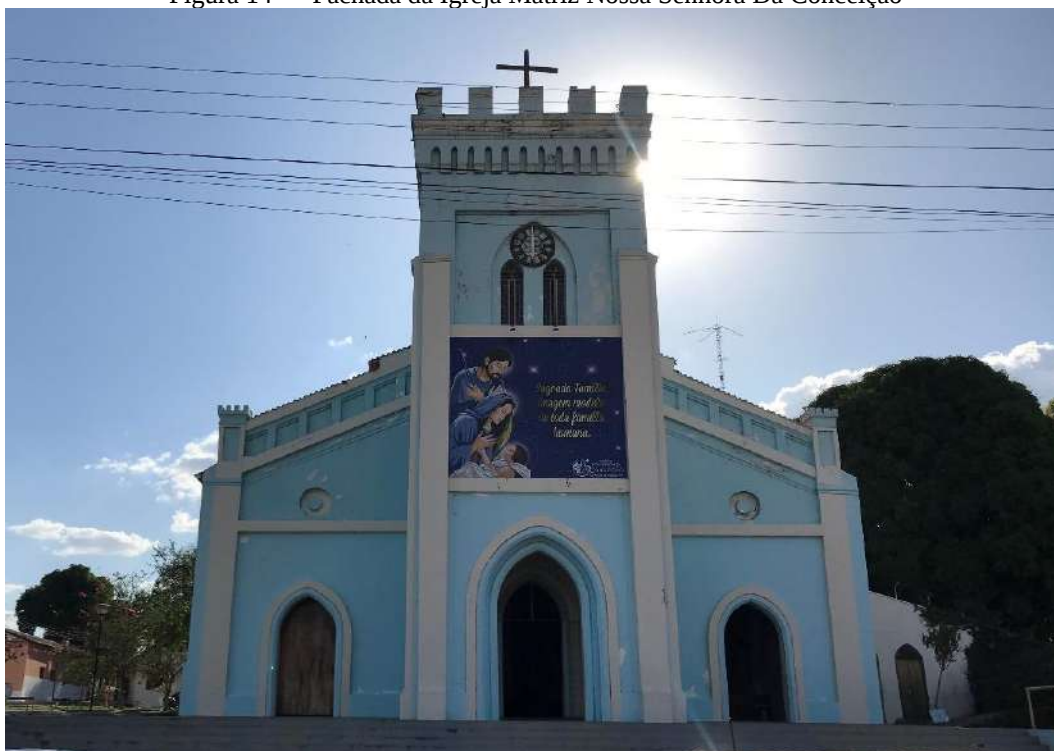


Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

4.5.2.2 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição

A Igreja Matriz de Conceição do Araguaia localiza-se no largo criado para seu destaque. Em frente ao Rio Araguaia, no ponto mais alto do perfil local do terreno, erguida ainda mais por seus degraus de entrada, característica clássica das construções religiosas.

Figura 14 — Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

A edificação possui três portais de entrada principal, a respeitar simetria e hierarquia de importância, cada um deles concede acesso a uma das três naves. O portal central localiza-se sob a torre de semelhança românica e possibilita ingresso a nave central; as duas demais, em menor escala, cedem entrada as naves laterais.

Seu interior, apesar de modesto, como Carvalho (2020) comenta em seu trabalho, evoca aspectos como a separação de naves por composições de colunas atenienses que a assemelham a maneira de ser da Basílica de Santa Maria Maior, em Roma. As colunas, além de separar as naves da igreja, são reforços estruturais de apoio à suspensão do teto, esse por sua vez, composto também por tesouras de madeira.

Figura 15 — Interior da Igreja Matriz Nossa Senhora Da Conceição



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Identifica-se da mesma maneira, a presença de arcos ogivais (Figura 15), marcado por dois arcos simétricos que se cortam em ângulo, sendo essa forma utilizada de maneira recorrente em todas as edificações da diocese que ocupam aquele mesmo recinto.

Assim como na Capela Santa Rosa, foram usados os mesmos materiais regionais. Devido aos meios de condução limitados, usaram uma tropa de quinze burros de carga, com duas viagens ao dia, para buscar calcário na margem do rio. A Ubá, canoa feita de tora, transportava as pedras até a margem, pedras essas que eram queimadas, peneiradas e ensacadas para beneficiar o calcário. A Diocese descreve o processo e a mão-de-obra variada.

Além de fiéis, dos índios (que buscavam pedras em suas ubás), as próprias Irmãs se desdobravam carregando pedras, com “rodilha” na cabeça, em cima do véu. As pedras eram beneficiadas e colocadas nos alicerces, unidas a base de cal (trazidas do Goiás) e barro de cerâmica. Ainda restam (nos fundos da catedral) alguns exemplares dos jatobás plantados, com o objetivo de serem queimados nas “caieiras”, na produção dessa argamassa que substitui o cimento (ALMEIDA, 2011, p 21, apud CARVALHO, 2020, p. 55).

A construção da Catedral é representada pelas fotografias (Figura 16, 17 e 18). Evidenciam-se os andaimes (Figura 18), o carril artesanal e os instrumentos utilizados na construção; observa-se também o salão, as janelas e arcos utilizados no interior.

Figura 16 — Construção da Catedral (1917-1932)



Fonte: Acervo da Exposição Trilhando a história de Conceição do Araguaia no “Espaço Memória”, 2018.

Na outra fotografia (Figura 17) nota-se as colunas de sustentação, evidenciando o corredor central e as naves laterais.

Figura 17 — Construção da Catedral (1917-1932)



Fonte: Acervo da Exposição Trilhando a história de Conceição do Araguaia no “Espaço Memória”, 2018.

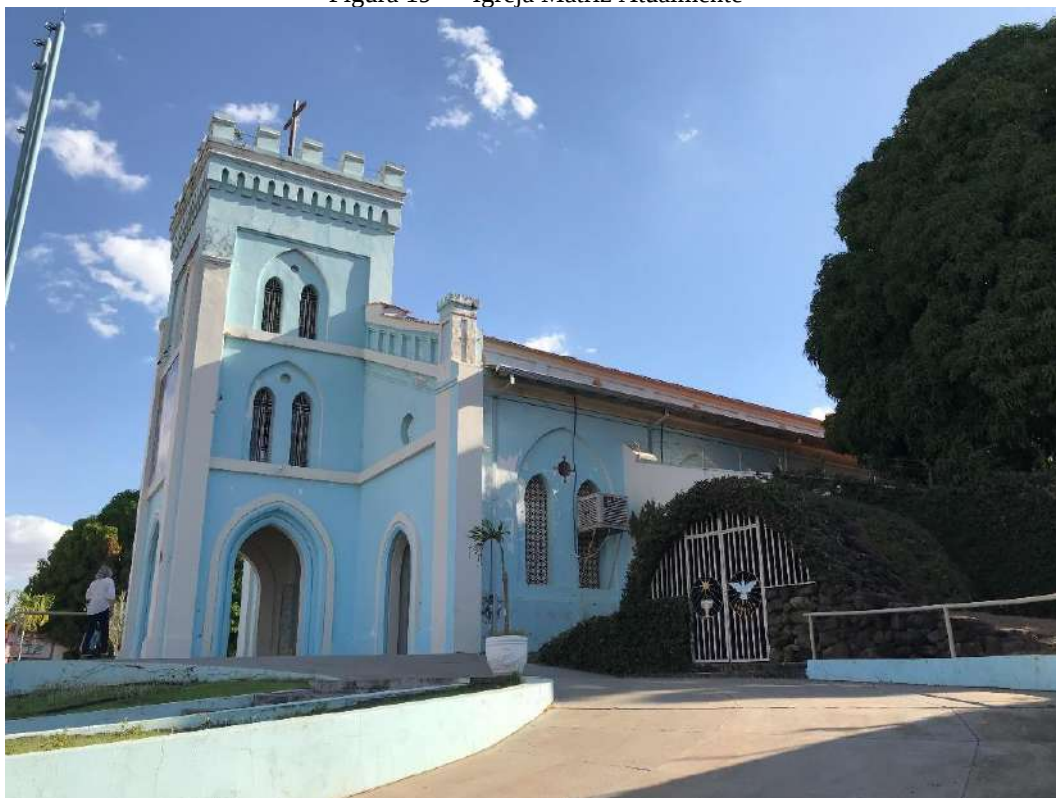
A vista lateral (Figura 18) destaca a construção da torre e os portais em formas ogivais.

Figura 18 — Construção da Catedral (1917-1932)



Fonte: Acervo da Exposição Trilhando a história de Conceição do Araguaia no “Espaço Memória”, 2018.

Figura 19 — Igreja Matriz Atualmente



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Todo esse cenário demonstra a relevância do patrimônio material na consolidação, não só do projeto missionário, mas consequentemente de toda a estrutura básica da cidade de Conceição do Araguaia e sua região. O Arquiteto responsável pela construção da capela, colégio e igreja, foi Frei André Blatge (Figura 20, enumerado 1), e o legado de suas obras ainda permanece evidente. Legado esse que revela a maneira de ocupação do território, esmiúça questões acerca da história e cultura local e transparece nas forças simbólicas que ali se mostram presentes. Estes edifícios são vestígios de antigos habitantes, dotados de carga estilística e apelo temporal/histórico. Essas histórias e tantas outras, recorrentes não só em Conceição do Araguaia, mas na grande parte das pequenas cidades, sobretudo na região norte, amazônica, devem ser preservadas, inventariadas, reveladas e redescobertas pois são o cerne da história do povo brasileiro dessa região.

Figura 20 — Frades Dominicanos nos Primórdios da Catequese – 1 Frei André Blatge; 2 Frei Gil de Vilanova

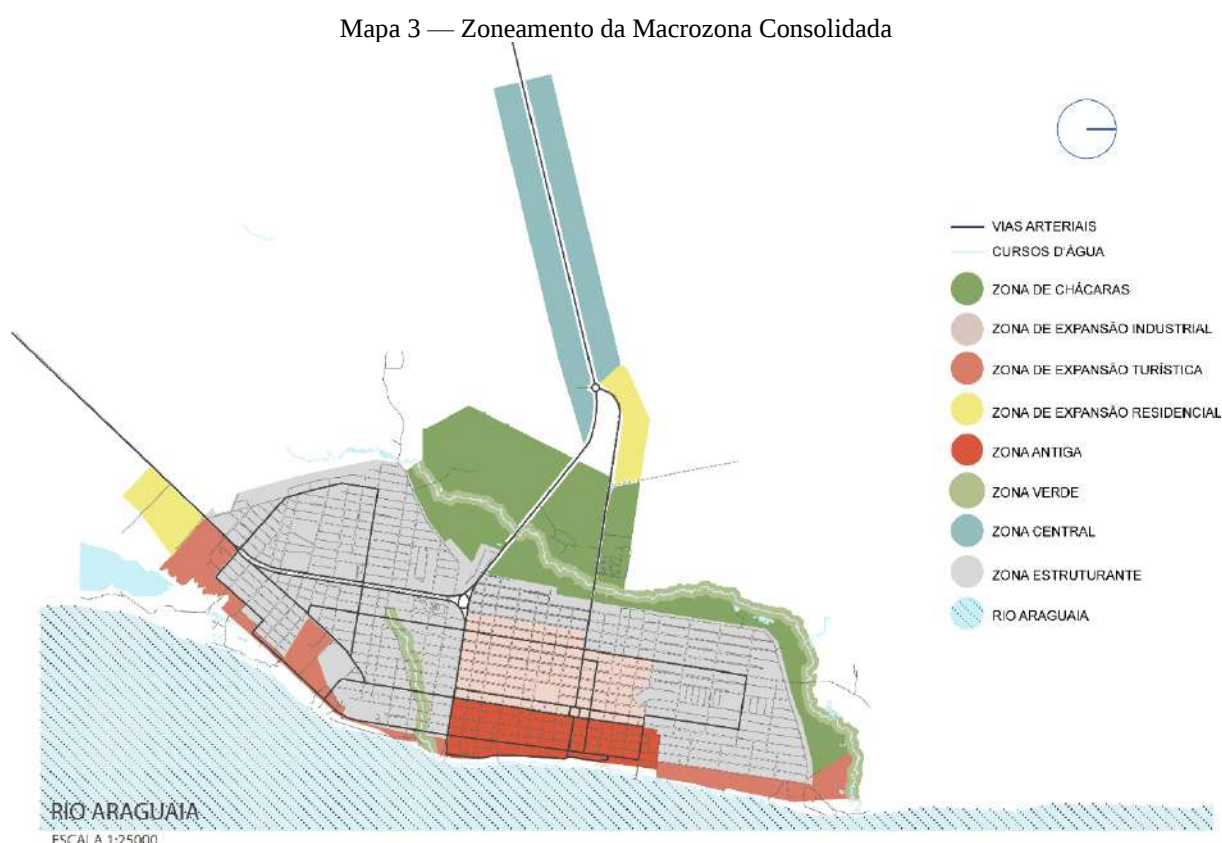


Fonte: Acervo da Exposição Fixa do “Espaço Memória” Conceição do Araguaia/PA.

4.6 Abandono Do Centro Histórico

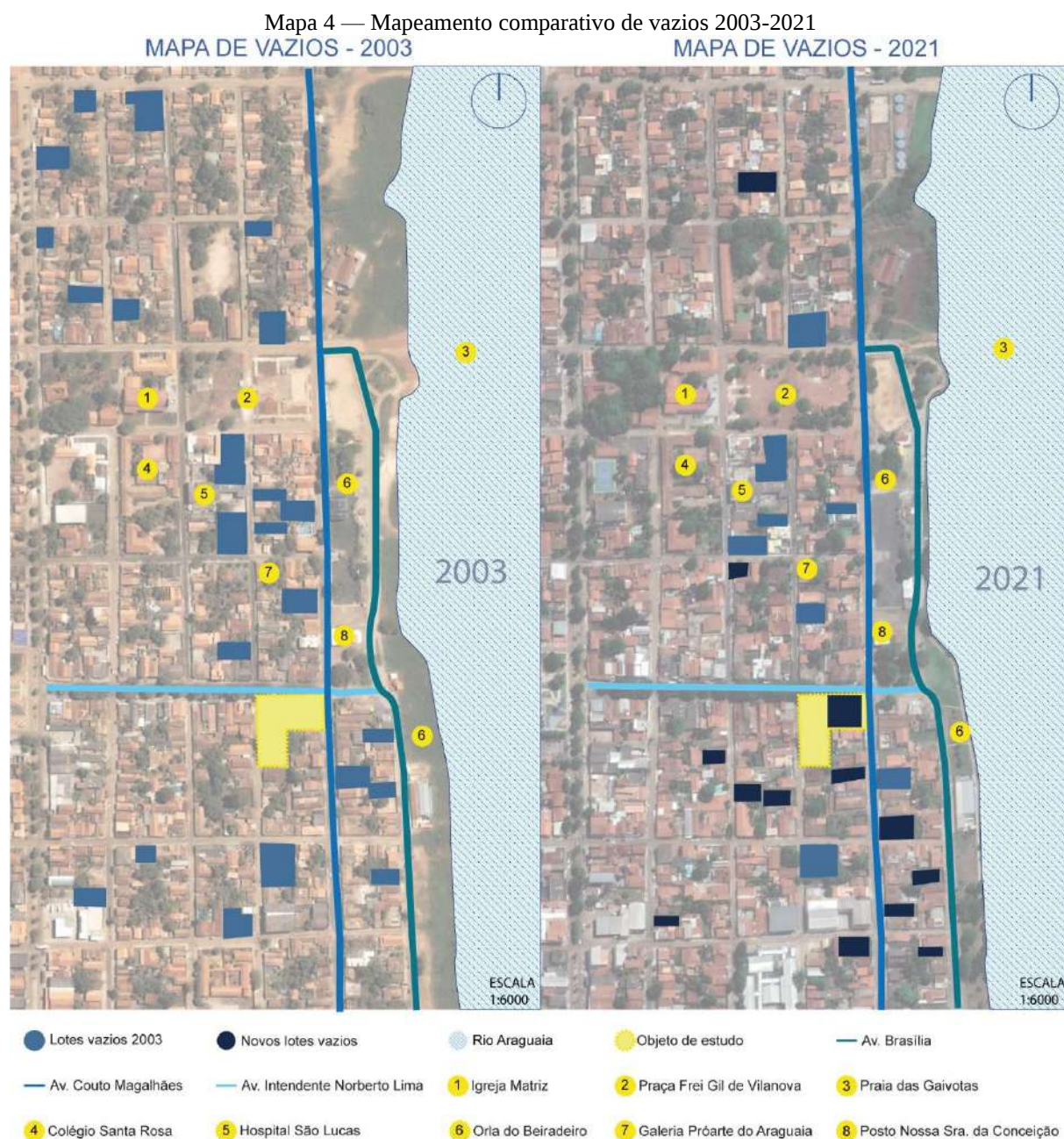
O município de Conceição do Araguaia, aos seus 125 anos, no ano de 2022, assim como muitos exemplares de pequenas cidades interioranas, possui rica parcela na formação histórica regional e nacional. História essa que tem passado despercebida entre as gerações, e tem perdido espaço não só no imaginário popular, mas na própria materialidade da cidade. Mesmo possuindo em sua Lei de Plano Diretor N° 016, de 10 de outubro de 2006, zoneamento

específico para o "Recinto Antigo", não define normas específicas de preservação da área, muito menos estratégias de manutenção da mesma, possuindo em seu conteúdo apenas coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e permeabilidade. O recinto antigo localiza-se ao centro da macrozona consolidada (Mapa 3) e corresponde ao núcleo primitivo da cidade e não possui nenhum artifício prático e/ou legal de proteção ao patrimônio nas competências do Plano Diretor Municipal de Conceição do Araguaia, o que vem ocasionando graves perdas ao acervo arquitetônico dessa zona.



O turismo, mesmo que concentrado nos meses de junho e julho, junto com a expansão do agronegócio, têm transformado o núcleo originário da cidade. As modificações sem parâmetros definidos; a inexistência de bens tombados em qualquer instância; a subutilização das edificações; o descaso público e privado com a identidade da cidade, vêm causando enorme descaracterização do recinto histórico, visto que, com o passar dos anos, os exemplares arquitetônicos mais antigos estão sucumbindo ao tempo e tornando-se cada vez mais raros, sendo ou abandonados, ou demolidos, nesse caso, tanto para uso de estacionamento, conforme apresentado anteriormente ou para se evitar a aplicação de uma ou mais ferramentas de proteção, um inventário ou um tombamento. O mapa 4, na próxima página, mostra o avanço no número de imóveis que foram demolidos ao longo de 18 anos, indicando uma tendência de

substituição urbana que mereceria ser estudada mais profundamente, mas, que não é o objetivo deste trabalho, embora possa estar relacionada ao receio dos proprietários de terem algum bem imóvel preservado, o que demonstra desconhecimento acerca dos processos, benefícios e restrições de possuir um imóvel preservado em um centro histórico.

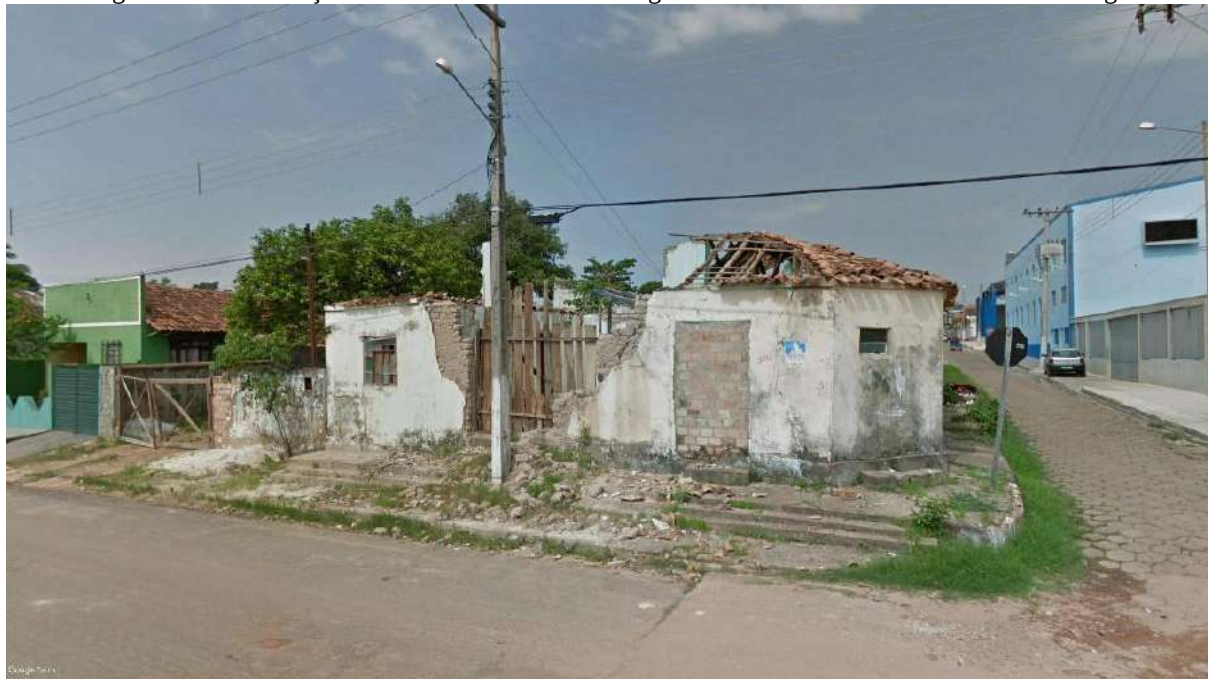


Fonte: Desenvolvida pela Autora, 2022.

Recorrentemente, ao percorrer as Avenidas Intendente Norberto Lima, Couto Magalhães e Brasília (Mapa 4), principais avenidas do recinto antigo, nota-se o abandono de edificações, destruídas pela inexistência de manutenção adequada (Figuras 21; 22; 23). Além disso, pode-se observar a naturalização da total remoção de edifícios inteiros, para a criação de vazios urbanos relevantes, retornando ao simples lote e muitas vezes destinado ao uso como

estacionamentos particulares em época de praia (Figura 24), ou simplesmente baldios (Figura 25). A Orla, compreende em parte a Av. Couto Magalhães e a Av. Brasília, e tem sido dominada por enormes casas de veraneio, hotéis e ampla parcela dos bens edificados tem em suas portas placas de venda e se encontram desabitados (Figuras 26 e 27).

Figura 21 — Edificação Abandonada Av. Couto Magalhães com R. Intendente Amâncio do Rêgo



Fonte: Google Street View; 2012.

Figura 22 — Edificação Abandonada Av. Couto Magalhães com R. Henry Condreaux



Fonte: Google Street View; 2012.

Figura 23 — Edificação Rustica Abandonada



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 24 — Remoção Completa de Edificação no Cruzamento da Av. Couto Magalhães com a Rua Henry Condreaux



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022; Google Street View, 2012.

Figura 25 — Remoção Completa de Edificação na Av. Couto Magalhães



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022; Google Street View, 2012.

Figura 26 — Edificação Vazia à Venda



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 27 — Edificação Vazia à Venda



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

No letreiro exposto nesse enorme galpão (Figura 27), tem-se escrito: “Vende-se este galpão com o prédio e duas residências e o lote que começa na Av. Brasília e termina na Av.

Couto Magalhães” que em época de grande movimento é usado como estacionamento privado de maneira informal, visto que se localiza ao centro do recinto antigo, ao lado do antigo Hotel Araguaia. Isso denota a existência de um proprietário ativo, todavia o edifício permanece fechado a maior parte do ano, usado apenas como fonte esporádica de renda.

Figura 28 — Edificação de Tipologias Distintas na Av. Brasília



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Enormemente cogitada pelo crescente mercado imobiliário, a Av. Brasília é a mais próxima ao Rio Araguaia, à sua frente está a Orla Beira Rio, foco de enorme investimento público de revitalização e consolidação. Todas essas características têm promovido o desaparecimento da antiga tipologia construtiva, dando lugar a edificações completamente novas.

Figura 29 — Edificações em Construção



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Verifica-se que as cidades brasileiras experienciam os reflexos de uma urbanização deficitária que reduz direitos humanos e corrompe importantes institutos urbanísticos e de direitos previsto na legislação constitucional e infraconstitucional (VIEIRA; FONSECA, 2019). Em estudo sobre vazios urbanos e a crise do direito, Vieira e Fonseca (2019) utilizam a cidade de Sousa, na Paraíba, como espaço de amostragem, e a analisam sobre a ótica do Estatuto das Cidades.

Apesar do Estatuto ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, e possuir normativas expressas no Art. 52 da Lei 10.257/2001 que preveem hipótese de caracterização de improbidade administrativa quando, diante da situação, há omissão das autoridades, há forte proteção formal inviolável à propriedade privada. Dessa forma, o direito privado de propriedade individual e absoluta, atende a agenda liberal que percebe a propriedade da terra dentro da lógica de mercado, desconsiderando deveres anexos do titular, e se sobrepõe às premissas de criação de um espaço urbano mais justo, democrático, social e ambientalmente equilibrado (VIEIRA; FONSECA, 2019).

Grande parte das cidades brasileiras tem a preservação do Patrimônio Arquitetônico Histórico como desafio recorrente. A ideia de revitalização como modernização das áreas

centrais por meio de políticas públicas, aliadas à pressão dos interesses imobiliários, tem atingido não só grandes centros urbanos, mas também cidades interioranas. Conceição do Araguaia, se encontra imersa nesse contexto, onde o poder público modifica o centro originário na cidade ao bel prazer, desprendido de estudos, com base em escolhas pouco técnicas. A pequena cidade tem sido vítima de constantes obras amplamente modificadoras, onerosas e que demonstram uma visão de apagamento àquilo que é antigo, produzindo uma nova cidade, à gosto da atual gestão. A inexistência de instrumentos legais de proteção ao bem material urbano nos municípios de pequeno porte possibilita essa tipologia de ação desmedida por parte do interesse público/privado, que se inter-relaciona de maneira estreita nesse pequeno centro urbano, pois boa parte dos cargos públicos de poder estão nas mãos dos empresários locais onde os interesses particulares acabam por prevalecer frente ao benefício público.

Figura 30 — Reconstrução Praça do Buriti



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022; Google Street View, 2012.

Observa-se na Figura 34 a discrepância entre o ambiente atual e o edificado em 2012. A Praça do Buriti passa atualmente por revitalização, que mais se assemelha a uma nova construção, desconsiderando elementos importantes. Houve apagamento de importantes murais

por ausência de manutenção adequada, grande parte da vegetação existente foi retirada e a proposta prevê a inserção de espécies puramente ornamentais, limpeza com jatos de alta pressão e nova pintura. A obra foi aprovada no dia 11 de fevereiro de 2022, com custo total de R\$ 280.846,32.

5 DECLÍNIO DO CENTRO HISTÓRICO

5.1 A Importância Da Memória

Pensar a memória dentro do contexto urbano é observar em primeiro lugar que a identidade social e local se constrói no indivíduo a partir de visões de mundo, ideologias e experiências históricas em comum com o grupo social que o rodeia. Pollak (1992) introduz o conceito de "lugares da memória" como espaço afetivo de lembrança pessoal, que não necessariamente precisa ter pé no tempo cronológico, afinal, a memória é sempre atual, sempre pode-se evocá-la, se alimenta de lembranças e cria o sentimento de pertencimento e identidade.

Todavia, adentra-se aqui um dilema político, pois ao mesmo tempo que um determinado grupo quer esquecer, outros lutam para manter a memória sempre viva, pelo não-esquecimento. Hobsbawm (1995, apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, p. 23) sobre o apagamento da história profere:

[...] a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem. (HOBSBAWM, 1995. p 21).

Pollak (1992, apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, p. 23) diz que a memória individual ou coletiva é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou "por tabela", ou seja, pela coletividade a qual o indivíduo sente pertencer, aos quais nem sempre participou ativamente, mas se tornaram tão relevantes que já é quase impossível se desvincular daquela memória. E para além dos personagens e acontecimentos, existem os lugares da memória, aqueles ligados a uma lembrança pessoal.

Bosi (1994, apud RODRIGUES; MACHADO, 2010, p. 24), por sua vez, destaca que a memória pode assumir caráter político, em que "O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica 'neutra'. Ela quer também julgar, marcando, bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou martirizando-a."

A triagem faz parte da memória, o "esquecimento", o "dito" e o "não dito", as falas e silêncios, por isso é política. Discursos dotados de metáforas são o que Pollak (1992) denomina "zona de sombras", não passam de silêncios e não ditos e dessa maneira os interesses políticos atuam como manipuladores da memória. O ser humano busca na história recurso para construir sua identidade, seu grupo social, seu modo de vida, sobrevivência e morte; história é produto da memória, porque nela se grava, reafirma, exclui e relembra, é objeto de estudo para épocas futuras (RODRIGUES; MACHADO, 2010). Le Goff (2003) adiciona que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão”.

A memória marginal, a memória dos vencidos é notavelmente pouco explorada, estudada e conservada. O recorrente é a perpetuação da memória "vencedora", da classe social hegemônica da região, essa sim é monumentalizada, inventariada, documentada e torna-se versão oficial. A memória marginal deve ser mais explorada, pois ela adiciona a pluralidade real, para que boa parte da história não seja apagada. O silenciar de narrativas e acontecimentos passados, de acordo com Paoli (1992) torna "uma sociedade destituída de cidadania, em seu sentido pleno, se por esta palavra entendermos a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos.”, dado que a noção de patrimônio histórico deveria evocar dimensões múltiplas da cultura, que tem valor justamente por serem plurais. Paoli (1992) ainda completa que se deve valorizar a "produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla." E pode-se assim fazer por meio de políticas sociais que tenham compromisso de monumentalizar essas narrativas.

O cotidiano acelerado tem asfixiado a tradição e o costume, desprendendo-o do próprio tecido social, necessitando agora de lugares de memória para sua preservação, pilares da identidade histórica, como museus, arquivos, bibliotecas ou similares. A memória não aprisiona o indivíduo ao passado, mas o transporta de maneira a politizar e libertar de preconceitos e conduz ao enfrentamento de problemas atuais com mais segurança, não só vislumbra o antigo, mas revela o obscuro. Uma cidade sem memória é um não-lugar: sem história, sujeita a parasitas, onde não há cidadania, no fim, uma cidade estagnada social e economicamente.

5.2 O Paradoxo Da Preservação

Desde pequenas aglomerações urbanas até as metrópoles globais se mostram polos de funções sociais, econômicas, patrimoniais e cívicas, constituindo o legado das sociedades passadas e cria fundação para as futuras. Todo esse conjunto de atividades compõem o motor da vida urbana, e têm como núcleo o centro histórico, onde originou-se. Para além de ser a parte mais antiga da cidade, o centro histórico constitui-se de testemunhos de várias épocas e revela a dimensão temporal com sequência dos fatos que estruturam as identidades.

Habitualmente a área mais antiga se tornou progressivamente o centro da cidade moderna e coincide com o núcleo originário do aglomerado e nele mora o poder de atração sobre os habitantes e turistas, foco da vida econômica e social, e tem como elemento mais marcante sua imagem simbólica (CAVÉM, 2007, apud SEBASTIÃO, 2010, p.28). As funções mais importantes da cidade, para além do local simbólico de memória coletiva, localizam-se no centro antigo.

Todavia, observando a dinâmica urbana no recinto antigo de Conceição do Araguaia, nota-se crescente descaracterização das edificações componentes, e concomitantemente, de todo o contexto da matriz originária da pequena cidade. Dessa maneira, por meio do abandono proposital, ou total supressão, a ambiência do centro histórico vê-se recorrentemente ameaçada, e plenamente modificada. Tal tendência de substituição urbana, pode ser fruto de ações pensadas para esquivar-se de ferramentas de proteção do patrimônio, bem como possivelmente são reflexos da necessidade de modernização dos edifícios, que, em muitos casos, gera demolição, seja por motivos de facilidade e custo, ou por um conjunto de fatores pessoais e técnicos.

À proporção que se aproxima o período de seca do rio Araguaia e o aparecimento de praias, o período turístico de maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, de maior e mais variada circulação monetária, enfatiza-se a utilização predatória desses bens. Utilização essa, caracterizada pela apropriação sazonal dos edifícios e vazios, tanto aqueles que sempre existiram, quanto àqueles que foram escolhas ativas de destruição por parte dos proprietários. A apropriação sazonal de bens imóveis, foi o termo mais adequado para se referir a dinâmica de ocupação dos mesmos no recinto antigo de Conceição do Araguaia. Identifica-se que, focados no ápice da atividade turística local, foram promovidas ações de remoção de amplos ambientes construídos, de maneira a torná-los vazios livres para qualquer outro tipo de atividade voltada exclusivamente à atividade turística. Amplos casarões se transformaram em estacionamentos improvisados, outros exemplares de arquitetura histórica foram reduzidos a

genéricos hotéis, casas de veraneio e pontos comerciais, resultando em um esvaziamento da região nas demais épocas do ano.

A dificuldade da vida e sobrevivência dos centros históricos se dá pela inexistência de comércio, serviços, jardins, estacionamentos e pela presença de atividades incompatíveis, tornando-se um espaço morto e perigoso. Além das dificuldades de uso, observa-se na tipologia as condições precárias de arrendamento, diretamente relacionadas ao baixo poder de compra dos inquilinos, o que contribui consideravelmente para a degradação do bem edificado, que chega muitas vezes ao estado de ruína (CAVÉM, 2007).

Fato é que a cidade é um organismo em constante evolução, e todos os fatores econômicos, políticos e sociais acima mencionados explicam de uma forma ou outra o declínio físico da cidade que cedeu ao capital. Além do mais, os problemas físicos surgem devido a mudança nos requisitos dos utilizadores, o envelhecimento tecnológico do parque edificado, a degradação do espaço público e a inadequação do tecido urbano às novas dinâmicas.

6 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA REGIÃO NORTE

6.1 Contexto Nortista

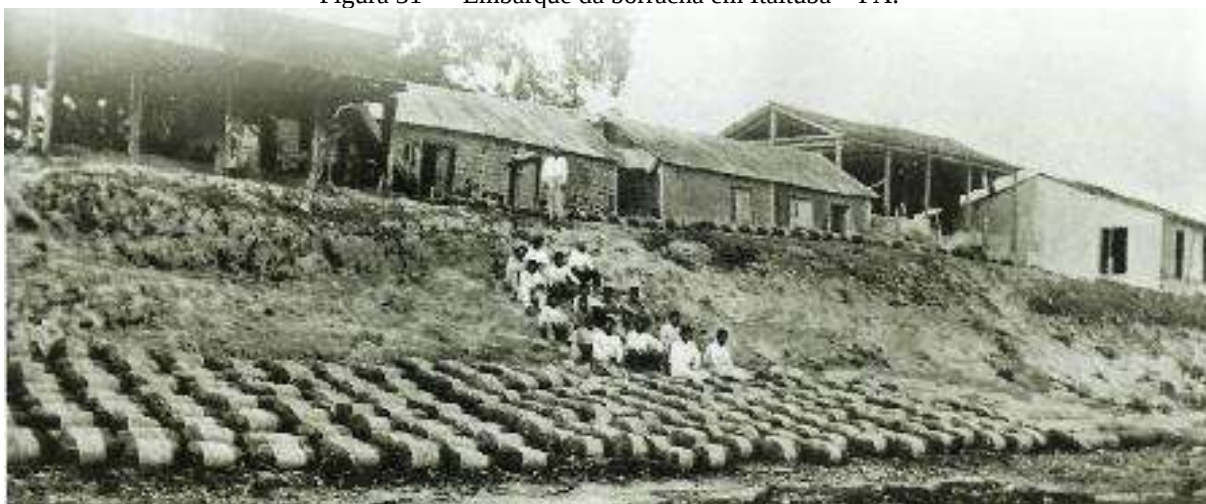
A construção do que hoje conhecemos como patrimônio urbano e arquitetônico do Pará iniciou-se junto à influência da cadeia econômica de produção da borracha. A dinâmica era composta, em um lado, por seringueiros, classe trabalhadora ativa em campo. Sozinhos na mata, não tinham condições de aglutinar-se em grupos e reagir de maneira organizada as condições de trabalho frequentemente abusivas. A riqueza proveniente da borracha jamais atingiu esse grupo. Já os intermediários desse processo eram os aviadores e regatões. Esses atuavam como mercadores de produtos essenciais aos trabalhadores e compradores da "pélas ou peles" ou "lençóis"⁵, além de atuarem como bancários, fornecendo crédito, ligando-se a grandes casas exportadoras como agentes de grandes empresas. Na face diretamente oposta ao trabalhador estavam os seringalistas, donos ou arrendatários de terras que continham seringueiras. Eram esses, a burguesia crescente, atraídos progressivamente às cidades, aqueles que faziam as

⁵ Borracha defumada em forma de bolas ou mantas, prontas para exportação.

idades nortistas se desenvolverem urbanisticamente para manutenção e progressão do seu modo de vida (BICCA; BICCA, 2006).

Faz-se importante destacar que a arquitetura do seringal, constituída predominantemente de materiais perecíveis, e instalava-se ao longo de cursos d'água, para facilidade logística de escoamento da produção (Figura 31). Da mesma maneira, no fim do século XIX, se estruturaram os grandes centros urbanos regionais, como Belém e Manaus, ao longo de grandes cursos d'água estabeleceram-se relevantes portos comerciais de grande escala. Dessa forma, a burguesia emergente da borracha viu nas cidades um suporte para sua manifestação de poder e riqueza, atrelado ao luxo doméstico, modificando não só a arquitetura de objetos isolados, mas toda a conformação da cidade em si. Abandonava-se então a modéstia do período colonial, de uma elite predominantemente latifundiária, e se unia ao sonho efêmero e eurocêntrico de grandiosidade e desenvolvimento.

Figura 31 — Embarque da borracha em Itaituba – PA.



Fonte: Autor desconhecido, s/d.

Da mesma forma, a ocupação territorial da Amazônia sul oriental brasileira, após o domínio das terras indígenas Kayapó pela chegada dos primeiros criadores pecuários maranhenses, se manteve pautada na lógica da economia camponesa pastoril, entre 1890 a 1960, permeada por dois ciclos extrativistas do caucho. A organização social de campesinato apenas se subordina à economia extrativista gomífera na época áurea da borracha. Nesse momento, há o domínio aparente ⁶do capital comercial sobre o modo de produção camponês. A descoberta

⁶ “Aparente, no sentido de domínio indireto, pois, na verdade, quem subordina tanto o capital comercial, representado pelos seringalistas, pelas casas aviadoras e pelas casa exportadoras, quanto a atividade extrativa,

de uma presença abundante de árvores de caucho entre o rio Araguaia e o Xingu inseriu o sudeste paraense na dinâmica da borracha, tornando a região fornecedora de produtos primários demandados no mercado internacional, ao qual o Brasil tinha quase total monopólio. Assim a região atraiu grandes quantidades de migrantes, principalmente nordestinos, em busca de melhores condições de vida, além de toda a estrutura formal típica dessa atividade, assim como a presença da figura do aviador e do regatão. Audrin (1946, p. 85, apud SILVA, 2007, p.11) descreve o cenário concepcionense: "Conceição tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região Amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingu. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções.". O período áureo da atividade extrativista na região durou menos de uma década. A escassez tecnológica e a crescente produção asiática culminaram na profunda decadência da produção dos cauchais do Araguaia e do Xingu, assim como de toda a Amazônia. A região sul do Pará retorna, por volta de 1946, a sua característica de fronteira camponesa pastoril (SILVA, 2007).

Dessa maneira, o sul do Pará não desfrutou, como as grandes cidades do norte, dos avanços urbanos alavancados pela burguesia emergente. Primeiro porque não houve tempo e força hábil para a consolidação de uma frente gomífera sólida, de outra maneira por sua própria localização geográfica isolada, visto que a BR-153, a primeira via terrestre oficial que ligava o Pará ao resto do Brasil, implantada apenas entre 1950-1970, na frente de controle territorial promovida pelo governo ditatorial.

6.2 Percepção Contemporânea

Junto à publicação "Arquitetura na Formação do Brasil", editoração da Caixa Econômica Federal em parceria com Organização das Nações Unidas (UNESCO), é perceptível o enfoque do inventário e estudo patrimonial da Região Norte nas grandes capitais, Belém e Manaus, colocando em papel coadjuvante a investigação e catalogação das manifestações arquitetônicas interioranas ou até mesmo das expressões construtivas populares e cotidianas.

representada pelos caucheiros, no caso de nossa área de estudo, é o capital industrial, representado pelas empresas produtoras de artefatos de borracha" (SILVA, 2007, p.03).

Essa ótica de abordagem se dá em meio ao vasto acervo de informações a respeito da dinâmica burguesa de ampla apropriação do espaço acadêmico desde os primórdios, não só no Brasil.

Devido a essa dominação acadêmica, nota-se que a história se debruça, quase que completamente, a partir da ótica burguesa do que deve ser ou não considerado mais importante. O livro em questão esclarece, por sua vez, como o fazer arquitetônico e urbanístico se interrelacionam com o contexto social e econômico. Essa relação de dominação fica expressa na forma de resumir o patrimônio histórico nortista a uma infinidade de construções de parâmetro europeu e nas breves menções ao fazer arquitetônico popular.

6.3 Patrimônio Edificado Em Pequenas Cidades

Fragilidade e desequilíbrio, são as palavras-chave definidoras da relação cidade e patrimônio. O estudo "Gestão do patrimônio cultura edificado em pequenas e médias cidades: a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, MG" (ROSA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2020) revela o cenário de escassa participação e inclusão social, efetiva e organizada, onde os bens são tratados de maneira isolada à dinâmica socioespacial, cultural, econômica, que abrange o organismo "cidade". É importante fazer um recorte espacial, visto que Minas Gerais, a mostra do trabalho em questão, é berço do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; mesmo assim apresenta dados preocupantes em relação as ineficientes ações e modelos de gestão cultural, principalmente no que diz respeito ao patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico.

Minas Gerais é um dos estados brasileiros com maior quantidade de bens tombados em conjunto, além de ser o estado brasileiro que mais concentra bens declarados Patrimônio Mundial pela UNESCO, conta com relevantes acervos do período colonial e amostras da arquitetura brasileira do século XX (SECULT, 2017). O trabalho analisado vem com a intenção de desvendar como as pequenas e médias cidades mineiras estão gerenciando seu patrimônio cultural, visto que, por vezes, os responsáveis técnicos pouco dispõem de adequada legislação e recursos financeiros.

Dessa forma, quando se fala em gestão aplicada ao universo e processo urbano deve-se ter em mente as complexidades e desafios da contemporaneidade (JACOBS, 2001), afinal a cidade como organismo em constante desenvolvimento, apresenta diversas variantes e variados campos do saber. A nova forma de consumo e habitação, forte mercantilização e

empresariamento (SANCHEZ, 2001), inéditas formas de apropriação cultural e tecnologias, mudam drasticamente a dinâmica da cidade (JACOBS, 2001).

Fato é, pensar a cultura não é somente um direito, mas promotor do desenvolvimento social de um povo. "[...] todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de desfrutar das artes e de participar do processo científico e de seus benefícios", é uma das máximas da Declaração Universal de Direitos Humanos - DUDH e caracteriza o plano acesso à cultura como um direito humano (UNESCO, 1948).

A despeito da relação entre cultura e o desenvolvimento social, Salazar e Roche (1999) afirmam que existe na cultura uma íntima relação com a criatividade e melhorias sociais na qualidade de vida dos moradores. Somekh (2015) acrescenta que devido ao patrimônio histórico e o bem cultural estarem envoltos na trama urbana, deve ele ser considerado em sua totalidade, ou seja, atentar-se ao impacto das intervenções na qualidade de vida dos moradores, a inserção e viabilização para o comércio, os transportes a sua relação com as áreas circunvizinhas. Essa visão global do patrimônio junto às demais pautas sociais evita o apagamento das memórias de um povo ao mesmo tempo que não impedem o pleno desenvolvimento socioeconômico local, é de extrema importância a união entre gestão, planejamento urbano e patrimônio (SOMEKH, 2015).

Devido à complexidade das demandas como deterioração, decadência e fraca vitalidade, surge ao longo do século XX diferentes abordagens de ações denominadas "Renovação/Revitalização/Requalificação/Reabilitação Urbana" (BALDIM, 2020, apud ROSA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2020, p. 1449). No cenário contemporâneo emerge o conceito de Conservação Integrada — CI urbana e a intervenção patrimonial passa a ser tratada como parte do processo complexo que é o meio urbano. A visão de patrimônio que, até a década de 1960, era compreendida única e exclusivamente como a ideia isolada de monumento (CHOAY, 2006), agora amplia seus conceitos e campos de abrangência.

Ainda no começo do século XX, Gustavo Giovannoni e, em meados deste mesmo século Cesare Brandi influenciaram os conceitos de "patrimônio urbano" no que viria a ser, em 1975, a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (CHOAY, 2006). Da mesma forma, a Declaração de Amsterdã, no mesmo ano, reafirma os preceitos da Conservação Urbana Integrada quando atribui ao "patrimônio arquitetônico" o campo, não apenas de edifícios isolados, mas de conjuntos urbanos inteiros, o caráter histórico e cultural, e sobretudo enfatiza a responsabilidade coletiva e o papel dos municípios na conservação do patrimônio. A Carta destaca a crucialidade da recuperação de áreas degradadas sem mudanças substanciais na composição social dos residentes nas áreas reabilitadas; o fenômeno da gentrificação se apresenta de maneira resumida

às ações legislativas e administrativas eficazes (ZANCHETTI; LAPA, 2012, p. 32, apud ROSA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2020, p. 1449). Conhecido o tema frágil, assume posição pouco enfática, visto que se necessita da participação de organizações públicas e privadas em várias camadas e níveis.

A gestão do patrimônio cultural edificado também acontece na esfera internacional por meio do Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, junto à UNESCO. Assim como atua na proteção do patrimônio cultural o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios — ICOMOS/BRASIL)

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.251/2001, traz concepções significativas à construção da cidade plural e democrática, estabelecendo o elemento cultura como essencial nas diretrizes gerais de gestão urbana brasileira. Nele são criados instrumentos para o equilíbrio das funções sociais nos variados estratos que compõem a cidade, seja por meio de seu ordenamento ou pela promoção do bem-estar dos usuários da mesma, além de sublinhar a importância da participação popular e pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2010).

Outro dado importante compilado pelo estudo de Rosa, Oliveira e Pereira (2020), com base no documento do IBGE 2018 de Perfil dos Municípios Brasileiros, é o fato da existência de Plano e de fundo Municipais de Cultura serem determinantes na política municipal de cultura. Fator esse que, entre 2014 e 2018, apresentou um crescimento expressivo no número de municípios possuidores de planos municipais de cultura, demonstrando um cenário positivo e insinuando a existência de uma instrumentalização municipal frente à temática. Todavia, somente 11,7% da totalidade de municípios brasileiros, em 2018, apresentaram tal plano municipal, apenas 3,3% maior que no ano de 2014. Por meio de um cruzamento básico de dados, revela-se, entre 2014 e 2018, um aumento expressivo de 26% nas cidades grandes e de 15,9% nas cidades médias, deixando as pequenas cidades somente com 3,28% do crescimento, o que transparece a importância da pesquisa que foque em pequenas cidades.

Ademais, a quantidade de municípios que contam com o fundo municipal de cultura cresceu consideravelmente entre 2014 e 2018. As médias cidades apresentam crescimento de prefeituras adeptas em 22,2%, nas pequenas cidades são 13,08%, já nas grandes cidades o aumento apresentado é de 10,9% em 2018 (IBGE, 2018). Em suma, há uma tendência crescente da descentralização e municipalização da política de patrimônio cultural no Brasil, o que encoraja a participação popular com o tema, onde a gestão patrimonial é integrada aos preceitos de conservação urbana.

Mesmo assim, pouco tem se utilizado dos instrumentos urbanísticos para o mapeamento e estudo global da cultura nas municipalidades, pois os instrumentos de influência direta no

patrimônio edificado ainda são recorrentemente ignorados e dispensados pelos municípios. O parcelamento do uso e ocupação do solo; zoneamento ambiental; diretrizes orçamentárias; gestão orçamentária participativa; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito construtivo; direito de preempção; estudo de impacto de vizinhança, não são comumente usados como artifícios de gestão inteligente ligada a conservação urbana. A forma de salvaguardar o patrimônio material ainda é o tombamento, que contava apenas com 34,1% da participação das cidades brasileiras em 2018 (IBGE, 2018).

O tombamento, no Brasil, ainda é rotulado como um fator depreciador do valor da propriedade, o que é expressamente contrário em outros países, onde há valorização do bem por conta do processo de tombamento (SOMEKH, 2015). Observando todos os aspectos supracitados, comprova-se o cenário de vulnerabilidade dos municípios, especialmente das pequenas cidades, em relação à instância cultural. Há de fato uma imaturidade em relação às potencialidades do desempenho adequado da política de gestão patrimonial democrática, como propõe o Art. 45 do Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

7 REVITALIZAÇÃO COMO ARTIFÍCIO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

7.1 Rememoração De Conceitos

Para entender-se o conceito de reabilitação, se faz necessário sua diferenciação da definição de alguns conceitos e sua integração à restauração.

A "renovação urbana", que possui veia modernista de transformação geral, está ligada a uma intervenção de grande escala, que visa a demolição do edificado para dar lugar às novas construções. De acordo com Moura (2006), essas reconstruções fundamentam-se, geralmente, na substituição, com adições de diferentes características das originais, adaptadas às mudanças de atividades e morfologias dos espaços.

De outra maneira, a "requalificação urbana" "se distancia dos processos traumáticos de renovação seletiva de áreas desocupadas. Promove a preservação de interesse histórico e cultural, reciclagem cuidadosa de usos em imóveis históricos, promoção de novos usos e recuperação ambiental. Moura (2006) afirma que a requalificação é, sobretudo, um instrumento de dinamização social e econômica, que se dá através de melhorias urbanas de acessibilidade ou centralidade.

O termo “revitalização” surge em 1960 e baseia sua essência na reversão dos problemas ocasionados pela degradação das áreas mais antigas da cidade, ou seja, é a recuperação funcional e preservação do patrimônio histórico. Segundo Moura (2006), consiste em um processo de planejamento estratégico, que intervém a médio e longo prazo, promovendo vínculos entre territórios, atividades e pessoas, influenciando a melhoria na qualidade do ambiente urbano e condições socioeconômicas.

A restauração consiste em um conjunto de ações que incidem sobre um objeto de reconhecida relevância cultural e simbólica, com intuito de “preservar e revelar valores estéticos e históricos a eles associados, os quais podem estar presentes desde sua origem ou terem se constituído ao longo do tempo” (GONÇALVES, 2020).

Junto ao novo milênio, o termo “reabilitação” tornou-se um dos termos mais utilizados, sendo ele “a ação de recuperar a estima e consideração” (CHOAY; MERLIN; 1988). A terminologia passou então a ser um dos aspectos fundamentais da conservação, passando a praticamente substituir o termo restauro na convenção da UNESCO de 1972. Essa, para Choay e Merlim, é considerada uma operação avançada na melhoria do habitat; menos custosa que a restauração e que supõe trabalhos delicados. A reabilitação consiste no processo integrado de recuperação de um bem ou área urbana que pretende salvaguardar, reavivando o tecido social e econômico, reanimando e melhorando a dinamicidade e atratividade da área, tornando-a um artifício de superação dos fatores ambientais e econômicos resultado da lógica econômica de mercado pouco preocupada com suas externalidades negativas. De acordo com Barrientos e Qualharini (2004), reabilitação é:

Reforma gerenciada de uma construção, visando a sua adaptação às novas necessidades dos usuários ou a otimização das atividades desempenhadas por ela com o objetivo de prolongar a vida útil da edificação, proporcionar a modernização de suas funcionalidades e promover a possibilidade de redução do custo de utilização, através da implantação das tecnologias disponíveis (2002 apud MARTINS; SALCEDO, 2018, p. 82)

O Projeto Reabilita (2007), que visa a recuperação de edifícios para a produção de Habitações de Interesse Social – HIS, acrescenta que reabilitação é a recuperação do bem imóvel e urbanístico de forma a contribuir para os moradores e proprietários, bem como em uma escala mais ampla, como parte integrante da área urbana.

O arquiteto Alcino Soutinho (1998, apud MOURA, 2006) afirma que a reabilitação tem sentido de restituição da estima pública e que deve objetivar não só a criação de condições em que as pessoas possam viver e sobreviver em condições adequadas, mas criar artifícios para que essas cidades ou núcleos sejam estimados pela sociedade e coletividade.

Além disso o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, por meio da decisão normativa N°80/2007, define alguns conceitos importantes para o pleno entendimento das ações referentes à “monumentos, sítios de valor cultural e seu entorno ou ambiência” (CONFEA, 2007):

- a) conservação: conjunto de técnicas preventivas destinado a prolongar o tempo de vida de uma edificação histórica, por meio de ações de manutenção ou reparação:
 - 1. manutenção: conjunto de operações destinado a manter em bom funcionamento a edificação como um todo ou cada uma de suas partes constituintes, por meio de inspeções de rotina, limpeza, aplicação de novas pinturas, reparos na rede elétrica e hidráulica, etc;
 - 2. reparação: conjunto de operações destinado a corrigir anomalias existentes para manutenção da integridade estrutural da edificação;
- b) preservação: conjunto de técnicas de conservação e de restauração que visam manter a integridade e a perpetuidade de um bem cultural;
- c) reabilitação: conjunto de técnicas destinado a aumentar os níveis de qualidade de um edifício, para atender a exigências funcionais mais severas do que aquelas para as quais foi concebido, que deve ser adotado para adaptar o edifício a uma utilização diferente daquela para a qual foi concebido ou apenas torná-lo utilizável de acordo com padrões atuais;
- d) reconstrução: conjunto de técnicas baseado em evidências históricas indiscutíveis e destinado a construir de novo uma edificação ou parte dela que se encontre destruída, em razão de cataclismos ou guerras, ou que esteja na iminência de ser destruída e que possa ser desmontada e transportada para local mais seguro;
- e) reforma: conjunto de técnicas pelo qual se estabelece uma nova forma e condições de uso, sem compromisso com valores históricos, estéticos, formais, arquitetônicos, técnicos etc, ressalvados os aspectos técnicos e físicos de habitabilidade das obras que norteiam determinada ação;
- f) restauração ou restauro: conjunto de ações destinado a restabelecer a unidade da edificação do ponto de vista de sua concepção e legibilidade originais, ou relativa a uma dada época, que deve ser baseada em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observados de perto, entre original e não original. (CONFEA, 2007.)

Em resumo, revitalização é a prática da refuncionalização de espaços adaptados às realidades territoriais, de forma a promover uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social. A reabilitação, por sua vez, readapta o tecido urbano às novas situações em termos de funcionalidade, incluindo a relação entre os diversos setores da sociedade com intuito de criação de ações e políticas públicas que incluam a revitalização de áreas e edificações, unindo a gestão ao planejamento organizado de estratégias de habitação de áreas dotadas de patrimônio.

7.2 As Cartas Patrimoniais e Primeiros Teóricos

As Cartas Patrimoniais nascem com o objetivo de orientar por meio de diretrizes as práticas em torno da proteção aos bens culturais. As cartas são guias que não obrigatoriamente

se sobrepõem com a criação de uma nova, seus conteúdos são somatórios e atualizadores. Segundo Kurl (2010), são documentos indicativos ou prescritivos, as vezes derivados de organismos internacionais; aglomerado de base deontológica para as mais variadas profissões envolvidas na dinâmica de restauro. Na sucessão de cartas percebe-se a evolução cronológica do pensamento acerca do bem histórico e artístico, evocando desde a consolidação até conceitos como reversibilidade, distinguibilidade, e preservação da ambiência. Dessa forma elas devem ser lidas em relação aos postulados teóricos da época, tendo em vista, além de seu período, o local, o grupo gerador desse conhecimento, o tema e os interesses formais e informais no seu desenvolvimento.

Santos (2011), frente às dinâmicas sociais, sintetiza três faces da preservação. A face *institucional* é a mais consolidada legalmente, dotada de burocracias e sofrendo desmontes, deixando de lado a produção do conhecimento. A *acadêmica* se mostra focada em referências teóricas internacionais e produziu conhecimento imensurável, mas às vezes desacreditada por fugir do usual. A faceta *de mercado* vem se ampliando e, na maior parte das vezes, desconsidera a experiência e reflexões das demais, se justificando junto a curtos prazos e melhores resultados.

Citam-se importantes cartas internacionais como: a Carta de Atenas, de 1931, foi a primeira criada, tratava acerca da importância da restauração e preservação de monumentos históricos e a ação de inventariar e salvaguardar os mesmos, destaca-se o valor documental; a Carta de Veneza, de 1964, passa a considerar a restauração um processo histórico-crítico, fundamentado na análise profunda da obra.

No Brasil, grupos organizados em torno de demandas sociais fazem uso de cartas patrimoniais como estratégia de mobilização e difusão de conhecimentos e diretrizes. Essa movimentação resultou em cartas como: a Carta de Juiz de Fora, acerca dos jardins históricos brasileiros, em parceria do IPHAN, Casa de Rui Barbosa e a Fundação Mariano Procópio, em 2010; a Carta da Pesquisa Histórica do IPHAN (2007); a Carta de Nova Olinda (2009) documenta a avaliação de Casas do Patrimônio do IPHAN; a Carta do Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial (2010), dentre outras.

7.2.1 Cronologia Das Teorias

A conservação científica data do século XVIII junto à descoberta de Herculano e Pompeia, nos estudos dos papiros de Pompeia de Sir Humphrey Davy, presidente da Royal Society (1820), nas técnicas de conservação de objetos arqueológicos por C. J. Thomson, no

Museu Nacional de Copenhague, e com Friederich Rathgen em 1888, na criação do laboratório de tratamentos de conservação, no Museu Real de Berlim, significativo pelo desenvolvimento pioneiro na conservação artística, particularmente pela contribuição para a conservação arqueológica. No mesmo século já se observa maior amplitude do acesso público à cultura e a aceitação da ciência como caminho da verdade, o nacionalismo exalta o valor de monumentos e o romantismo revela a beleza das ruínas, a individualidade das artes e dos artistas.

No contexto da Revolução Industrial Inglesa e das Guerras Napoleônicas na França, aparecem de fato os primeiros teóricos da conservação. John Ruskin (1819-1900) tinha ideias socialistas, empenhado em causas sociais, lança seu primeiro livro em 1849, “As Sete Lâmpadas da Arquitetura” trouxe destaque as suas ideias; “As Pedras de Veneza”, dois anos depois, apadrinha o ruinismo em detrimento da restauração, onde seu amor pelo passado chega a ser desprezador do presente. Ruskin venerava a pátina e a denominava “mancha dourada do tempo” (RUSKIN, 2008).

A destruição causada pelos conflitos na França permeia o pensamento de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), que considera o restaurador autorizado a preencher as lacunas causadas por danos nos bens. Para ele, o restauro deveria trazer ao bem o melhor estado possível, às vezes para um estado que nunca existiu, desde que coerente à concepção original, “Restaurar um edifício não significa repará-lo, reconstruí-lo ou mantê-lo. Significa restabelecê-lo no seu estado mais completo, que pode até nunca ter existido” (VIOLETTE-LE-DUC; 2000, p. 29). Por vezes, em suas intervenções, ele acabava “corrigindo” o projeto de um edifício que considerava defeituoso, acreditava na pesquisa detalhada e ampla documentação, ao passo que considerava que o seu conhecimento profundo lhe dava direito de criação de uma forma ideal ao bem.

Camillo Boito (1836-1914), por sua vez, apresentou contribuições importantes no último quartel do século XIX. Ele defendia que havia a necessidade de diferenciação clara entre as partes originais e restauradas, a mínima intervenção e reversibilidade que são conceitos ainda muito bem aceitos atualmente. Sua teoria intermediária era favorável aos acréscimos incorporados à obra arquitetônica. Para o restauro arqueológico, Boito postula oito princípios que aceitam apenas a consolidação e recomposição de partes desmembradas e o princípio de conservar para não restaurar.

No início do século XX, Alois Riegl, historiador de arte austríaco, afirma que o valor histórico, artístico e cultural de um elemento o garante a necessidade de preservação. De acordo com Cunha (2006) Riegl tem seus critérios de preservação aplicados a qualquer obra humana, dotada de certa antiguidade e simbolismo, não restrito à excepcionalidade histórica ou artística.

Em 1912, Gustavo Giovannoni, Luca Beltrami e Camillo Boito, dentre outros, teorizam e postulam a Teoria do Restauro Científico, como sendo a ação de consolidar, recompor e valorizar os traços restantes do bem, priorizando a conservação frente a restauração, mas nunca a excluindo, apenas designando a ela o papel de consolidadora. Evitava o fatalismo de Ruskin e o intervencionismo de Viollet-le-Duc, sendo essa teoria arqueológica, histórica ou filológica (VIÑAS, 2004).

Devido a enorme variedade de discussões, divergências e críticas, nesse período iniciou-se a normatização dos procedimentos básicos com a função norteadora das Cartas Patrimoniais. A Segunda Guerra Mundial trouxe enorme danificação do acervo de bens móveis e imóveis, culminando em um movimento de questionamento do Restauro Científico e a exigência da postura de neutralidade do conservador frente ao bem cultural. Desse cenário nasce o “Restauro Crítico”, flexibilizando a ação profissional junto a pressão social e política pela reconstrução da Europa. Há certo ressurgimento do restauro científico no congresso de Veneza, todavia foram revistos na Carta Italiana de Restauro, por Cesare Brandi, em 1972.

Brandi, um dos maiores nomes do Restauro Crítico, dividia os bens em dois grupos: os produtos industriais, que deveriam ter sua função restabelecida; e as obras de arte, onde se deveria observar sua dualidade histórica e estética, objetivando a perpetuação para transmiti-la ao futuro. Assim como nada na história é tão ortodoxo, as diversas teorias de fato coexistiram como contribuições relevantes à área da restauração. No fim do século XX, Garry Thomson alerta à recorrência de problemas de acomodação dos acervos em museus, pela falta de controle do ambiente em sua publicação *The Museum Environment* (1988). A Teoria Contemporânea do Restauro (2004), pelas mãos de Salvador Muñoz Viñas, tece importantes críticas às ideias de teóricos anteriores. Granato e Campos (2013) pontua que atualmente se observa um predomínio de certa conservação preventiva, uma abordagem crítica do “não tocar” que se baseia na amplificação dos conhecimentos dos problemas e dos mecanismos de degradação, assim como na observação de alguns antigos fracassos de técnicas já aplicadas.

7.3 Referência Teórica

Como alicerce de fundamentação do anteprojeto de revitalização proposto nesse trabalho, e ampliando os conceitos contidos no Manual de Elaboração de Projetos para Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados do IPHAN em seu Item 5.4 a, para o bem imóvel.

5.4. Proposta de Intervenção

Compreende o conjunto de ações necessárias para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, os quais deverão ser abordados técnica e conceitualmente. Tem com o objetivo o melhor desenvolvimento da proposta, verificação de hipóteses, o adequado acompanhamento, avaliação e orientação pelos órgãos competentes, viabilizar a discussão com os diversos técnicos e setores envolvidos no processo. Faz parte do conjunto de informações a serem disponibilizadas no projeto:

a. Apresentação das questões conceituais e teóricas às quais a proposta de intervenção está associada, com indicação das fontes utilizadas (teorias da restauração e cartas patrimoniais). (IPHAN, 2011; p. 19)

Dessa forma, faz-se necessária a apresentação de máximas teóricas atualizadas, optou-se por apoio nos fundamentos, principalmente advindos da Teoria do Restauro (1963), de Cesare Brandi, da Teoria Contemporânea do Restauro (2004), de Salvador Muñoz Viñas e das diversas publicações de Giovanni Carbonara (2011) e a teoria Crítico-conservativa e Criativa. A escolha se deu de maneira com que as conceituações se complementam, dando um panorama antigo-novo, que consiste na compreensão da importância histórica do bem atrelar-se às novas necessidades locais, para decisões projetuais mais conscientes.

7.3.1 Teoria do Restauro Crítico Brandiana

Cesare Brandi, foi professor universitário e o primeiro diretor do Instituto Central de Restauro, a primeira instituição desse tipo em Roma, fundada em 1939. O pensamento crítico acompanha a teoria de Brandi, o qual definia a restauração como momento metodológico no qual a obra de arte é apreciada tanto na sua face material, mas principalmente levando em conta a sua “dualidade histórica e estética”. Ele considera a restauração como parte do processo histórico-crítico, contrapondo o empirismo dominante até a década de 1930. O teórico produziu o primeiro sistema de pensamento completo e orgânico na área de restauro. O restauro crítico tem em seu cerne a manutenção dos traços da passagem do tempo e da intervenção humana, bem como a negação veemente do falso histórico.

7.3.2 Teoria de Viñas

Por sua vez, Salvador Muñoz Viñas traz sua crítica na vertente que contraria as teorias anteriores. Tais teorias, por sua vez, colocavam a conservação no papel impositor de verdades

absolutas, relevantes apenas para um pequeno grupo técnico autorizado a dizer como e quando se deve conservar e restaurar. Para Viñas, a conservação contemporânea deve estar nos sujeitos e não mais no objeto, a antes “verdade absoluta” deve ser substituída por comunicação. A conservação deve ter simbolismo, conotação cultural, deve ser o conservador o facilitador da leitura subjetiva do objeto, e deve ele, por si só, preservar sua natureza simbólica. Nesse caso, é peça chave a participação de pessoas para as quais o objeto tenha significado, pois as necessidades, preferências e prioridades dessas pessoas são os fatores mais importantes. Ao mesmo tempo, a Teoria Contemporânea não deixa as decisões relativas ao restauro nas mãos do público geral, e sugere uma abordagem democrática, não imposta hierarquicamente, com a participação de grupos sociais afetados e profissionais qualificados. Para Salvador (2004) “uma boa restauração é a que satisfaz um maior número de sensibilidades”.

7.3.3 A Teoria Crítico-conservativa e Criativa

Procurando definir o papel da arquitetura contemporânea aliada às expressões do passado, Giovanni Carbonara, em seu livro *Architettura d'Oggi e Restauro. Un confronto antico-nuovo* (2011), avaliando o diálogo entre antigo e novo a partir das intervenções na preexistência dos edifícios. Atesta por meio do estudo sobre o cenário atual a escassez da unidade metodológica entre o restauro e o novo projeto, ou seja, a falta de conhecimento especializado em teorias de restauro, crítica arquitetônica e conceitos filosóficos necessários para a nova proposição.

Para Carbonara, o ponto principal de seu pensamento é o limite existente entre a criatividade projetual e o restauro arquitetônico. Baseado diretamente na teoria Brandiana, faz releitura do restauro crítico quando afirma que “[...] cada intervenção é um caso em si não enquadrável em categorias, não respondente a regras prefixadas, e reestuda profundamente caso a caso [...]”(CARBONARA. 2012, p. 41); “fundamenta-se no juízo histórico-crítico unida a conceitos crítico-conservativos, ao passo que “[...] o monumento deve em primeiro lugar ser perpetuado e transmitido ao futuro nas melhores condições possíveis [...]”(CARBONARA. 2012, p. 40).

Ele afirma que a teoria crítico-conservativa deve analisar as instâncias histórica e estética de forma metodológica, defendendo a ideia de que o projeto de restauro é único e não deve ser tratado de maneira mecânica a partir de conceitos pré-estabelecidos. Na sua visão crítico-conservativa e criativa, as ações do tempo sobre o bem são irreversíveis, a distinção

entre passado e presente deve ser explícita, evitando mimetismos ou imitações, mas aceitando recursos criativos como adição e preenchimento de lacunas.

7.4 Sustentabilidade Prática

Considerando a estrutura formal da cidade; localização e coerência urbana; infraestrutura existente; aproveitamento estrutural dos edifícios; o cumprimento da função social da propriedade, citados de acordo com autores como Rolnik (2007), Jesus (2008) e Croito (2008) fica fácil perceber o porquê revitalizar edifícios é uma ação altamente viável. De acordo com Silva (2004), além da atração de novos usuários para a área, a revitalização promove modificações significativas na paisagem urbana, e melhorias na qualidade de vida dos habitantes locais.

Fato é que a cidade democrática e bem articulada, principalmente para países subdesenvolvidos, é um desafio enorme. No Brasil, a persistência da desigualdade e injustiça social deslegitima os setores menos favorecidos, pois a instrumentação da política urbana acaba por defender interesses particulares (GHIONE, 2014). Esse ponto destaca um entrave cultural que deve ser levado em conta sempre que se propõe uma intervenção arquitetônica. A arquitetura, seja na área de restauro ou fora dela, tem o dever de prezar por diretrizes urbanísticas inteligentes que visem a cidade integrada e justa.

Picanço (2009) exemplifica a sustentabilidade de planos de ação urbanos por meio de seu estudo acerca de Natividade, no Tocantins:

A descoberta do patrimônio cultural como fonte de conhecimento e rentabilidade financeira tem transformado os centros históricos dos municípios em polos culturais e incentivado a economia por meio do incremento do turismo cultural e pela geração de empregos. O Programa (Monumenta) conta com apoio dos estados e municípios, de forma que suas intervenções afetam, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local e, assim, facilitam, a inclusão cultural, social e econômica da população (PIÇANO. 2009, p. 32-33).

Destaca-se também a importância, para além da restauração de monumentos e revitalização de espaços públicos degradados, unir-se a capacitação de mão-de-obra local e de agentes de turismo e cultura, a fim de garantir a identidade, memória e subsistência dos centros urbanos atingidos.

Assim como a análise de Natividade, Cardoso (2018), reafirma o poder transformador da gestão patrimonial consciente em sua breve análise sobre Pirenópolis - Goiás, onde, de

acordo com a então gestão municipal, a atividade turística vem se tornando importante para economia local, e por meio do comércio e serviços gera grande quantidade de emprego e renda.

"Os investimentos em conservação e restauro das edificações históricas representam uma significativa parcela ao incentivo do turismo, de forma a contribuir para o aumento da economia local e a promovendo a valorização da história e da arquitetura daquela sociedade. Dessa forma é validada a importância da elaboração de projetos de ação e incentivo à preservação do patrimônio histórico. É necessária também a conscientização da população acerca do assunto, demonstrando a necessidade de se preservar os bens materiais que possuem relevância para o desenvolvimento da história local. A carta de Petrópolis (1897) enfatiza a importância da participação e envolvimento da população para o sucesso das atividades de conservação, além de questões relativas ao uso e adaptação ao edifício existente." (CARDOSO. 2018, p.7)

Dessa maneira, percebe-se a importância do trabalho de conservação e restauração do patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. No caso de Pirenópolis, foi de extrema importância o Plano de Ação para as Cidades Históricas e o Programa de Aceleração do Crescimento, ambos programas existentes dentro do IPHAN. Demonstrando assim, a real possibilidade de transformação da dinâmica socioeconômica de pequenos centros urbanos, atreladas diretamente à educação e turismo.

Visto isso, percebe-se que existem diversas maneiras para a preservação da história também de pequenas aglomerações urbanas. Dessa forma, pode-se salvaguardar os bens materiais e imateriais locais ao passo que se consolidam novas dinâmicas socioeconômicas e espaciais nesses pequenos centros. Por isso, esse trabalho vem destacar diretamente a possibilidade da utilização do centro histórico como artifício de vitalidade para a cidade objeto, podendo vir a ser referência para cidades correlatas.

7.5 Estudo De Correlatos

7.5.1 Antigo Hotel Pilão: Um caso de reconstrução

Localizado no Centro Histórico de Ouro Preto – MG, em uma das cotas mais altas e visível do largo da Praça Tiradentes, abriga agora o Centro Cultural e Turístico da cidade. Isso porque o Hotel Pilão, possivelmente datado do século XVIII e reestruturado no século XIX, segundo Grammont (2005, apud PRÓSPERO, 2010, p. 85), foi vítima de um incêndio, em 2003, com causas dúbias, mas ambas apontando para uma má manutenção das instalações prediais. O Hotel ocupava uma esquina importante, restando apenas ruínas, o que acabou por

descaracterizar não só a edificação em si, mas toda a composição, o entorno imediato se viu interrompido.

A lacuna aberta na Praça Tiradentes havia afetado a legibilidade do todo, o perímetro da praça, antes um recinto fechado bem definido e marcado por edificações de mais de um pavimento, agora estava falho, algo faltava à completude da imagem consolidada à quase duzentos anos. Com o incêndio, a ausência da edificação se tornou um desafio para restauradores, práticos e teóricos, que questionaram se o edifício deveria ser reconstruído e como deveria ser essa reconstrução.

Figura 32 — Antigo Hotel Pilão momento do incêndio.



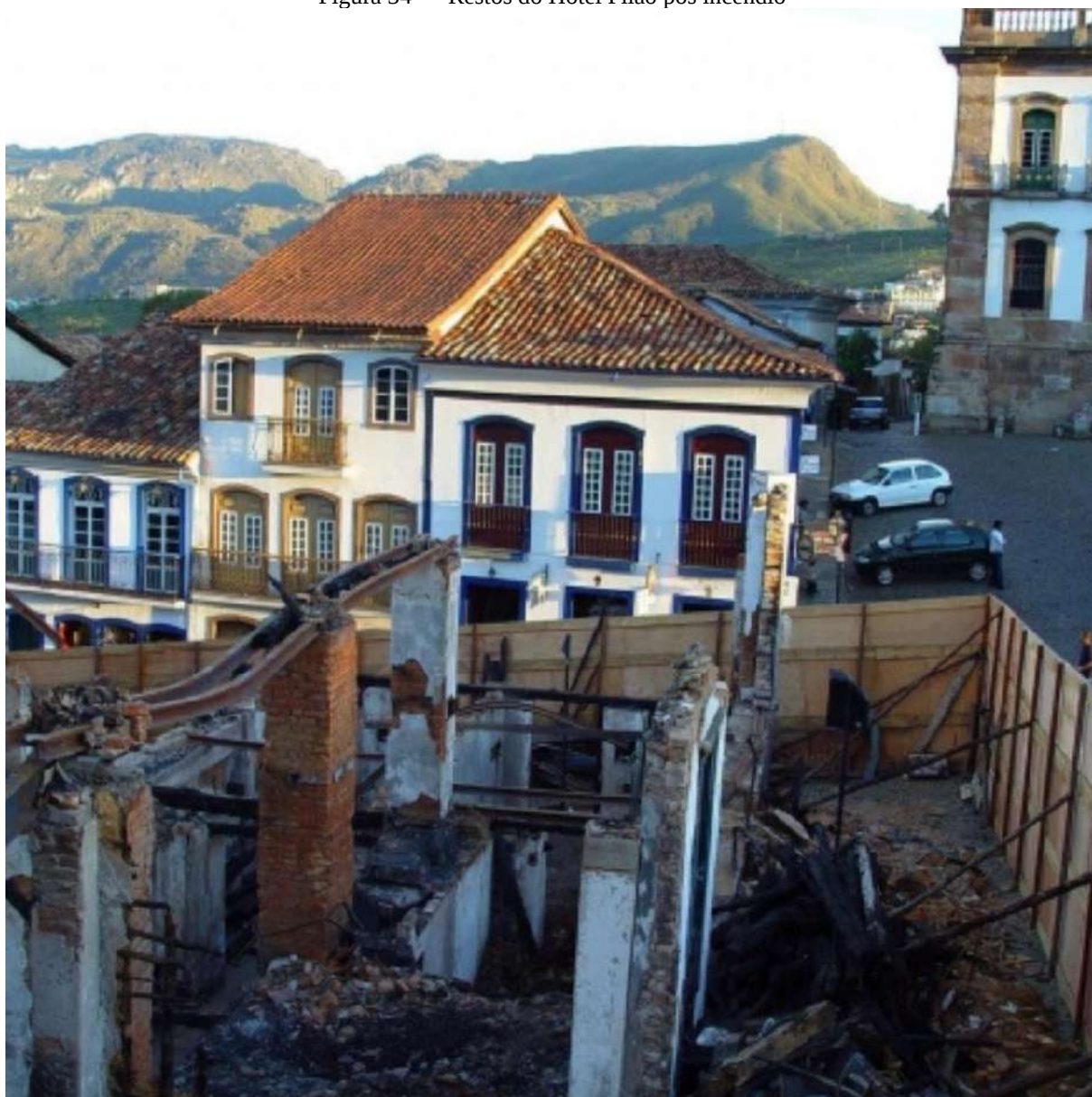
Fonte: Eduardo Tropa; 2003.

Figura 33 — Incêndio controlado do antigo Hotel Pilão



Fonte: Eduardo Tropa; 2003.

Figura 34 — Restos do Hotel Pilão pós incêndio



Fonte: Eduardo Tropa; 2003.

Segundo estudo de Próspero (2010), a proprietária do prédio, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG, optou por uma nova reconstrução, ou seja, exigiu as mesmas características da fachada antiga, objetivando a recomposição do entorno desmembrado. Todavia, apesar de tratar-se de uma reconstrução, preferiu-se o uso de materiais e técnicas contemporâneas, a estrutura em aço, laje pré-moldada, elevador, concreto armado, materiais cerâmicos e afins, preservando claramente os princípios de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção, não caracterizando, nesse caso falso histórico e preservando consigo a marcas de sua translação no tempo. Toda essa reforma só foi possibilitada devido aos registros e documentação da edificação, elucidando a importância dos mesmos no processo metodológico científico.

Figura 35 — Construção do centro cultural e turístico



Fonte: Labybe Maria; 2005.

Figura 36 — Antes (A) e depois (B) do antigo hotel.



Fonte: Labybe Maria; 2005.

Dentre os pontos positivos da intervenção pode-se observar claramente o remembramento unidade de ambiência arquitetônica; a preservação dos postulados como a distinção entre novo e antigo, afinal deixa claro que essa já não se trata de uma construção datada do século XVIII. A inserção de artifícios construtivos de épocas distintas se mostra tanto positivo, na reafirmação da passagem do tempo e da distinguibilidade, ao mesmo tempo que demonstra um empobrecimento construtivo histórico, já que não se fez uso de técnicas nem ao mesmo similares, provavelmente devido ao prazo de reconstrução da unidade potencial.

7.5.2 Casarão da Inovação Cassina

Construído no final do século XIX e início do século XX, o Hotel Cassina (1899) foi um dos principais hotéis de Manaus, localizado na Rua Bernardo Ramos, no centro antigo de Manaus. Nasceu do impulsionamento das cidades nortistas durante o Ciclo da Borracha (1890-1920), pertencia ao comerciante italiano Andrea Cassina, encantadoramente caracterizado pelo seu estilo eclético. Revela-se alguns aspectos do hotel na obra de Gonçalves Maia, “Livro de Viagem: Norte”, onde existe um capítulo dedicado ao mesmo.

“O meu quarto no Hotel Cassina dá para o jardim da Praça do Palácio [hoje Praça Dom Pedro]. É o melhor aposento do hotel, como o hotel é o melhor da cidade. É também o quarto mais caro. Pago 20\$000 [vinte mil] réis por dia. Já era, portanto, um aposento para ser confortável e até luxuoso. A mobília é, entretanto, humilde. O guarda-roupa não tem portas de espelho. O lavatório é quase um lavatório de estudante. Os tapetes são velhos. Mas a cama é boa, larga, macia e a luz entra em grandes jorros (sic), alegrando a vida. Quando toda a cidade arde abrasada, o meu quarto é fresco. Só isso vale uma fortuna e eu não me queixo. Depois, estou numa cidade onde tudo é caro. Antes assim.”. (MAIA. 1904, p.120)

Figura 37 — Hotel Cassina em 1910.



Fonte: Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas, 1910.

O declínio da economia gomífera foi também o seu fim, passando a ser conhecido pejorativamente como “Cabaré Chinelo”. O local foi fechado em 1960 e tomado pelo abandono, pelo vandalismo e pela vegetação. A ruína foi reabilitada em 2019, quando a cidade de Manaus resolveu reativar mais de 70 prédios públicos.

Figura 38 — Hotel Cassina em estado de ruína.



Fonte: Archdaily, Laurent Troost; 2019.

O projeto, de Laurent Troost Architectures, baseou-se na conservação das fachadas com aspecto de ruína, tornando a intervenção um manifesto, afinal é a última fachada com argamassa pigmentada com pó de arenito vermelho. Assim como a abordagem de importantes ícones da arquitetura brasileira, tais quais a Pinacoteca de São Paulo, de Paulo Mendes da Rocha, e no Rio de Janeiro, o Parque das Ruínas, de Ernani Freire, “A beleza da imperfeição da ruína suscita interesse, questionamentos e convida à reflexão sobre o passado e a ação do tempo e do homem na cidade e sobre o patrimônio construído de uma forma geral.” esclarece a equipe de Troost.

Figura 39 — Fachada principal do Casarão da Inovação Cassina.



Fonte: Archdaily, Joana França; 2020.

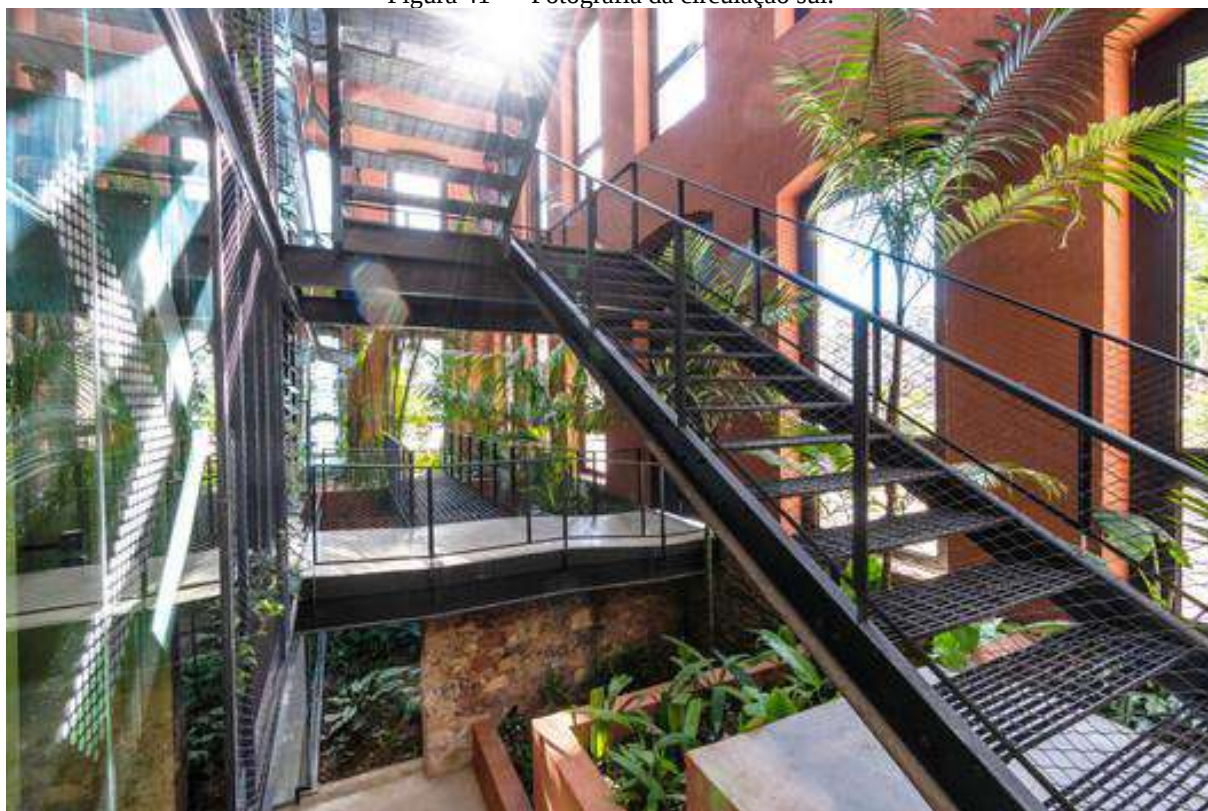
Figura 40 — Fachadas do Casarão da Inovação Cassina.



Fonte: Archdaily, Joana França; 2020.

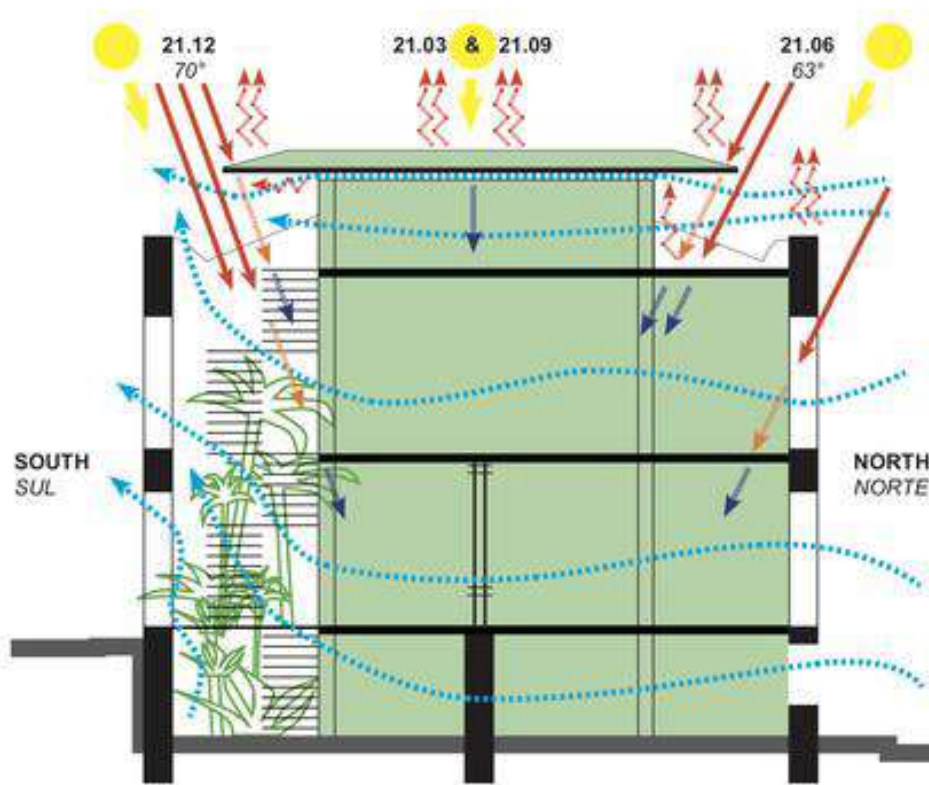
Instalações elétricas, hidrossanitárias, de combate a incêndio e irrigação foram feitas, bem como a adequação a acessibilidade de acordo à norma. Ao centro, foi inserida uma estrutura central independente que sustenta os pavimentos superiores, sem interferir na estrutura antiga. Além disso, o Cassina contém um exuberante jardim que remete a essência amazônica da cidade de Manaus, conectando a história e a natureza à contemporaneidade, sintetizando os ciclos econômicos manauaras: a era da borracha e seu declínio, a era industrial e a nova era da economia digital. Bem como trabalha importantes conceitos de conforto ambiental e sustentabilidade passiva, por meio de soluções arquitetônicas de ventilação cruzada, criação de microclima, vãos de ventilação e atenção à incidência solar.

Figura 41 — Fotografia da circulação sul.



Fonte: Archdaily, Joana França; 2020.

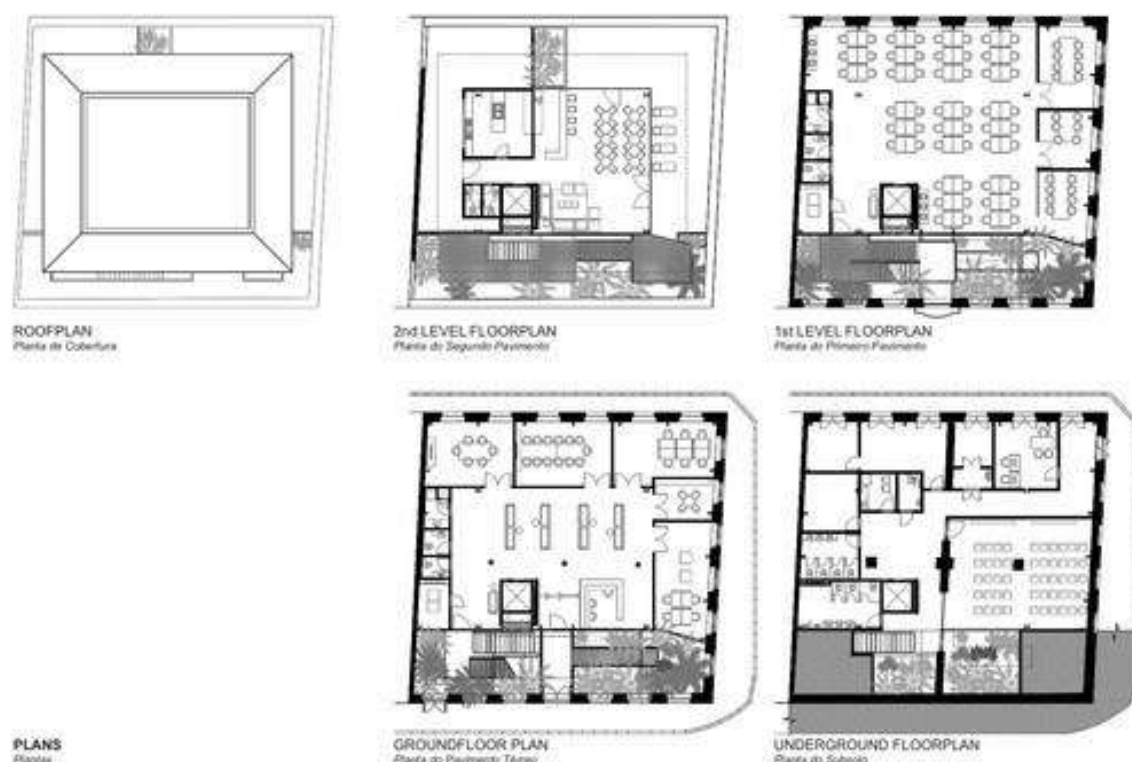
Figura 42 — Corte figurativo de soluções bioclimáticas.



Fonte: Archdaily, Laurent Troost; 2020.

Agora Casarão da Inovação Cassina, é o novo centro de inovação, digitalização e preparação regional, sendo marco na criação do Polo Digital de Manaus, profissionalizando a população na área de indústria 4.0, além de servir de apoio a startups focadas no estado. O local possui 1600 m², com laboratórios, salas de desenvolvimento e treinamento, estações de coworking, auditório e, no terraço, um café.

Figura 43 — Plantas de cobertura, segundo piso, primeiro piso, térreo e subsolo, respectivamente da esquerda para direita.



Fonte: Archdaily, Laurent Troost; 2020.

A valorização do bem como fonte histórica e a manutenção clara da passagem do tempo pelo edifício são alguns dos pontos fortes dessa intervenção. Além do mais, deve-se valorizar enormemente as respostas de ambientação geral e soluções de conforto térmico, assim como o impacto social que a reabilitação causa na região.

Negativamente, muitas vezes esse tipo de intervenção pode ser visto como fachadismo, mas:

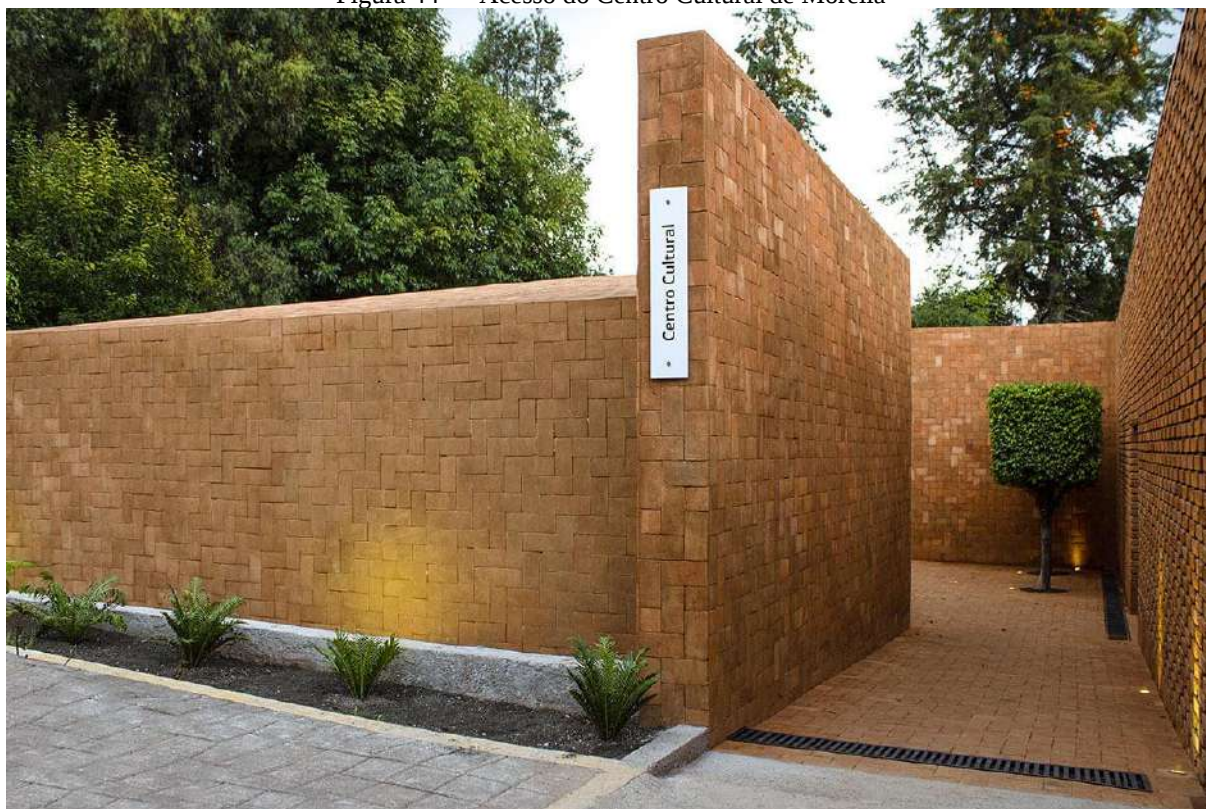
“Se realizada com sensibilidade, pode apresentar uma versão alternativa da história, com toques contemporâneos que contam como a estrutura original surgiu e como ela se transformou. Também poderia ser aceita como uma maneira de atualizar a infraestrutura em centros urbanos históricos para padrões modernos de acessibilidade, incêndio e normas ambientais, oferecendo um ambiente interno mais confortável para o mais diverso conjunto de usuários.” (WALSH. 2019, p. 1).

Deve-se estar atento a forma com que, nesse caso, a ruína é tratada, fugindo incessantemente do uso da fachada como casca de uma construção pouco atrelada aos valores históricos. Além disso, apesar de ser propriedade da prefeitura, sua utilização para a locação e fomento de startups limita de certa maneira o público-alvo do espaço.

7.5.3 Centro Cultural Morelia

Construído em Morelia, no México, pelo arquiteto Iván Marín, o pequeno centro cultural é um pontapé inicial no plano de desenvolvimento para alunos e professores de uma modesta escola. O projeto recicla uma antiga biblioteca, reutilizando dois de seus contêineres metálicos, sua fundação, além de pisos e paredes perimetrais. Optou-se pelo uso do adobe como material envolvente, afinal seu uso é bastante recorrente regionalmente.

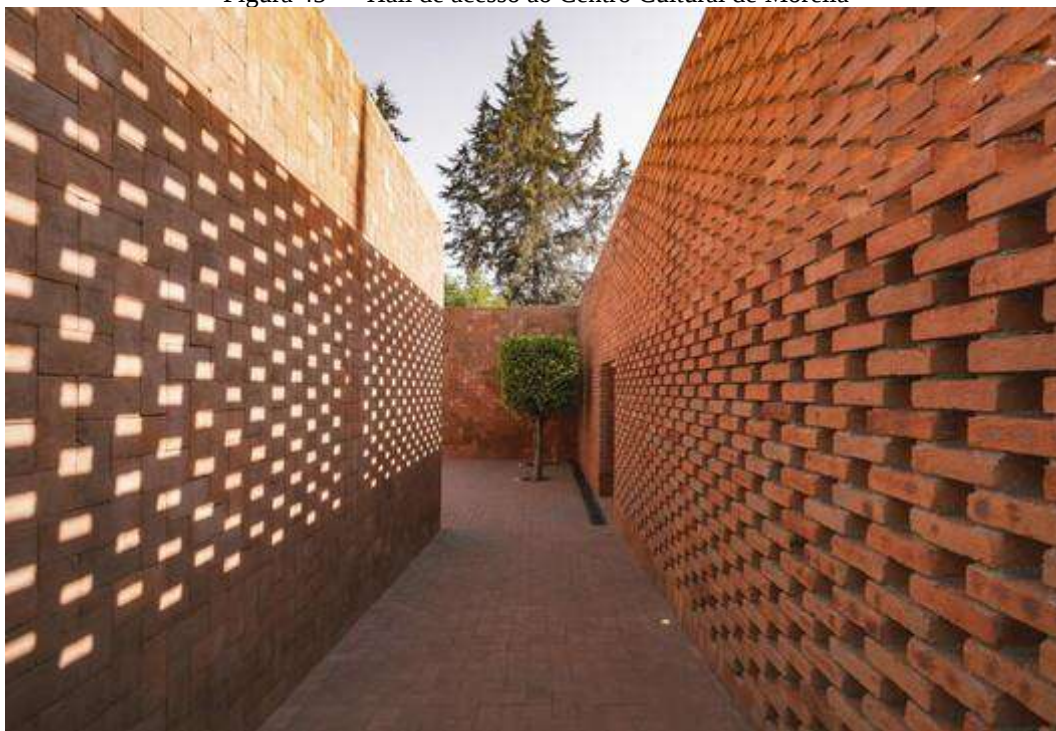
Figura 44 — Acesso do Centro Cultural de Morelia



Fonte: Jose Carlos Macouzet; 2018.

Circundado por edifícios consolidados, o bom uso da luz natural foi prioridade na concepção do projeto, aproveitando cobogós, vãos livres e paredes cegas como proteção solar. Promove a integração interior exterior com um pátio central, que também é hall de acesso e terraço de leitura.

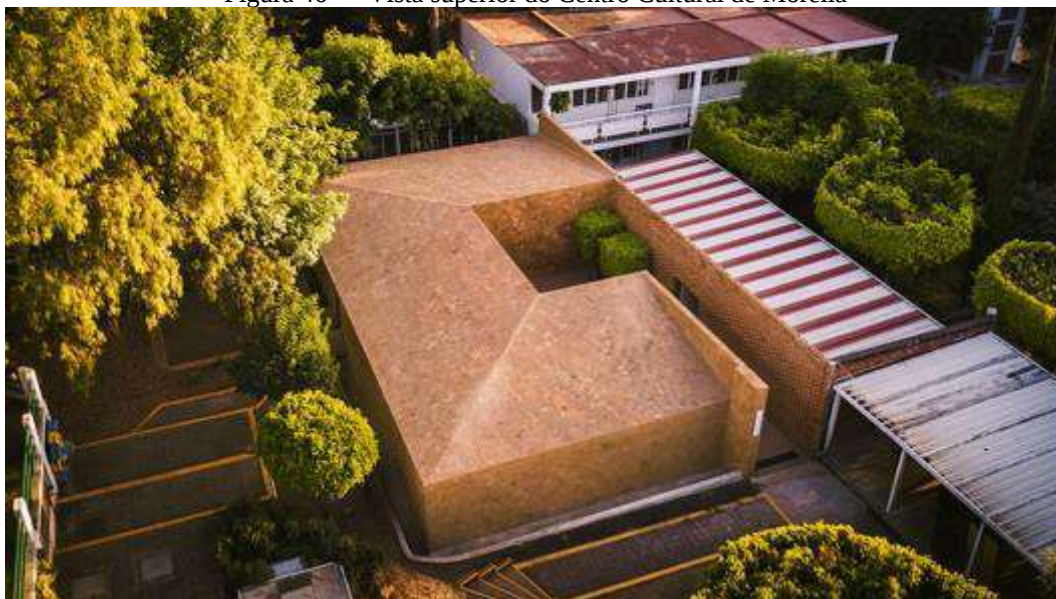
Figura 45 — Hall de acesso ao Centro Cultural de Morelia



Fonte: Jose Carlos Macouzet; 2018.

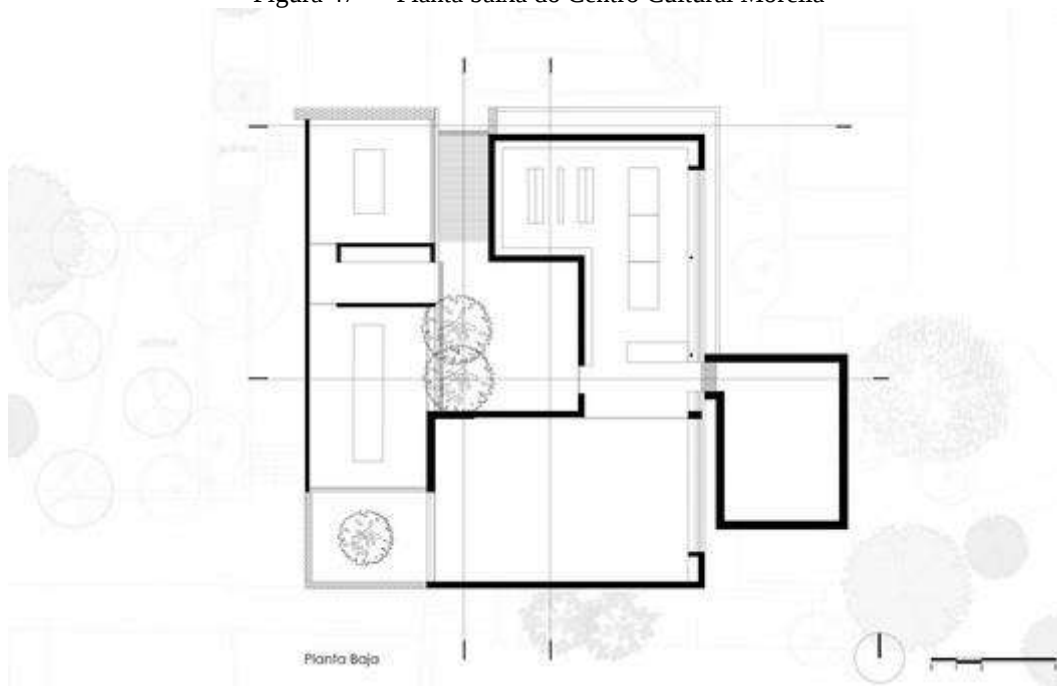
Seu programa de necessidades conta com: área de leitura e biblioteca; sala polivalente e duas salas de artes plásticas. O que se destaca de maneira importante é a simplicidade de suas volumetria e soluções, além de possuir um bom relacionamento por meio do uso de materiais regionais adaptados ao entorno.

Figura 46 — Vista superior do Centro Cultural de Morelia



Fonte: Jose Carlos Macouzet; 2018.

Figura 47 — Planta baixa do Centro Cultural Morelia



Fonte: Iván Marín; 2018.

Destaca-se nesse projeto o reuso de objetos arquitetônicos previamente existentes, ao mesmo passo em que dá nova roupagem ao ambiente. O uso de paleta de cores sóbria evoca a simplicidade da proposta e faz com que a mesma interaja com o entorno. Por outro lado, a sua introspecção, mesmo justificada, revela a baixa permeabilidade da edificação.

7.5.4 Centro Cultural Lá da Favelinha

Uma pequena e estreita edificação se destaca em meio a Vila Novo São Lucas, Aglomerado da Serra em Belo Horizonte-MG, conhecida popularmente como Favelinha. A edificação ocupa um humilde lote de 78,20m², possuindo o total de 194,73m² divididos em três pavimentos; a construção foi iniciada em 1995, mas nunca tinha sido completamente concluída até 2017, quando foi fundado o Coletivo LEVANTE Favelinha, sendo Fernando Maculan e Joana Magalhães os responsáveis pelo projeto. O coletivo é formado por uma união entre arquitetos, estudantes e engenheiros. Por meio dele se elaboram os projetos, trazem fornecedores e apoiadores para o êxito da ideia.

Figura 48 — Entorno do Centro Cultural Lá da Favelinha



Fonte: Archdaily, Leonardo Finotti; 2021.

Importante notar que esse projeto se realizou durante aproximadamente 3 anos, com orçamento arrecadado por vaquinha virtual, e envolvendo de maneira voluntária, toda comunidade: pedreiros, serventes, pintores, serralheiros e vidraceiros; bem como profissionais e estudantes do coletivo, designers, costureiras e empresas de engenharia.

Figura 49 — Fachada do Centro Cultural Lá da Favelinha.

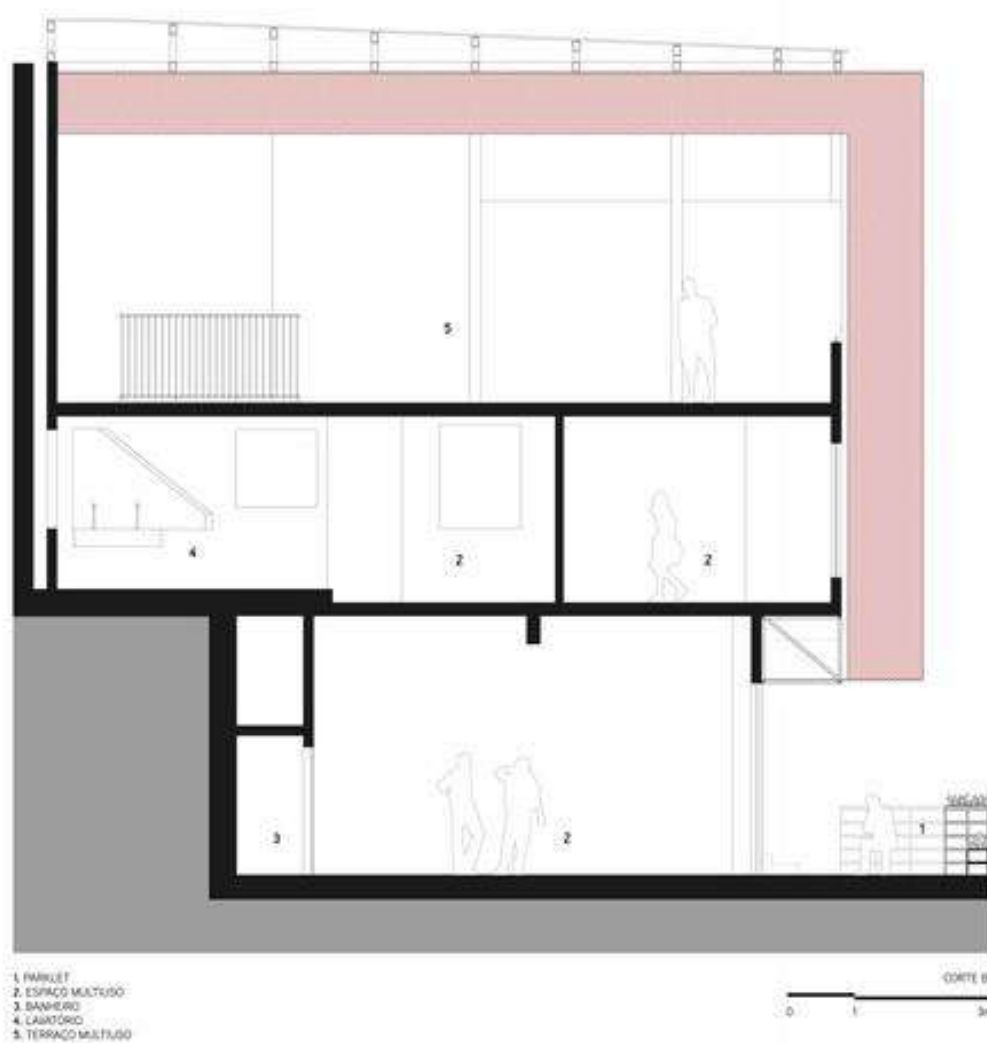


Fonte: Archdaily, Leonardo Finotti; 2021.

O projeto apresenta espaços abertos de livre apropriação e alta flexibilidade de usos, tanto no térreo como no terraço; também apresenta espaços compartimentados de uso definido. Promove a circulação de ar e entrada de luz em todos os espaços por meio de elementos vazados e aberturas para o fosso. As faixas vermelhas de tela em sua fachada e cobertura garantem destaque e reafirmação da presença do centro cultural enquanto amenizam a insolação direta.

A paleta de cores evoca atenção, alegria, vibração e força criativa, princípios fundamentais da intervenção.

Figura 50 — Corte longitudinal do Centro Cultural Lá da Favelinha.



Fonte: Archdaily, Coletivo LEVANTE; 2021.

Figura 51 — Terraço do Centro Cultural Lá da Favelinha



Fonte: Archdaily, Leonardo Finotti; 2021.

Figura 52 — Terraço em utilização do Centro Cultural Lá da Favelinha



Fonte: Archdaily, Leonardo Finotti; 2021.

Sua aliança a demais projetos locais de transformação revela o poder social da construção, já que desencadeia, em diferentes escalas e natureza, uma série de outros projetos no aglomerado. Seu aspecto arquitetônico causa impacto visual na paisagem urbana e demonstra a força transformadora do ambiente. De maneira negativa observa-se que, por se tratar de uma construção coletiva, o prazo de conclusão é extenso, mas mesmo assim a participação de diversas mãos agrega ao bem sinônimo de coletividade.

7.5.5 Considerações construtivas e conceituais

A presente proposta baseia-se nos correlatos supracitados de maneira pontual para construção do todo, buscando as singularidades e qualidades em cada um deles que ajudaram a construir o resultado do objetivo geral deste trabalho. O processo reconstrutivo observado no antigo Hotel Pilão, onde se restabeleceu o impacto visual em uma lacuna causada por um incêndio, assemelha-se ao caso do Conceição do Araguaia, onde foi demolida uma edificação na esquina entre a Av. Intendente Norberto Lima com a Av. Couto Magalhães, o principal cruzamento do recinto antigo do município. Usar-se-á o exemplo mineiro para o restabelecimento do importante marco temporal para o remembramento da unidade de ambiência arquitetônica.

O Casarão Cassina, por sua vez, fornece excelente exemplo nortista de revitalização, visto que edificação preserva a passagem do tempo, ao mesmo tempo que estabelece uma mudança de uso e aplicabilidade de novas técnicas e materiais; além disso, faz bom uso das normas construtivas e de segurança atuais.

Junto ao Centro Cultural de Morelia, nota-se que mesmo um pequeno equipamento pode agregar enormemente ao desenvolvimento pessoal e coletivo de uma comunidade, assim como faz importante integração ao entorno por meio das escolhas materiais e o reuso de infraestrutura prévia e se destaca por sua simplicidade em soluções técnicas e estéticas, que dão novos ares à antigos materiais.

O Centro Cultural Lá da Favelinha revela a importância de espaços dinâmicos, de alta flexibilidade de usos. Sua arquitetura cheia de elementos contrastantes com o entorno reafirmam a presença transformadora do ambiente de ensino e cultura ao mesmo tempo que desempenham funções bem mais que puramente estéticas. Outro aspecto importante no presente exemplo é a inclusão de uma enorme gama de saberes locais para a construção coletiva, que no caso da restauração possui extremo valor simbólico e material.

8 O CENTRO CULTURAL

8.1 Motivo Da Escolha

A proposta de inserção da Casa de Cultura do Araguaia nasce com a intenção de restabelecer a unidade de memória local, a fim de afirmar a potência transformadora da história

e evitar a fuga do conhecimento. Fuga essa apresentada anteriormente pelo deslocamento de acervo do antigo Museu da Guerrilha, pelo sucateamento dos espaços de cultura locais, bem como o abandono e destruição do recinto antigo de Conceição do Araguaia e a inexistência de mecanismos de salvaguarda patrimoniais. O Centro Cultural surge para exemplificar e reverberar a potencialidade histórica da pequena cidade interiorana, para que dentro das dinâmicas socioeconômicas atuais faça-se as pazes com o percurso de formação da cidade e da sociedade.

Cabe destacar também que esse é um cenário recorrente no norte do país e, de acordo com Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, em pesquisa realizada em 2011, o estado do Pará contava com 42 museus, sendo 26 deles na capital Belém, o que revela uma concentração de 61,9% de equipamentos museológicos concentrados na Capital do estado. Por outro lado, a mesma pesquisa constata que o Pará é a unidade federativa com maior número de equipamentos do gênero, seguida pelo Amazonas com 41 museus. Quando comparada ao cenário nacional, a região norte revela seu déficit, são apenas 146 unidades, enquanto a região sudeste ostenta 1.151 museus de um total nacional de 3.025, ou seja, os equipamentos nortistas ocupam apenas 4.82% do total nacional.

O Centro Cultural se caracteriza por ser um importante catalisador do desenvolvimento de uma sociedade. Inclui diferentes estratos da população na cadeia de produção cultural e valoriza os fazeres artísticos locais. O intuito, portanto, é agregar cultura, história, conhecimento e transformação, para que atuem de maneira conjunta. Não só para recuperação física do bem, mas também criando referência prática de preservação ao passo que conscientiza acerca da importância da proteção de bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais.

Agregar ensino, cultura e o Museu ao Centro Cultural e ligá-los diretamente a produção econômica é uma importante forma de dinamização do fazer cultural, e afasta o estigma de que a preservação do patrimônio está diretamente ligada a perda do valor econômico do bem, com o propósito de exemplificar aos moradores e proprietários do recinto antigo que é possível unir a geração de renda ao restauro.

8.2 Objeto Escolhido

Os bens de intervenção localizam-se na avenida Intendente Norberto Lima, entre a avenida Couto Magalhães e rua Trinta de Maio (Mapa 5). Atualmente a área encontra-se desocupada e, em parte, antropizada. A escolha se deu pela urgência da proteção de um dos

últimos exemplares relativamente intocados de expressão arquitetônica da ocupação originária da cidade, que passou por inúmeros acontecimentos históricos da cronologia nortista. O sítio, que possuía duas edificações da mesma época, hoje conta apenas com uma, em estado de abandono e incontáveis problemas estruturais. Por sua proximidade ao leito do rio, o solo apresenta característica arenosa.

A área possui enorme potencial paisagístico, ocupa a principal esquina do recinto antigo, onde o rio Araguaia serve de plano de fundo. Seu caráter comercial originou-se desde os primórdios e se reafirma pelo entorno, ao mesmo tempo em que a longevidade do edifício agrega a face histórica e cultural da pequena cidade, sendo um potencial objeto da paisagem cultural de Conceição do Araguaia.

8.2.1 A Casa Souza Lima

Conhecida como Casa Souza Lima, essa edificação, construída por volta de 1917-1934, de acordo com o historiador e escritor local Isaú Coelho (2022), foi moradia e comércio do coronel da Guarda Nacional, Norberto de Souza Lima, que hoje leva o nome da via onde se localiza (Intendente Norberto Lima).

Figura 53 — Fachada comercial da antiga Casa Souza Lima.



Fonte: Google Street View, 2012.

O coronel, vindo da região de Balsas, no Maranhão, possuía nos arredores de Conceição do Araguaia, uma fazenda de engenho, onde fabricava-se açúcar, rapadura e aguardente. O

ponto comercial, anexo à residência, se caracterizava como comércio geral, ali vendia-se produtos oriundos de sua fazenda, além de roupas, calçados e até materiais de pesca, comumente trazidos de Belém ou Goiânia.

O ofício de comerciante do pai foi seguido por seu herdeiro, Joaquim de Souza Lima, e consecutivamente por seu filho, Romeu Maranhão Lima, que viria a ser um dos maiores, se não o maior, comerciante da região. O legado comercial da Casa Souza Lima permanece até hoje, onde se encontra em pleno funcionamento em novo endereço. Por outro lado, a edificação original foi inteiramente reduzida a pó entre fevereiro e novembro de 2012 (Google Street View), restando atualmente, apenas o lote onde morou e trabalhou o coronel.

Por influência das oficinas de olaria promovidas durante o período de construção da Igreja Matriz, grande maioria das edificações utilizam-se da mesma técnica construtiva em tijolos maciços de barro, sendo esse o caso desse edifício. Não foram encontrados registros fotográficos da edificação, mas nota-se pelo registro da ruína (2012), que se tratava de um imóvel de uso misto, onde a esquina (Int. Norberto Lima com Couto Magalhães) era usada como ponto comercial, e anexa a ela, estabelecia-se residência. Essa, contava com um átrio em sua entrada principal, elevada ao nível da rua por alguns degraus; janelas de ferro e vidro texturizado. Rodapés de fachada bem-marcados contornavam a edificação, bem como sua platibanda marcada por simples relevos ortogonais, revelando uma arquitetura tipicamente eclética.

8.2.2 Casarão Butelo

Essa edificação, de acordo com relatos de Isaú (2022), pertenceu originalmente à família Butelo e foi construída igualmente entre 1917-1934. Vindos da mesma região maranhense que os Souza Lima, Juarez Butelo e família estabeleceram comércio e morada na mesma avenida. Os comerciantes da castanha-do-pará, a vendiam e transportavam até Belém por meio de embarcações, e entre idas e vindas trabalhavam tal qual mascates, vendendo roupas nas cidades ribeirinhas entre a capital paraense e o Mato Grosso. Por consistir em uma família de comerciantes muito rica, seus filhos, entre 15-16 anos, eram enviados à Goiânia para estudar e por lá se estabeleceram. Os últimos donos antes do total abandono foram Romeu Maranhão Lima e sua esposa.

Figura 54 — Fachadas principais do casarão.



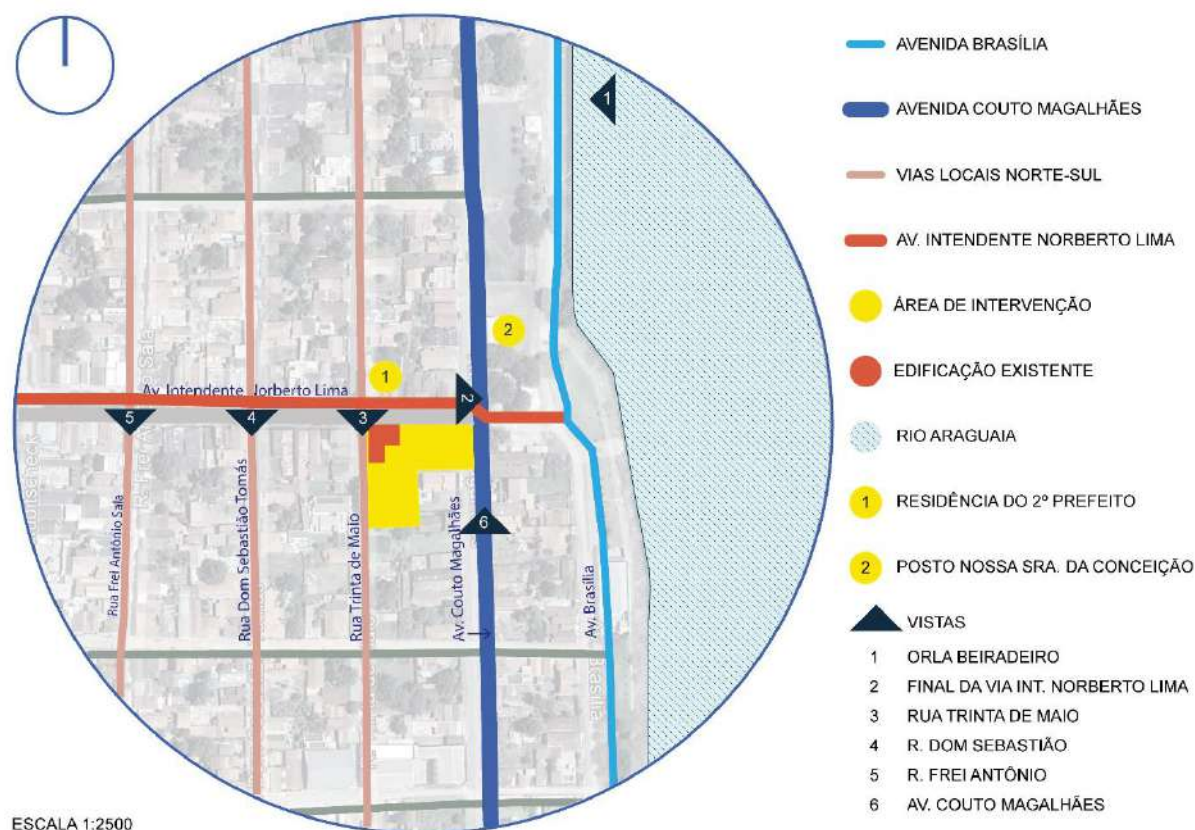
Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Por algumas vezes foi invadido e usado como moradia, por esse motivo encontra-se com boa parte das aberturas lacradas por alvenaria. Apenas um registro histórico foi encontrado acerca dessa edificação, meramente como plano de fundo, sem muitos detalhes (Figura 54), e por meio dessa, percebe-se, até onde se pode ver, que a estrutura formal da edificação não foi extremamente modificada. Também construída com os tijolos da olaria da igreja, o casarão possui característico telhado de duas águas coberto por telhas capa-canal; sua planta em L destina uma fachada comercial (Av. Norberto Lima) e a outra a um acesso possivelmente privado (Rua Trinta de Maio). Possui, em todas as fachadas, aberturas de porta em arcos ogivais, tipicamente árabes, e como comum em cidades interioranas da mesma época, a residência possuía banheiros externos, além de amplo quintal com poço. É possível perceber, em sua fachada oeste, pequenas aberturas triangulares invertidas, solução de ventilação que indica a localização de uma típica cozinha caipira. Analisando registros via Google Street View, nota-se, assim como no exemplar anterior, a existência de janelas metálicas basculantes com vidro texturizado.

8.3 Entorno Imediato

A área de intervenção escolhida faz parte, de acordo com o Plano Diretor de Conceição do Araguaia, da Zona de Recinto Antigo, que compõe o cerne original da ocupação urbana. Por isso, caracteriza-se por um entorno de baixo gabarito, com edificações que datam do final do século XIX ao início do século XX. Todas as informações aqui tratadas dizem respeito exclusivamente ao Recinto Antigo.

Mapa 5 — Localização da intervenção



8.3.1 Orla do Beiradeiro

A leste, junto ao Rio Araguaia, encontra-se a orla (vista 1), com diversos bares, restaurantes, hotéis e residências. A avenida Brasília, mais próxima ao rio, delimita a área de ocupação e se caracteriza pelo uso predominantemente residencial com alguns exemplares comerciais, e têm passado por transformações urbanísticas relevantes, tanto na esfera pública como nas modificações privadas. Atualmente estão sendo concebidas obras de qualificação e reformulação da orla, que antigamente só tinha sido desenvolvida na altura da Igreja Matriz, bem como reformulação de antigas praças (Praça da Capelinha, Praça do Buriti, Praça da Bíblia e Praça Frei Gil de Vilanova), além da inserção e melhoria da pavimentação, ora asfáltica, ora intertravada. Por conta dessas mudanças, observa-se o surgimento de residências de alto padrão, ampliação da rede hoteleira, venda/abandono e descaracterização do ambiente construído.

Figura 55 — Vista 1: Orla do Beiradeiro, 2021.



Fonte: JDrones; 2021.

Figura 56 — Vista 1: Orla do Beiradeiro atualmente.



Fonte: JDrones; 2022.

Figura 57 — Orla do Beiradeiro em temporada de praia.

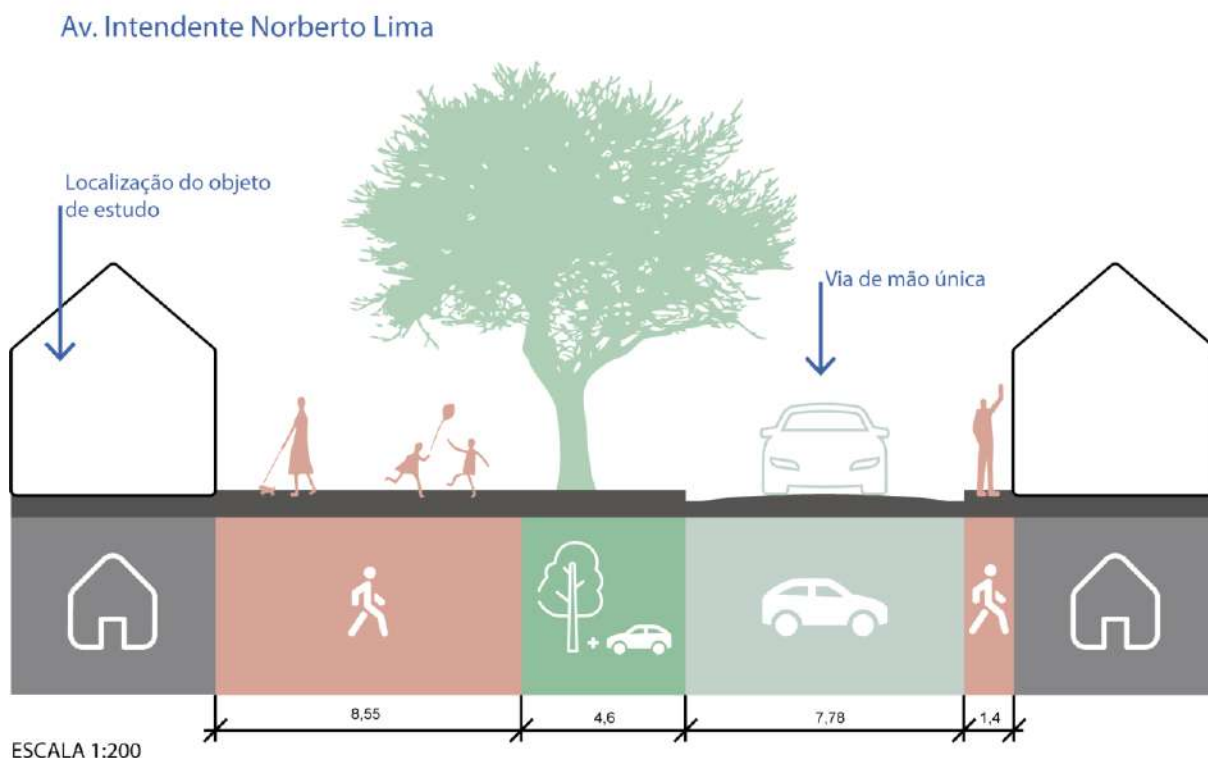


Fonte: JDrones; 2022.

8.3.2 Avenida Intendente Norberto Lima

A avenida Intendente Norberto Lima, é uma das principais avenidas de acesso à Orla do Beiradeiro (Figura 58), e trata-se de uma rua majoritariamente comercial. Antigamente consistia em duas vias separadas por canteiro central, atualmente possui apenas uma via de sentido único de aproximadamente 6,7m de largura, inteiramente revestida em piso intertravado hexagonal, tipologia de pavimentação que se propaga por quase todo o recinto antigo. A outra via foi transformada em uma área pedonal, criando um ambiente de praça linear e dando espaço a estacionamentos, observa-se aqui o surgimento de uma nova forma de ocupação, onde a noite se abrem os restaurantes e usa-se o calçadão para acomodação de mesas, cadeiras, pula-pulas e onde passeiam ambulantes, principalmente na estação de praia.

Figura 58 — Perfil da via Int. Norberto Lima.



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Na mesma avenida, encontra-se poucos resquícios de edificações históricas, todavia, frente ao objeto escolhido, nota-se a presença de uma antiga casa laranja (Figura 59), Segundo Isaú Coelho, essa foi residência do segundo prefeito da cidade, Messias da Rocha (FERREIRA 1957) e sua esposa Joana Rocha. O trecho dessa avenida (entre a Av. JK e a Av. Couto Magalhães) é plenamente arborizado por enormes Oitis (*Moquilea tomentosa*), o que proporciona um ambiente agradável e possibilita a permanência do pedestre (Figura 59). A arborização do trecho também pode ser observada em pleno desenvolvimento em fotografias datadas de 1971 (Figura 60).

Figura 59 — Visão da Av. Intendente Norberto Lima a partir do Casarão Butelo, ao fundo antiga residência do prefeito.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2021.

Figura 60 — Vista da Av. Int. Norberto Lima a partir da Av. Couto Magalhães - ao fundo o Casarão Butelo (aprox. 1971).



Fonte: Acervo Pessoal do Escritor Isaú Coelho; s/d.

No entroncamento da avenida Intendente Norberto Lima com a Couto Magalhães e as margens do Araguaia, encontra-se ainda em funcionamento o posto de combustível Nossa Senhora da Conceição, que mesmo com suas modificações adaptadas ao uso, resiste à modernidade.

Figura 61 — Posto de combustível as margens do Araguaia



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2021.

Figura 62 — Antiga fotografia datada de 1971 do Posto Nossa Sra. da Conceição.



Fonte: Acervo Pessoal do Escritor Isaú Coelho; s/d.

Junto ao mesmo entroncamento, sentido orla, há presença da pequena praça junto a um quiosque que funciona como bar noturno (Figura 63). Nota-se também a existência de uma faixa de pedestre elevada, que atua como redutora de velocidade dos veículos por mais que falhe na sua função de acessibilidade. A vista para o rio Araguaia encontra-se desobstruída, e ao final da via existia um restaurante que foi totalmente retirado na expansão da orla do Beiradeiro, atualmente se caracteriza apenas como um grande gramado com alguns bancos pontuais, utilizado como espaço para disposição das mesas do pequeno quiosque.

Figura 63 — Vista 2: Final da via Intendente Norberto Lima



Fonte: Google Street View; 2012.

8.3.3 Vias Locais Norte-Sul

A oeste do objeto escolhido se encontra a Rua Trinta de Maio (Figura 64), de caráter local e tipologia de pavimentação intertravada. Esse exemplar se assemelha por tipologia construtiva e de apropriação do espaço às suas conseqüentes ruas norte-sul, a Rua Dom Sebastião Tomás (Figura 65) e Rua Frei Antônio Sala (Figura 66), assim como boa parte das ruas sentido Leste-Oeste ao sul da localização escolhida para o novo equipamento. São essas, típicas ruas interioranas de baixo fluxo de automotores, com fachadas ativas, estreitas, calçadas desniveladas e majoritariamente residenciais.

Figura 64 — Vista 3: Rua Trinta de Maio ao nível do pedestre.



Fonte: Google Street View; 2012.

Figura 65 — Vista 4: Rua Dom Sebastião Tomás ao nível do pedestre.



Fonte: Google Street View; 2012.

Figura 66 — Vista 5: Rua Frei Antônio Sala ao nível do pedestre.

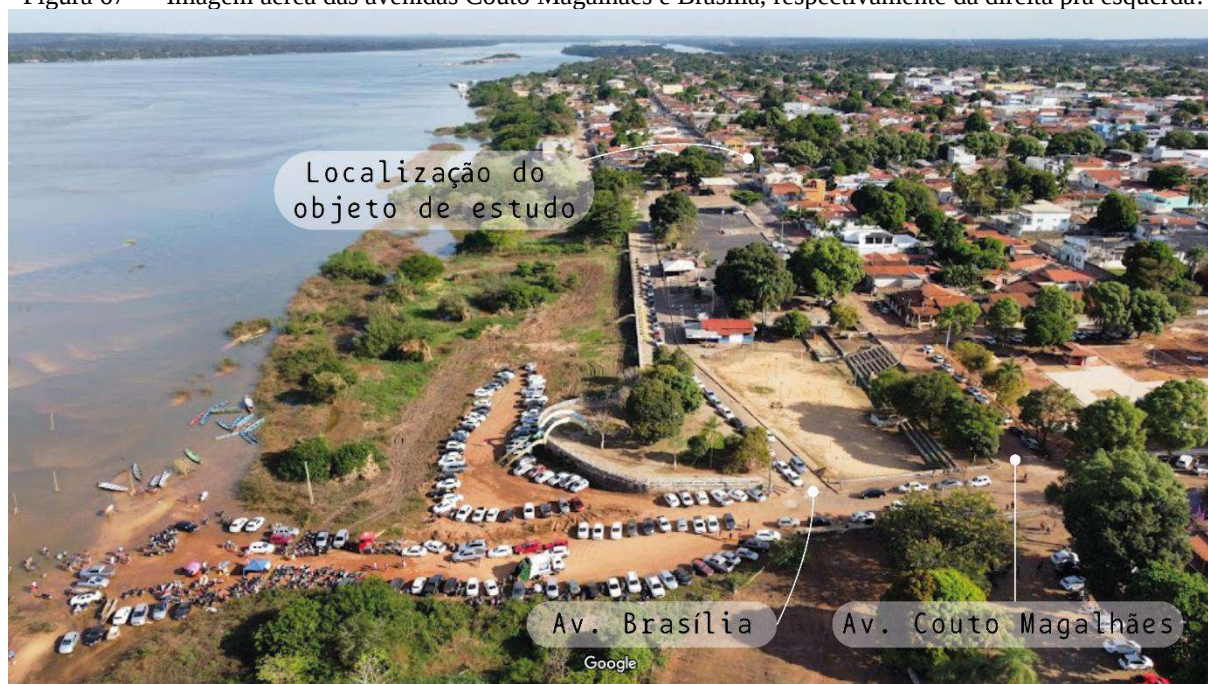


Fonte: Google Street View; 2012.

8.3.4 Avenida Couto Magalhães

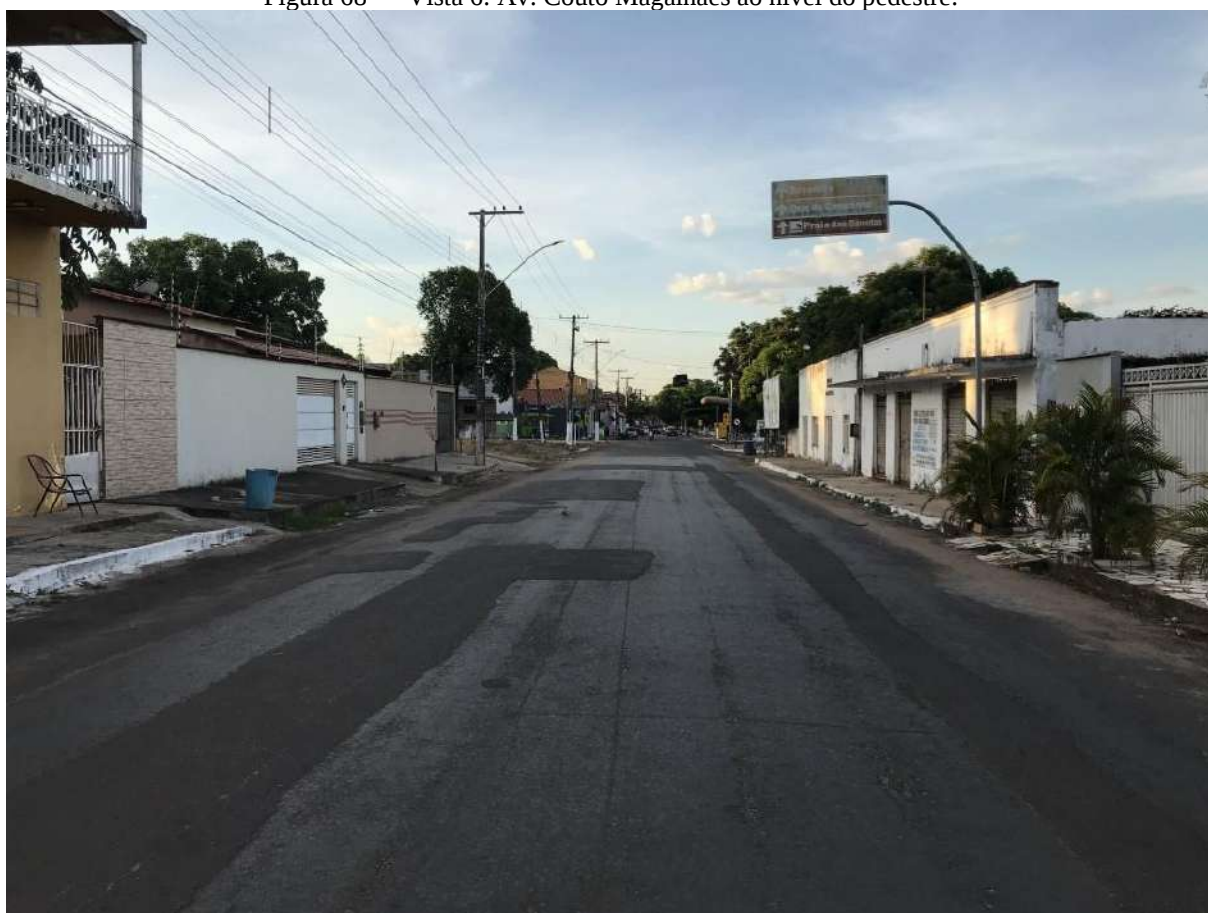
A Avenida Couto Magalhães, apresenta em boa parte de seu percurso, diferentemente das demais, amplo leito carroçável, por isso um maior fluxo de veículos. Essa rua possui grande vocação comercial, apesar de apresentar boa parcela residencial, e demonstra da mesma maneira uma tendência à descaracterização por seus inúmeros exemplares de abandono e subtração de edifícios com importante carga estilística, como anteriormente apresentado.

Figura 67 — Imagem aérea das avenidas Couto Magalhães e Brasília, respectivamente da direita pra esquerda.



Fonte: JDrones; 2022.

Figura 68 — Vista 6: Av. Couto Magalhães ao nível do pedestre.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

8.4 Diagnóstico Local

O processo de descaracterização do Centro Histórico de Conceição do Araguaia por parte da atual gestão e de iniciativas privadas é preocupante. O recinto antigo da cidade, se apresenta, na Lei de Plano Diretor, como uma zona consolidada. Essa mesma lei apresenta critérios que definem conceitos de solo urbano não edificado e subutilizado (Lei Municipal Nº 016, Art. 77), bem como define, mesmo que superficialmente, os processos de operações urbanas consorciadas (Lei Municipal Nº 016, Art. 91). Ademais, agrega ao poder público o direito de preempção para salvaguarda de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico (Lei Municipal Nº 016, Art. 101). Todavia, apesar de todos os artifícios legais apontando para uma gestão de responsabilidade histórica e cultural, não se observa a utilização dessas medidas por parte do poder público.

Na Av. Norberto Lima, são poucos os exemplares originais de arquitetura eclética remanescentes, e tendendo ao desaparecimento, seja pela falta de manutenção, seja pela modernização sem critérios. Por outro lado, a criação do calçadão trouxe uma nova forma de ocupação da via, mais dinâmica e adaptada aos meios ativos de locomoção, evocando o potencial comercial da via e proporcionando maior vitalidade, que por sua vez, só é bem aproveitada durante o veraneio conceicionense.

Nesse recorte, mesmo no período de veraneio nortista, não se vê a apropriação do recinto antigo como fonte de história e cultura, pois não possui um plano de exploração turística bem articulado, ancorando-se unicamente na exploração do Rio Araguaia pelo período de um mês. Nesse curto período é perceptível a vocação turística da cidade: as ruas estão cheias de pedestres, os comércios bem abastecidos de clientes, há festa por todos os lados, as ilhas do Araguaia estão lotadas de acampamentos. Todavia, quando chega ao fim no mês de julho, a cidade adormece outra vez, sobretudo o recinto antigo, ali caminham algumas pessoas durante o dia, mas a noite se torna uma parte fantasma da cidade.

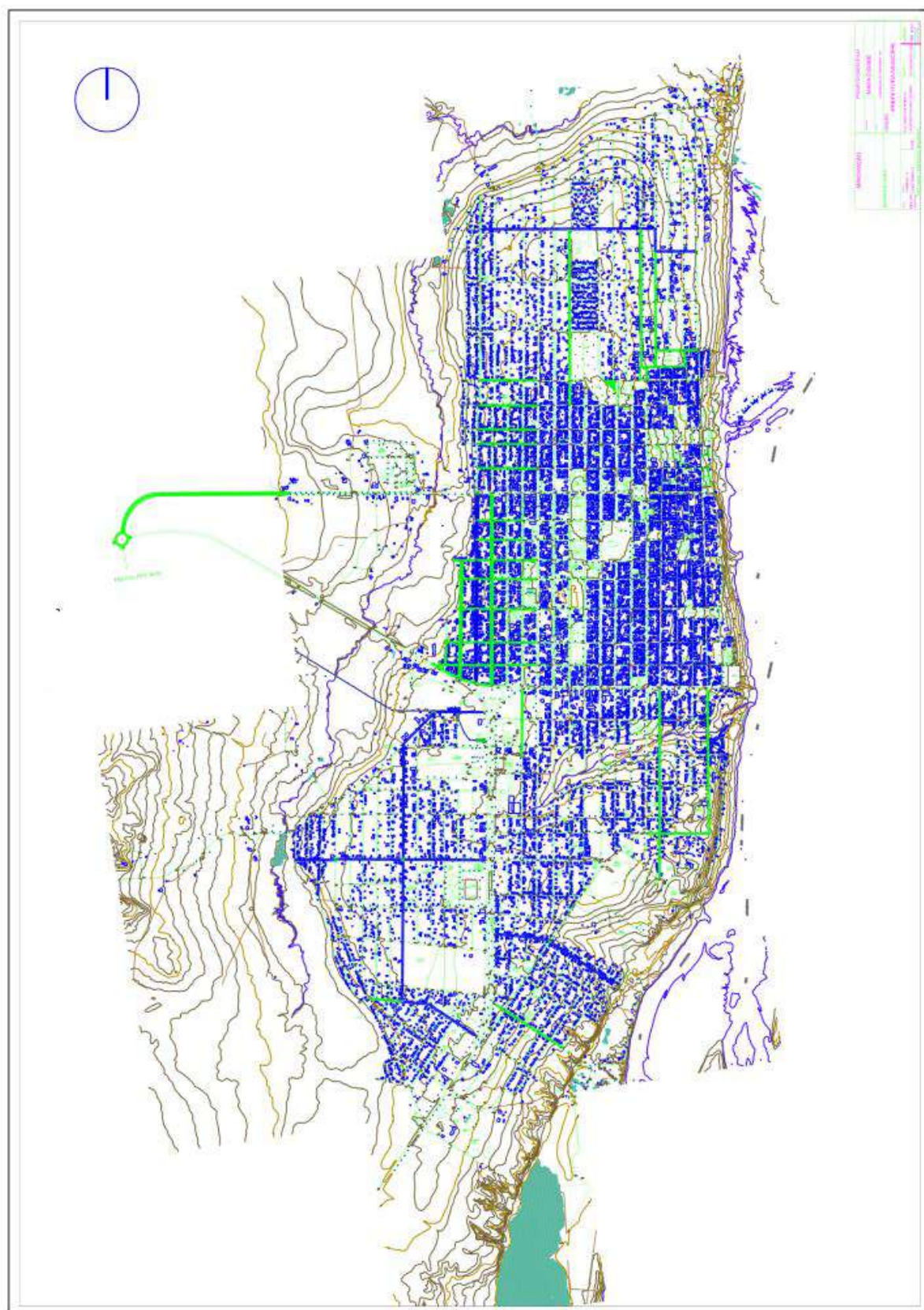
O centro histórico original vem, ao longo dos anos, sendo descabidamente substituído por novas construções, novas histórias, desatrelado de qualquer apreço ao antigo. A atual gestão municipal tem trazido melhorias de infraestrutura a custo da história; sem critérios técnicos no âmbito do patrimônio reformula-se boa parte dos espaços públicos da zona de recinto antigo. Logo, a apropriação sazonal tem se apoderado por meio de abandono, demolições e novas construções, afinal o município não se utiliza dos artifícios legais que salvaguardam parte imóvel das expressões arquitetônicas da origem de Conceição do Araguaia.

9 A INTERVENÇÃO

9.1 Levantamento

Realizado no período de julho de 2022, o levantamento métrico arquitetônico se deu de maneira parcial. Primeiro porque o acesso a área interna do Casarão Butelo não foi autorizado, impossibilitando a medição, realizada apenas em suas fachadas; segundo devido a atual situação da Casa Souza Lima, que foi inteiramente demolida, restando apenas o lote em que se encontrava. Por esse motivo, essa pesquisa utilizou-se de fontes secundárias para estabelecer medidas e proporções. Felizmente, o arquivo de mapeamento do Plano Diretor de Conceição do Araguaia, possuía marcação de projeção das edificações em período anterior a demolição da presente edificação. A existência de tal dado, junto as imagens fornecidas pelo Google Street View de fevereiro de 2012, ainda enquanto ruína, possibilitou a geração do levantamento métrico por meio de softwares computacionais, estabelecendo a proporção necessária para utilização de medidas aproximadas.

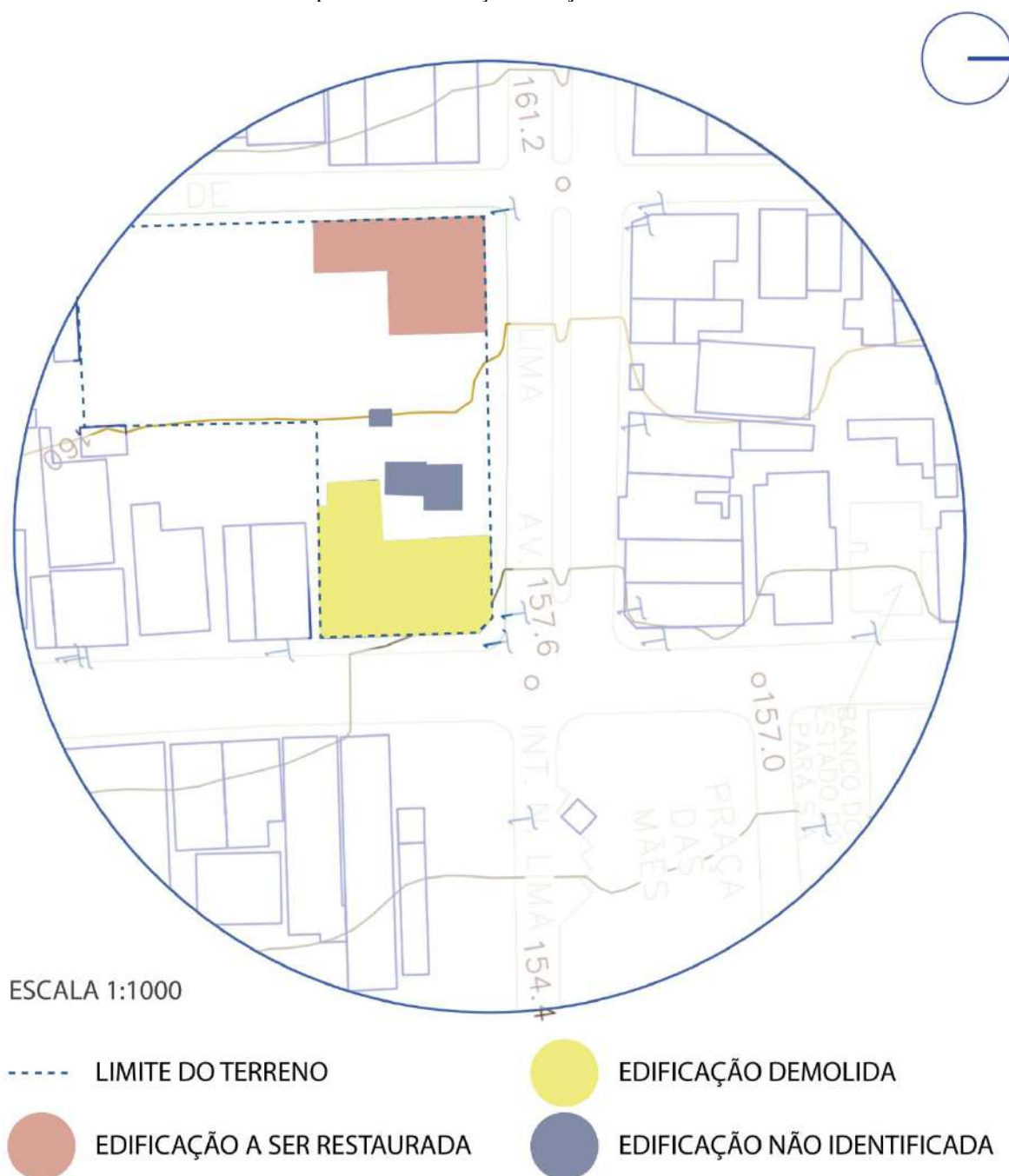
Mapa 6 — Plano Diretor de Conceição do Araguaia – PA



Fonte: Anexo da Lei de Plano Diretor, 2006.

O mapa acima (Mapa 6) revela a ocupação do tecido urbano do município, onde as áreas em azul representam as edificações construídas e as marcações em verde destacam as vias pavimentadas. O mapa abaixo (Mapa 7) apresenta, de maneira aproximada, as projeções de áreas construídas no entorno próximo aos objetos escolhidos. Dessa forma, a existência da informação anterior a demolição da Casa Souza Lima possibilitou, junto as fotografias, a reconstrução das fachadas antes existentes.

Mapa 7 — Identificação do objeto de estudo



Fonte: Anexo da Lei de Plano Diretor, 2006, adaptada pela autora, 2022.

Na mesma ocasião foi feito o levantamento fotográfico do Casarão Butelo e de seu entorno imediato. Nota-se que, por ser uma edificação de esquina, apenas duas faces estão voltadas ao passeio público, e essas foram extensivamente utilizadas como suporte para propagandas e pichações. Para evitar ou dificultar a apropriação do espaço e uma possível futura proteção individual, a maior parte de suas aberturas estão lacradas com alvenaria, restando apenas algumas portas de madeira trancadas com corrente e cadeado.

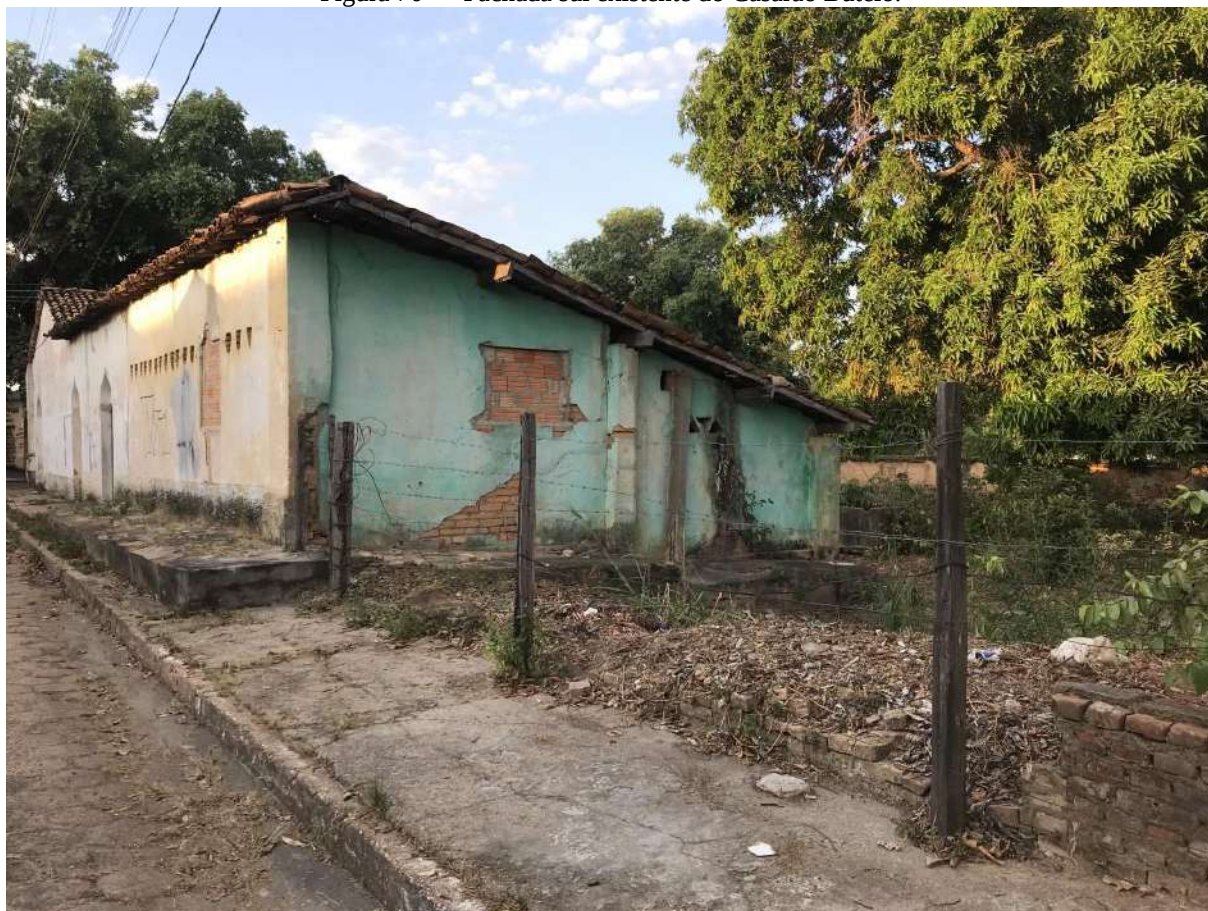
Figura 69 — Perspectiva do Casarão Butelo.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Sua fachada sul deixa evidente os graves danos estruturais, com tentativas frustradas de contenção. Vale ressaltar que se trata de uma edificação com 45cm de espessura de parede, e a manifestação de trincas é evidente principalmente nessa fachada, onde também se nota o afundamento do edifício, por conta de sua fundação aparentemente superficial e solo arenoso. Há descolamento do reboco; machas que indicam umidade da chuva decorrente de trincas e/ou deslocamento de telhas, assim como apodrecimento da estrutura de madeira que compõe o telhado. Interessante observar que todas as trincas dessa face da parede estão direcionadas a um único pilar, que inclusive já se encontra completamente fragilizado, dividido inteiramente em quatro partes.

Figura 70 — Fachada sul existente do Casarão Butelo.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

O telhado conta com alguns elementos faltantes em suas extremidades, o que favorece a ação da umidade em sua estrutura. Apresenta traços da ação de xilófagos em alguns elementos isolados. Observando-o no detalhe, a partir da fachada principal (Figura 72), é possível notar leve deslocamento de telhas e afundamento em parte do telhado, mais perceptível a partir da cumeeira. Por tratar-se de um telhado que não possui tesoura⁷, todo seu peso é depositado nas paredes do edifício, e apesar da falta de manutenção apresenta-se relativamente íntegro.

⁷ Tipo de estrutura treliçada, bi apoiada e triangular utilizada para sustentação de telhados.

Figura 71 — Telhado a partir da fachada sul do Casarão Butelo.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 72 — Fachada Norte do Casarão Butelo.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Recorrentemente observa-se ações de recuperação de lacunas com reboco, mas que nada atua na real problemática da manifestação patológica. São ações temporárias e pouco técnicas

de recomposição da unidade, observadas normalmente nas extremidades dos elementos. Eventualmente a recomposição atinge uma grande área e restabelece uma importante quina, deixando clara a intervenção (Figura 75).

Figura 73 — Exemplo de aplicação de reboco em lacunas.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 74 — Exemplo de tentativa de recuperação de trinca.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Figura 75 — Exemplo de recomposição de grande área.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

Vale ressaltar que, em todas as faces da edificação, há presença de manchas escuras que denunciam a ação da umidade. Ação que deriva das falhas no telhamento e por respingos de

água da chuva. Junto ao radier constata-se o crescimento de vegetação e proliferação de musgos. Assim como todo o lote está tomado por arbustos e gramíneas.

Figura 76 — Presença de umidade e vegetação na fachada sul.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

As esquadrias, em sua maioria preenchidas por alvenaria, apresentam-se, por vezes, mimetizadas. Uma antiga abertura na fachada norte da edificação possui, em parte, ausência de sua moldura em arco ogival (Figura 77). Algumas possuem um recorte tão bem delimitado que destoam das demais, sugerindo tratar-se de uma possível adição posterior a obra original (Figura 74).

Figura 77 — Elemento ausente na fachada norte.



Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

As esquadrias restantes são compostas por madeira (Figura 85). Encontram-se tomadas por xilófagos e atingidas por umidade proveniente de respingos de chuva. Cada porta possui sua própria tipologia formal, o que talvez aponte a substituição de exemplares originais.

Figura 78 — Únicos exemplares de esquadrias existentes no Casarão.

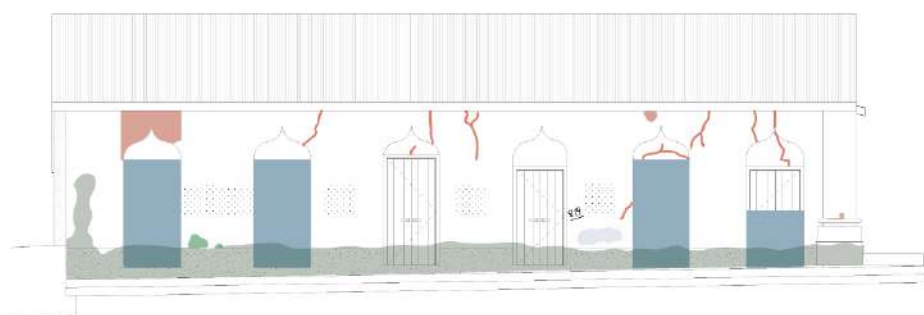


Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2022.

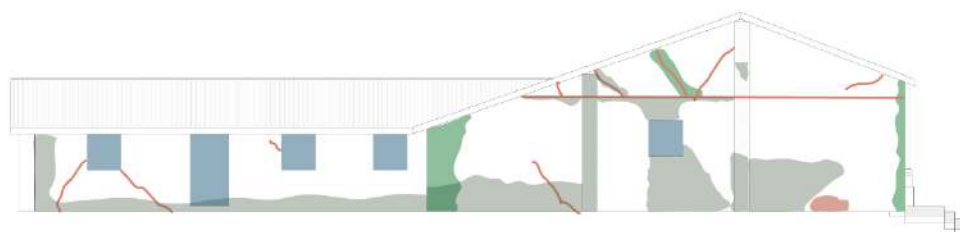
9.2 Diagnóstico

Por meio do levantamento métrico e fotográfico foram produzidos quatro mapas de danos referentes às fachadas (Mapa 8). Ele representa o resumo dos danos por meio de hachuras devidamente identificadas na legenda. Dessa maneira, é possível notar figurativamente as ações passivas, de natureza temporal, e passivas, de natureza antrópica. Vale destacar que devido a total subtração da Casa Souza Lima, não se viu necessária a criação de um mapa, visto que essa é uma tipologia de análise aplicada ao ambiente construído.

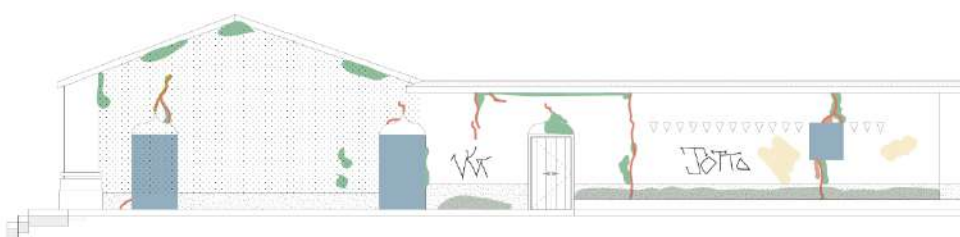
Mapa 8 — Mapa de Danos
MAPA DE DANOS



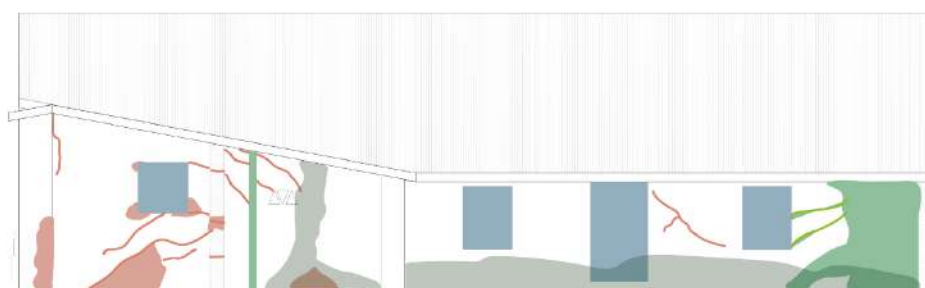
FACHADA NORTE



FACHADA LESTE



FACHADA OESTE



FACHADA SUL

Escala 1:150

- | | | |
|----------------------------|--------------|---------------------|
| — Fissuras e Trincas | — Pichação | ● Mancha de umidade |
| ● Fechamentos em alvenaria | ● Manchas | ● Adições |
| ● Deslocamento de reboco | ● Propaganda | |

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

A análise *in loco* permitiu a constatação de distintos aspectos e manifestações patológicas, divididos por local de aparição e organizados abaixo por tabelas:

Tabela 1 — Resumo de patologias observadas em paredes e pilares.

Local	Manifestação	Aspectos observados	Causas prováveis
Paredes e Pilares	Vandalização e propaganda	Pichações; Suporte para propagandas comerciais e políticas; Resquícios de cartazes	Vandalismo; Uso comercial.
	Fissuras e trincas	Trinca inclinada; Trinca vertical; Fissuras aleatórias; Rachadura inclinada em canto de esquadrias	Recalque; Concentração de esforço; Movimentação.
	Umidade	Manchas esverdeadas ou escuras; Revestimento em desagregação; Manchas de umidade	Umidade constante; Área não exposta ao sol.
	Adições	Preenchimento de lacunas; Recomposição de estrutura; Diferentes tipos de pintura.	Contorno superficial de patologias; Refazimento da unidade.
	Estrutural	Movimentação de elementos; Falhas portantes; Desplacamento de reboco; Cisalhamento	Recalque; Retração; Concentração de esforços.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Tabela 2 — Resumo de patologias observadas em pisos.

Local	Manifestação	Aspectos observados	Causas prováveis
Piso	Fissuras e trincas	Fissuras e trincas aleatórias	Movimentação da estrutura; Dilatação
	Umidade	Manchas esverdeadas ou escuras	Umidade constante; Área não exposta ao sol.
	Biológica	Formação de limo ou lodo; Aparecimento de musgo; Crescimento de vegetação a partir de trincas	Umidade constante; Área não exposta ao sol.
	Estrutural	Ausência de planos bem definidos; Fissuras e trincas; Desnívelamento; Afundamento.	Recalque; Acomodação do solo; Movimentação da estrutura.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Tabela 3 — Resumo de patologias observadas em esquadrias.

Local	Manifestação	Aspectos observados	Causas prováveis
Esquadrias	Adição	Esquadrias seladas por alvenaria; Possíveis novas aberturas; Tipologia formal contrastante.	Ação proposital
	Biológica	Presença de xilófagos (cupins);	Ambiente úmido propício a reprodução; Ausência de manutenção
	Ausências	Alguns exemplares já não existem;	Ação do tempo; Ação proposital.
	Umidade	Manchas escuras; Esfarelamento	Ausência de selante; Umidade constante; Área não exposta ao sol.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

Tabela 4 — Resumo de patologias observadas em telhados.

Local	Manifestação	Aspectos observados	Causas prováveis
Telhado	Estrutural	Leve afundamento da cumeeira e elementos próximos	Umidade; Falhas estruturais;
	Biológica	Presença de xilófagos (cupins);	Ambiente úmido propício a reprodução; Ausência de manutenção
	Trincas e ausências	Algumas telhas apresentam trincas que permitem transposição da água da chuva; Alguns exemplares de telhas já não existem.	Ausência de amarração das telhas; Vandalismo; Ação do tempo Ausência de manutenção.
	Umidade	Manchas escuras	Ausência de manutenção; Umidade constante.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2022.

9.3 Solução De Patologias

Braga (2003) classifica as patologias como sintomas de causas diversas que acometem edifícios e provocam a degradação de seus elementos. Objetivando solucionar tais sintomas

patológicos, exemplificados pelo mapa de danos (Mapa 8), esse tópico discute as possíveis formas de contornar os desafios e restabelecer a unidade potencial do Casarão.

9.3.1 Umidade

Na presente edificação as fontes de umidades são por respingo de chuva ou falhas no telhamento, são manifestações que aceleram o processo de deterioração das camadas internas e externas dos elementos e apresentam risco à saúde. Dessa maneira, deve-se fazer a limpeza da superfície por raspagem e/ou alvejante. Em caso de característica pulverulenta, executar a remoção até o emboço. Restabelecer o emboço e reboco com argamassa similar a original e aditivo impermeabilizante, finalizando com pintura respirável. Concomitantemente, deve-se reparar a cobertura da edificação, suas telhas e calhas.

9.3.2 Biológica

Proporcionado pelo clima quente e úmido, encontram-se condições perfeitas para sobrevivência de agentes biológicos; também há presença de xilófagos em vários dos elementos de madeira, o que exige medidas corretivas de acordo com o nível de infestação. Em casos de fragilidade estrutural por enorme infestação, a peça deve ser completamente substituída, por elementos de madeira de mesmas dimensões ou estrutura metálica, como reforço da estrutura antiga ou como novo elemento estrutural. Nos demais casos, é necessária a supressão da degradação e uso de ações preventivas. Deve-se fazer a secagem da madeira, limpeza, aplicação de fungicida e/ou inseticida, além da selagem por impermeabilizantes específicos e pintura de proteção contra incêndio.

9.3.3 Adições

Ações de preenchimento deliberado de lacunas por técnicas que destoam do original devem ser removidas. Primeiro, porque foram realizadas com materiais que diferem em composição do original, segundo, pois, são soluções pouco técnicas, não representando real

prevenção das patologias as quais se aplicam; terceiro, porque afetam a legibilidade integral do edifício antigo e suas características históricas e arquitetônicas.

No caso dos novos fechamentos em alvenaria que selam antigas esquadrias, deve-se inicialmente, escorar a estrutura original, demolir o acréscimo e reconstruir as partes necessárias a fim de restabelecer a antiga abertura.

9.3.4 Estrutural

O solo arenoso, a estrutura de telhado sem tesouras e a presença de umidade, causam nas paredes e pilares uma movimentação por concentração de esforços, recalque e retração. Sua provável fundação superficial caracteriza-se pela distribuição de esforços sobre o solo (POLEZ, 2022), que no caso, possui características arenosas. Silva e Silva (2018 apud CARDOSO, 2022) destacam que se faz necessária a intervenção solo-fundação-estrutura, para recomposição das funções estruturais. Ainda de acordo com Silva e Silva, os tipos mais comuns de reforços de fundações são:

-Injeções de cimento: Injetada uma camada cimentícia por meio de tubos no solo até a cota pretendida, garantindo a melhoria de características impermeabilizantes e de resistência e consolidação do solo.

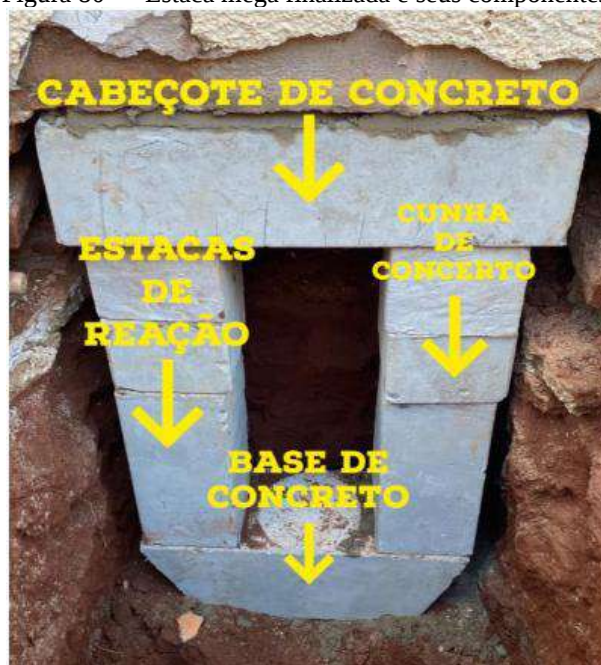
Figura 79 — Exemplo de injeção de cimento para consolidação do solo.



Fonte: Geoconcret, s/d.

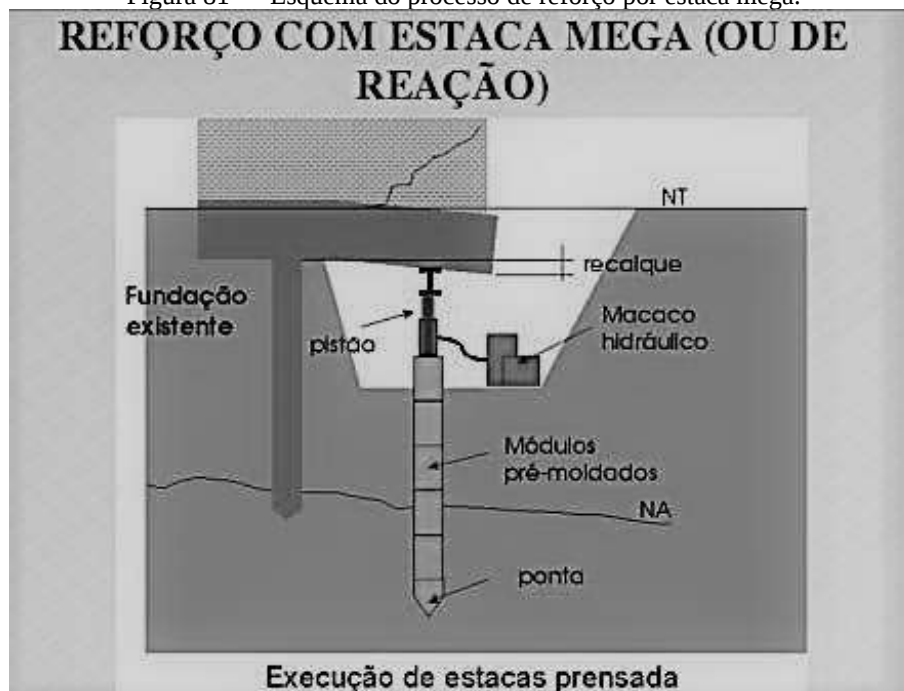
-Estaca mega: O reforço realizado por cilindros metálicos ou de concreto por meio de acessos escavados até cerca de 1,5m de profundidade abaixo da fundação e com auxílio de transferência de carga a um macaco hidráulico.

Figura 80 — Estaca mega finalizada e seus componentes.



Fonte: Cardoso, 2022.

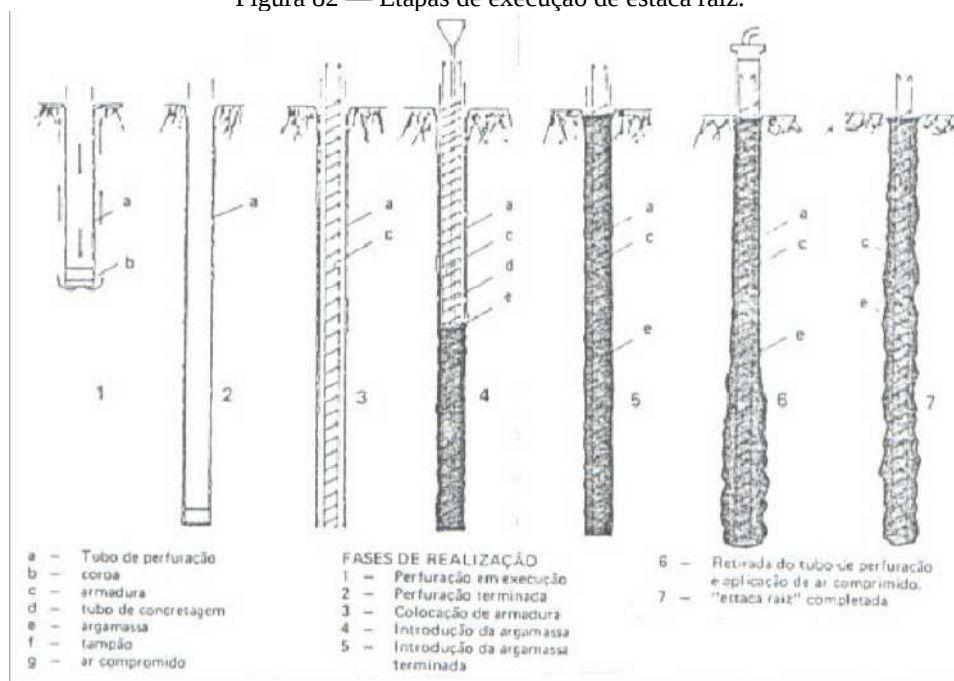
Figura 81 — Esquema do processo de reforço por estaca mega.



Fonte: Pereira; Escola Engenharia, 2021.

-Estaca raiz: Processo realizado in loco, utilizando equipamentos mecânicos, revestido por tubo metálico para garantia da estabilidade da perfuração e evitar trepidação, até atingir a profundidade desejada.

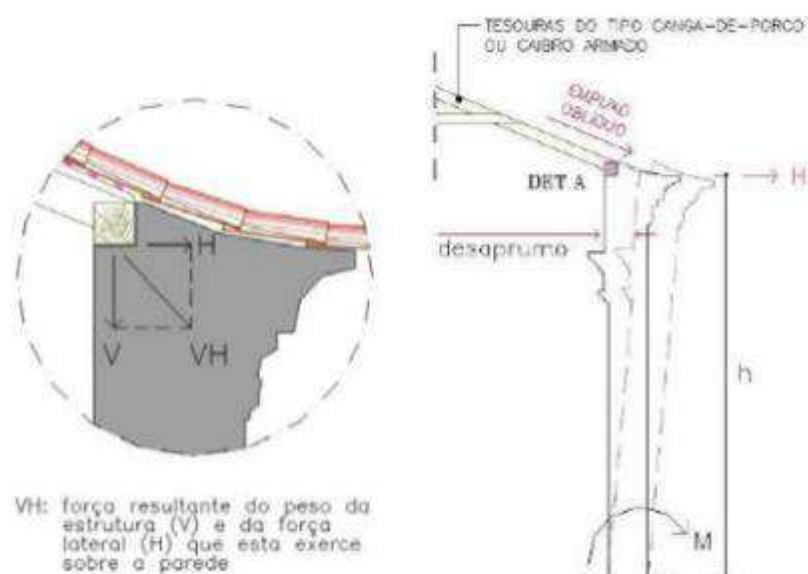
Figura 82 — Etapas de execução de estaca raiz.



Fonte: Brasfond, 1991.

A inexistência de tesouras na estruturação do telhado, bem como a deterioração por ataques biológicos, promove a flexão de elementos que constituem o madeiramento da cobertura que resulta no empuxo lateral.

Figura 83 — Detalhe dos esforços e rotação das ações causados sobre a parede.



Fonte: Frederico Almeida, Mosteirinho de Paudalho, s/d.

Santos (1951) relata algumas soluções para redução do empuxo sobre a alvenaria. Uma delas, também observada em visita prévia a cidade histórica de Natividade – TO, é a utilização de barras de ferro ou cabos de aço como tirantes ancorados nas paredes para a absorção das forças horizontais, empuxo, de modo que restassem somente cargas verticais para solicitação de esforços nas paredes.

9.3.5 Fissuras e Trincas

Após ação de reversão na causa maior, a recuperação de fissuras e trincas a nível estrutural, de acordo com Kanan (2008), se faz com a retirada do reboco da área afetada, seguindo a uma etapa de limpeza, logo após, faz-se aplicação do emboço de regularização, preenchendo todos os vazios, seguido por duas camadas de reboco simples e a última de reboco acabado; pintura do reboco não curado, assim como do reboco antigo e proteção contra intempéries. É de extrema importância que se utilize como parâmetro as características das argamassas existentes, e nesse caso, por se tratar de arquitetura de terra, deve-se fazer uso de pinturas respiráveis.

9.4 Orientações Técnicas

9.4.1 Restauração

O pleno desempenho das edificações restauradas dependem da orientação de profissionais competentes responsáveis por cada etapa. Todo e qualquer trabalho deve ser precedido de ampla prospecção visando resguardar o bem de danos irreparáveis; assim como necessitam de ampla documentação, catalogação e registros fotográficos.

O trabalho de restauração deve visar o emprego de profissionais locais e alinhar-se aos procedimentos semelhantes ao sistema original. Da mesma forma, priorizar-se-á utilização de material similar ao originário. Elementos que, por motivos técnicos, venham a ser retirados, devem possuir registro da posição e forma original, possibilitando sua futura reposição. Apenas peças irrecuperáveis devem ser substituídas, necessitando a peça de reposição ter mesma dimensão, cor e tipologia. Preenchimentos de reboco devem possuir mesma textura existente, bem como peças de madeira

precisam estar completamente secas e seladas. O princípio de reversibilidade e distinguibilidade é premissa genuína do processo.

O canteiro de obras deve restringir sua implantação ao terreno de intervenção, não podendo avançar sobre calçadas e o logradouro público. A área de trabalho precisa contar com tapumes que impeçam o livre fluxo de pessoas; devem permanecer limpa e livre de entulhos. Enxergada a necessidade do uso de andaimes, estes nunca devem apoiar-se em estruturas do edifício, devendo ser autoportantes.

9.4.2 Legislação e Normativas

Objetivando o pleno desempenho da edificação é necessária a concordância com as premissas da Lei de Plano do Diretor de Conceição do Araguaia – Lei Municipal Nº 016 de 10 de outubro de 2006. Da mesma maneira deve-se estar de acordo com as Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiro do Estado do Pará, que inclusive adapta normas às edificações históricas (IT 11). Além disso é indispensável ao projeto adequar-se às normativas NBR – 9050: 2015 de acessibilidade e NBR – 6492:2021 para representação gráfica de arquitetura. Como guia ao processo criativo e ético, foi usado como exemplo o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação - IPHAN e o guia de Instruções Para elaboração de Projeto de Restauração de Edificação do Departamento Estadual de Infraestrutura do Governo de Santa Catarina - DEINFRA.

Tabela 5 — Resumo das taxas e índices da Legislação Municipal.

RESUMO DA LEGISLAÇÃO	MIN.	BÁSICO	MÁX.
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,2	1,3	-
TAXA DE OCUPAÇÃO	-	-	60%
TAXA DE PERMEABILIDADE	20%	-	-
VAGAS DE ESTACIONAMENTO	1/100M2	-	-

Fonte: Lei Municipal Nº 016 de 10 de outubro de 2006.

Tabela 6 — Classificação do edifício com base em Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros.

CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO	GRUPO	OCUPAÇÃO/USO	DESCRIÇÃO
	F-1	Local de reunião de público	Local onde há objeto de valor inestimável
CLASSIFICAÇÃO QUANTO À ALTURA	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	

	II	Edificação baixa	
CLASSIFICAÇÃO QUANTO À VELOCIDADE DE INCÊNDIO	CÓDIGO	TIPOLOGIA	
	B3	Propagação Rápida	
DIMENSIONAMENTO DE SAÍDAS	GRUPO	POPULAÇÃO	SAÍDAS
	F-1	428 pessoas	6mm/pessoa
DISTÂNCIAS MÁXIMAS A SEREM PERCORRIDAS	GRUPO E DIVISÃO DA OCUPAÇÃO	SEM CHUVEIROS AUTOMÁTICOS	COM CHUVEIROS AUTOMÁTICOS
Saída única	B3	15	20
Mais de uma saída	B3	40	50
NÚMERO DE SAÍDAS	POPULAÇÃO	QUANTIDADE MIN.	
	50-500 pessoas	2	
	500-1000 pessoas	3	

Fonte: Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros do Pará, 2019.

Para o reservatório de água, foram cruzados dados da Instrução Técnica 03, 01 e 05, do Corpo de Bombeiros do Pará, junto as tabelas de Hélio Creder, do livro Instalações Hidráulicas e Sanitárias. Sendo assim, os cálculos foram realizados considerando a área útil do pavimento térreo, desconsiderando áreas livres de fechamento. As instruções técnicas estabelecem que em galerias, museus e centros comerciais existem uma pessoa a cada 3m² e para restaurantes em uma pessoa por m², além disso, Creder (2006) determina o consumo diário de 50 litros de água por pessoa. Têm-se então que:

$$\text{População Centro Cultural} = 910,09 \text{ m}^2 / 3 \text{ m}^2 = 303,36 = 304 \text{ pessoas}$$

$$\text{População Restaurante} = 207,83 \text{ m}^2 / 1 \text{ m}^2 = 207,83 = 208 \text{ pessoas}$$

$$\text{Consumo diário} = \text{População Centro Cultural} \times \text{Consumo } \textit{Per capita}$$

$$\text{Consumo diário} = 304 \text{ p} \times 50 \text{ L} = 15.200 \text{ L}$$

$$\text{Consumo diário} = \text{População Restaurante} \times \text{Consumo } \textit{Per capita}$$

$$\text{Consumo diário} = 208 \text{ p} \times 25 \text{ L} = 5.200 \text{ L}$$

Considerando a reserva por dois dias e somando os consumos:

$$20.400 \text{ L} \times 2 = 40.800 \text{ L}$$

Somado a reserva de emergência exigida na Instrução Técnica 03:

$$40.800 \text{ L} + 12.000 \text{ L} = 52.800 \text{ L}$$

9.5 O Projeto

9.5.1 Diretrizes

O trabalho objetiva ser um ato de resistência perante as descaracterizações frequentes, deve demonstrar de forma prática a sustentabilidade da proteção patrimonial na modificação do contexto nortista e interiorano, ao passo que mobiliza diversos campos da sociedade em uma só participação, a reconstrução da identidade local aliada as novas dinâmicas sociais e econômicas (VIÑAS, 2004). As diretrizes norteadoras do projeto dividem-se em três categorias que se inter-relacionam, sendo elas: cultura, identidade e vitalidade.

Tabela 7 — Diretrizes projetuais por categoria

CULTURA	
	• Valorização dos saberes locais;
	• Incentivo a criatividade;
	• Valorização do ambiente natural;
	• Destaque as "histórias marginais";
	• Criação de um ponto de resistência patrimonial;
	• Espaço multidisciplinar;
	• Intercâmbio de conhecimentos.
IDENTIDADE	
	• Conservação das características patrimoniais;
	• Princípios de reversibilidade e distinguibilidade;
	• Valorização dos artistas locais;
	• Uso de materiais e técnicas regionais;
	• Devolução do acervo histórico à região;
	• Criação de novo acervo histórico;
	• Divulgação histórica e cultural.
	• Retirada de elementos e intervenções que descaracterizam;
	• Preservação da passagem do tempo.
VITALIDADE	
	• Fortalecimento do turismo;
	• Promoção do espaço de lazer;
	• Qualificação de espaço cultural regional;
	• Reforço da vocação local;
	• Promoção da apropriação dos espaços;
	• Criar espaço de permanência;
	• Uso cultural e comercial.

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

A união de todas elas leva à promoção de um espaço construído ambientalmente confortável, de eficiência energética e dotado de soluções que respeitem o entorno

9.5.2 Partido Arquitetônico

Notando o desaparecimento e a descaracterização dos exemplares arquitetônicos de Conceição do Araguaia, cidade destino recorrente da autora, e ouvindo histórias contadas por seus moradores mais antigos acerca da origem da cidade, sua relação com o rio e com a terra, além dos relatos de suas ruas palco de combates, muito mais que físicos: ideológicos, nasceu ali a vontade de desenvolver um olhar mais apurado sobre os temas.

A proposta projetual origina-se do anseio por salvaguardar os poucos exemplares restantes dessa parte da história. Os bens escolhidos, um demolido e outro abandonado, ocupam uma das ruas mais importantes, talvez até mesmo o terreno de maior valor econômico, do centro da cidade. O edifício que resistiu está implantado em uma das extremidades do lote, junto ao nível de cota mais alta do terreno, e que por sua vez, possui vista privilegiada para o rio Araguaia.

Dentro desse cenário, o projeto consiste na ação de revitalização do edifício existente, a reconstrução da lacuna deixada por aquele que foi demolido e a criação de uma nova edificação anexa, com a finalidade de atribuí-los à função de Centro Cultural, ou Casa de Cultura do Araguaia. Estabelecer-se-á ali um espaço que une cultura, educação, lazer e comércio, com intuito de reverberação da prática conservativa e restauradora como sinônimo de vitalidade para pequenas cidades.

O uso de técnicas tradicionais, tal qual as usadas originalmente, vem para reviver um saber ancestral ao mesmo tempo que possibilita o emprego de mão-de-obra local, que conhece os materiais e história local. Prevê a participação de distintos setores da comunidade na sua implementação, e demonstra a possibilidade de que uma ação pontual seja capaz de gerar frutos em todas as escalas da cidade.

O Projeto desponta do entendimento que mesmo a história do homem comum, no interior do norte do Brasil, importa, pois é do povo que se constitui um país. Em essência, vêm da noção de que as histórias precisam ser contadas, algumas para nunca serem esquecidas.

9.5.3 Programa de Necessidades

A proposta de programa foi baseada na escala do edifício aliada as necessidades gerais de um centro cultural, contemplando também as demandas de um pequeno museu, bar e cafeteria. Foi setorizada estrategicamente em quartas esferas:

- a) Setor Ensino e Criação;
- b) Setor Público Cultural;
- c) Setor Comercial;
- d) Setor de Serviços.

Dessa maneira, foi elaborada uma tabela com ambientes, distribuída por setor, e para facilitar a composição do dimensionamento preliminar dos ambientes, foram inseridos alguns equipamentos de uso comum.

Tabela 8 — Programa de necessidades Setor Ensino e Criação

ENSINO E CRIAÇÃO		
AMBIENTES	EQUIPAMENTOS	ÁREA
RECEPÇÃO	Computadores, armários e cadeiras.	10m ²
SALAS MULTIUSO	Mesas, cadeiras, armários, quadros e computadores	45m ²
ATELIÊS	Mesas, cadeiras, armários, quadros, pia e bancada.	100m ²
DEPÓSITO	Armários e prateleiras	12m ²
SANITÁRIOS	Equipamentos hidrossanitários.	25m ²
PÁTIO INTERNO	Bancos e mesas	80m ²
TOTAL		272m²

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Tabela 9: Programa de necessidades Setor Público Cultural

PÚBLICO CULTURAL		
AMBIENTES	EQUIPAMENTOS	ÁREA
BIBLIOTECA	Prateleiras, mesas, cadeiras, puffs e armários.	70m ²
EXPOSIÇÃO FIXA	Bancos e expositores.	235m ²
EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA	Bancos e expositores	235m ²
PALCO	Equipamento de som e imagem.	140m ²
AUDITÓRIO/CINETEATRO	Equipamento de som e imagem, poltronas.	50m ²
CONVICÊNCIA EXTERNA	Bancos e mesas	-

SANITÁRIOS	Equipamentos hidrossanitários.	30m ²
TOTAL		760m²

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Tabela 10: Programa de necessidades Setor Comercial

COMERCIAL		
AMBIENTES	EQUIPAMENTOS	ÁREAS
LOJA	Prateleira, cadeiras, balcão e computador	35m ²
CAFÉ	Máquina e moedor de café, forno, estufas, freezer, lava-louça, vitrine, computador, mesas e cadeiras	20m ²
BAR	Adega, freezer, armários, lava-louça e banquetas.	15m ²
COZINHA	Fogão, chapa, fritadeira, forno, processadores, pias, lava-louças e utensílios de cozinha.	25m ²
DEPÓSITO	Armários e prateleiras	15m ²
SANITÁRIOS	Equipamentos hidrossanitários.	30m ²
PÁTIO	Diverso	-
TOTAL		140m²

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Tabela 11: Programa de necessidades Setor Serviço

SERVIÇOS		
AMBIENTES	EQUIPAMENTO	ÁREA
COORDENAÇÃO	Computadores, mesas, armários e cadeiras.	50m ²
INFORMAÇÃO/APOIO AO TURISTA	Mesa, armários e frigobar	10m ²
SALA DE REUNIÃO	Computador, mesas, armários e cadeiras.	20m ²
COPA	Bancada, pia, geladeira, microondas e armários	20m ²
SANITÁRIOS	Equipamentos hidrossanitários.	12m ²
TOTAL		112m²

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Tabela 12: Metragem total de pré-dimensionamento

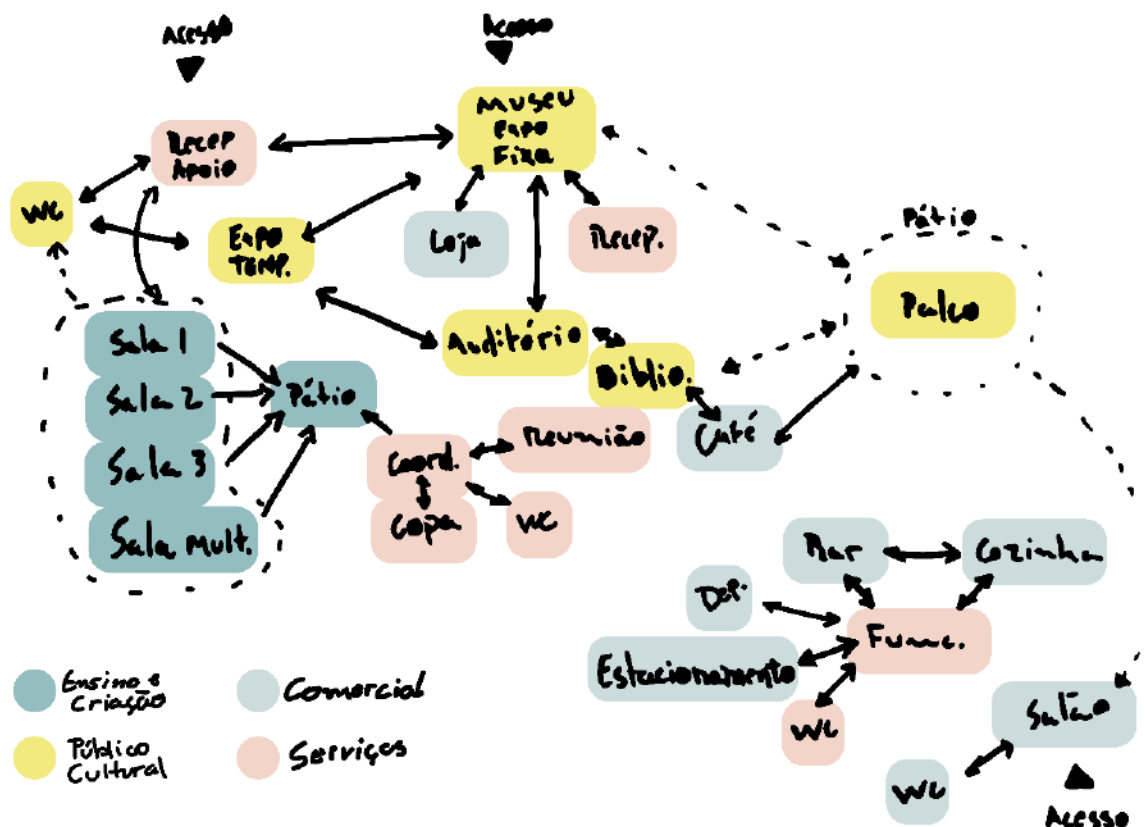
PRÉ-DIMENSIONAMENTO	
TOTAL GERAL	1284 m ²

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

As relações de uso e intercomunicação entre os ambientes estão ilustradas no fluxograma abaixo (Figura 84). Os ambientes se relacionam por afinidade tipológica e/ou de infraestrutura. Importante destacar que o fluxo de público geral está separado do fluxo de usuários recorrentes do centro cultural, proporcionando àqueles frequentadores dos espaços

educacionais maior segurança e conforto. O percurso dos ambientes de exposição, interligado ao acesso principal, proporciona dinamicidade na composição por parte do curador.

Figura 84 — Fluxograma

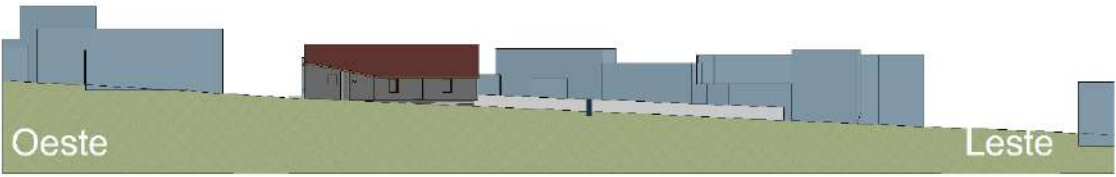


Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

9.5.4 Desenvolvimento do espaço

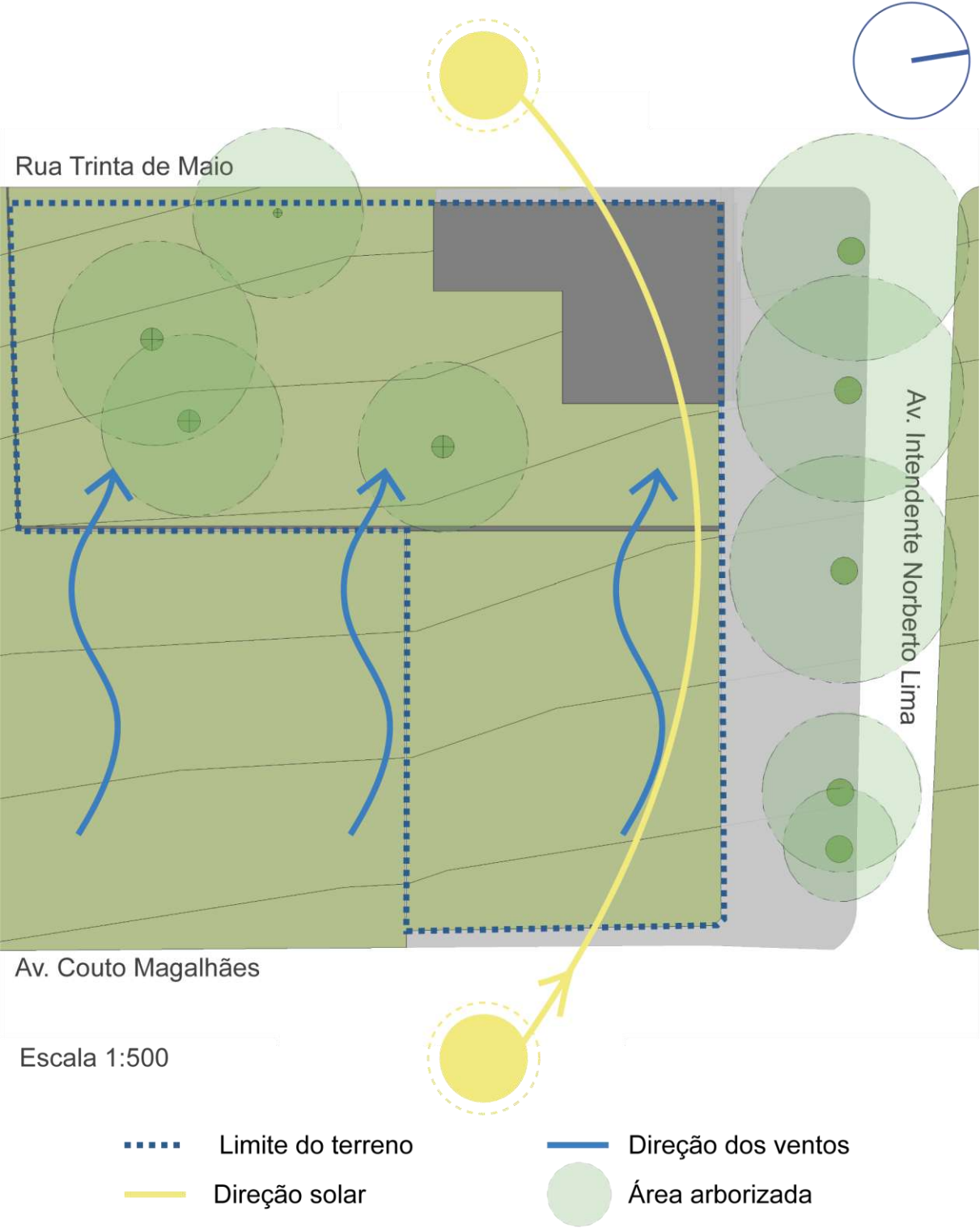
O pleno desenrolar projetual deve-se, pós-análises supracitadas, ater ao espaço em si. O terreno escolhido conta com uma área de 2.697,34m², e dispõe de algumas árvores de grande porte. Por localizar-se próximo ao rio, apresenta declive sentido oeste-leste, entre as cotas 161,2 e 157,6, apresentando 3,6m em declive. A implantação do edifício existente tem maior fachada a oeste, todavia o sombreamento acontece por características do terreno e de arborização da via em que se encontra. Os esquemas a seguir revelam tais relações.

Figura 85 — Perfil do terreno.



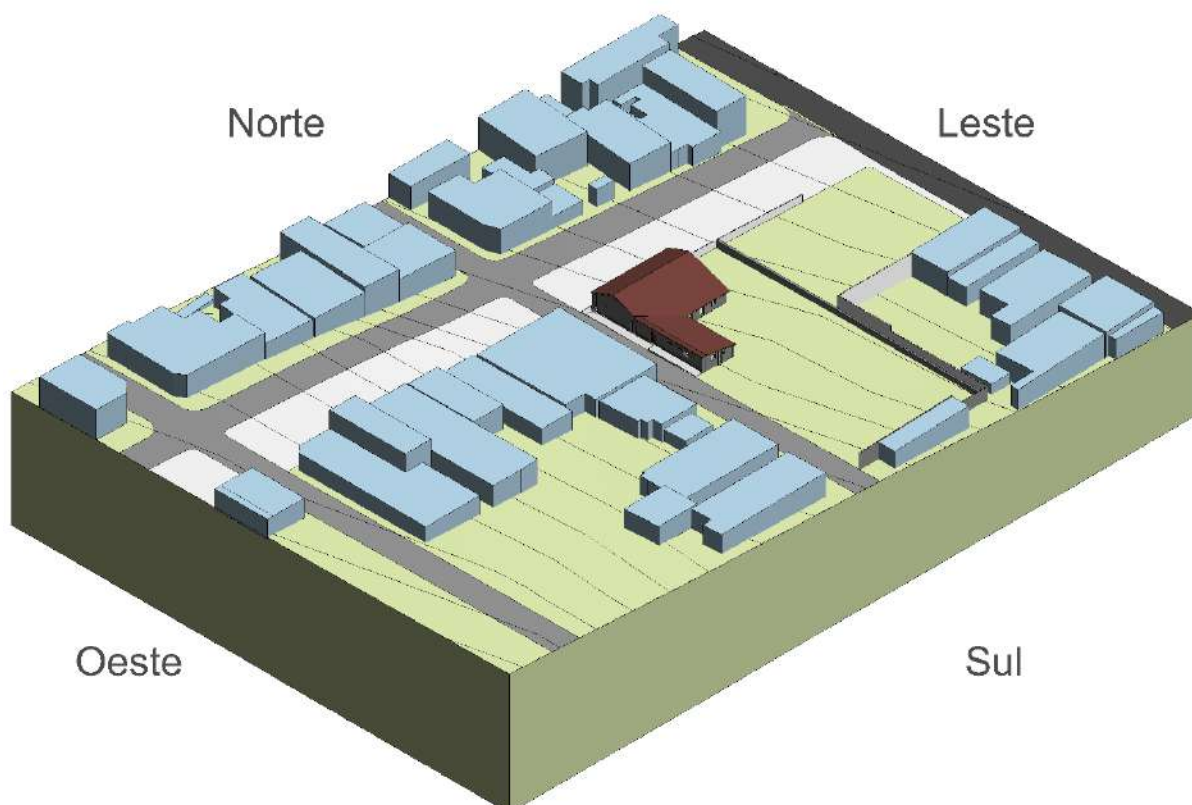
Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Mapa 9 — Situação existente



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Figura 86 — Perspectiva da implantação existente.

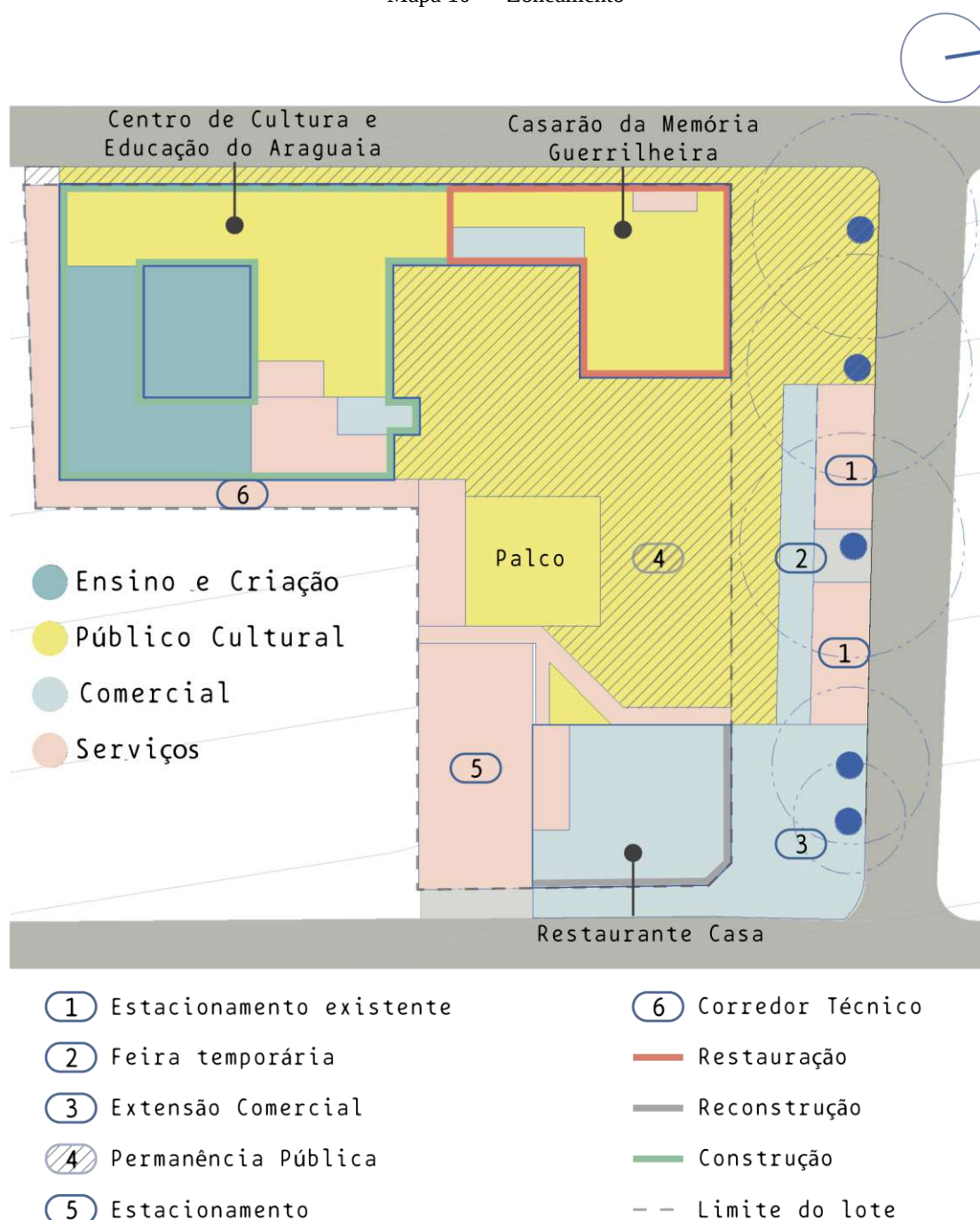


Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Leitura local realizada, partiu-se para o zoneamento (Mapa 10). Esse priorizou a manutenção das fachadas sem grandes modificações, além de locar estrategicamente os ambientes que necessitam de instalações hidrossanitárias, pensados de maneira a evitar grandes modificações na edificação original, locados nos novos edifícios e sempre com certa proximidade para a manutenção de uma coesão projetual. Salienta-se ainda que, toda a edificação foi pensada em pavimento térreo, fazendo uso apenas da topografia para adequação de alturas, objetivando a manutenção do gabarito de alturas do entorno imediato.

O setor público cultural localiza-se de forma a complementar o prédio antigo propondo uma conexão entre o edifício antigo e o novo, criando uma noção de passagem do tempo. Ao centro está localizado o palco voltado para a Avenida Intendente Norberto Lima, instigando a apropriação de todo o espaço. Junto a proposta de reconstrução de fachada, na antiga lacuna da esquina, propõe-se a utilização comercial, localizada próxima a Avenida Couto Magalhães, a via de maior leito carroçável, proporcionando uma melhor logística aos fluxos lógicos de gerenciamento dessa tipologia de uso, tais como entrada e saída de funcionários, disponibilidade de acessos de veículos e espaço confortável de carga e descarga, sem que essa movimentação excessiva prejudique as vias locais. O Setor de serviços encontra-se distribuído entre os setores para suporte e gestão das variadas atividades.

Mapa 10 — Zoneamento



Zoneamento

Escala 1:600

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Portanto, a distribuição das zonas foi realizada de forma a garantir a independência de funcionamento dos equipamentos ao passo que os inter-relaciona, compondo a Casa De Cultura do Araguaia. Sendo assim, o Casarão da Memória Guerrilheira, o Centro de Cultura e Educação do Araguaia e o Restaurante Casa, complementam-se, ao mesmo tempo que podem possuir cronogramas de funcionamento independentes. Além disso, todos os ambientes são interligados

por meio de um corredor técnico, que fornece circulação em toda a face sul da Casa de Cultura, proporcionando aberturas para rotas de acesso, estabelecendo a conexão necessária para o pleno funcionamento do palco, livre fluxo de funcionários e insumos necessários ao funcionamento de todo o complexo.

Os espaços livres (Mapa 10, enumerado 4) foram incorporados ao programa a fim de promover a apropriação do recinto e estabelecer união entre público e privado. Igualmente, propõe-se a utilização de parte do passeio público (Mapa 10, enumerado 3) para a disposição de mobiliário de permanência anexa ao restaurante, da mesma maneira que instiga a utilização de faixa do calçamento (que compõe todo o quarteirão) com feira temporária (enumerado 2), valorizando a importância das esquinas e passeios para a promoção da vitalidade e promovendo o convite a permanência do usuário, seja ele visitante ou local.

9.5.5 O Resultado

O resultado formal dos conceitos zoneados revelam, na figura abaixo, uma planta baixa dividida em quatro volumes. Deve-se destacar, que para melhor entendimento, a visualização integral do projeto encontra-se no anexo de pranchas.

Figura 87 — Perspectiva do projeto final



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Figura 88 — Planta baixa do pavimento térreo



Planta Baixa - Térreo

Escala 1:500

Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

A edificação restaurada (Figura 89), antigo Casarão Butelo, por ser um dos raros exemplares de arquitetura histórica da Avenida Intendente Norberto Lima, coerentemente passa a abrigar o museu de exposição fixa acerca da Guerrilha do Araguaia, sendo suporte ao acervo do antigo museu em São Geraldo do Araguaia e conta com recepção própria e loja de recordações, além de ligar-se ao Centro Cultural (edificação nova) estabelecendo uma conexão física e filosófica entre o novo e o antigo (Figura 90).

Figura 89 — Perspectiva antigo Casarão Butelo



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Figura 90 — Renderização fachada oeste



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

O Centro Cultural (Figura 88, enumerado 2), anexo ao museu, caracteriza-se por ser uma edificação nova e pode ser dividida em duas categorias de acesso: a zona de acesso comum e aquela de acesso restrito. A zona de acesso comum possui amplo ambiente frontal, em planta livre, complementa o circuito de exposições e acomoda as exposições temporárias; dispõe de recepção, que controla os espaços de acesso restrito; área de apoio ao turista; banheiro feminino, masculino, PNE e espaço família; palco interno, sala de leitura e café. A segunda categoria de acesso dispõe de amplas e dinâmicas salas de estudo artístico, cultural e educacional; banheiros; pátio interno de acesso exclusivo aos estudantes, professores e funcionários, a criação do pátio interno anexo ao setor de ensino e criação visa a manutenção das enormes espécies arbóreas existentes ao mesmo tempo que proporciona ventilação, iluminação natural e privacidade aos usuários; área administrativa comum; sala de reunião; banheiro de funcionários e copa.

Figura 91 — Fachada principal do Centro Cultural



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Ao centro do complexo, voltado para Avenida Intendente Norberto Lima, encontra-se o palco coberto (Figura 88, enumerado 3) para apresentações diversas. Esse elemento conecta diversos públicos e cria espaço de transição, além de reforçar o aspecto de apropriação do espaço, visto que se encontra desatrelado de barreiras físicas e visuais, unindo-se ao passeio público. À parte posterior do palco encontram-se os bastidores, que se ligam ao centro cultural e ao estacionamento criando um ambiente técnico de apoio ao espaço cênico. O palco marca a união entre cultura, educação e vitalidade, à medida que revela ao público geral as produções promovidas e apoiadas pelo centro cultural e se relaciona ao entretenimento.

Figura 92 — Perspectiva do palco coberto



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

Por fim, o restaurante (Figura 88, enumerado 4) compõe a face comercial da Casa de Cultura do Araguaia. A antiga Casa Souza Lima, demolida, tem agora sua fachada reconstruída e pautada na teoria crítico-conservativa e criativa, ou seja, possui referências da fachada antiga expressas em nova arquitetura. Este edifício tem à disposição: refeitório; cozinha; bar; dispensa; banheiros coletivos masculinos e femininos; espaço funcionário e banheiro. Seus acessos estão voltados ao palco e ao calçadão, sendo o último parte integrante da dinâmica de ocupação por mesas e cadeiras. Anexo ao restaurante encontra-se o estacionamento exclusivo para funcionários e espaço para o procedimento de carga e descarga.

Figura 93 — Perspectiva restaurante



Fonte: Desenvolvido pela Autora, 2022.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto nacional de desvalorização do patrimônio histórico pelo poder público e apagamento de algumas marcas temporais é necessário que diversas áreas do saber se voltem para a reflexão acerca desse cenário. Esse trabalho de conclusão de curso evidencia as particularidades da região sul paraense, destacando sua cultura e o valor da memória marginal, apresenta desde as raízes da formação regional até as atuais problemáticas urbanas enfrentadas pela pequena cidade de Conceição do Araguaia.

O estudo procurou instigar a pesquisa de possibilidades referentes ao patrimônio histórico e cultural de pequenos centros urbanos interioranos por meio de amplo levantamento bibliográfico e proposta de revitalização de um dos raros exemplares de arquitetura histórica da

cidade. Destaca-se, no desenvolvimento, a existência de uma pouco estudada maneira de uso do espaço particular do recinto histórico municipal, que foi nomeada nesse trabalho de "Apropriação Sazonal", e desperta a necessidade de profunda análise.

Entendendo que a revitalização é um processo além dos limites do terreno, esse trabalho atentou-se também para os espaços livres, identificando e diagnosticando as potencialidades e fragilidades do espaço. Dessa forma, criou-se uma resposta formal aos aspectos objetivos e subjetivos da localidade, alinhando-se a vocação da rua e tomando partido de suas diversas referencias. Buscou-se manifestar e reverberar a capacidade transformadora de contextos que a ação arquitetônica pontual exerce no contexto da cidade como unidade.

A partir do trabalho, percebe-se que a temática preservacionista, principalmente por ater-se ao patrimônio de pequenas cidades, é de grande complexidade e requer o aprofundamento e fomento de estudos, que por vezes excedem os limites da arquitetura e urbanismo. Para além do fazer arquitetônico, a multidisciplinaridade no processo de revitalização é de suma importância para o êxito da proposta, deve-se possuir a maior pluralidade possível de setores da sociedade, do camponês ao antropólogo.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Breno Rodrigo de Oliveira. Conflitos sociais e a formação da Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 8, ed. n. 1, p. 229-232, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/4LSZYCL5k7J4bWBfBGNPPDL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 maio 2022.

ARCHDAILY Brasil. In: ABDEL, Hana. **Casarão da Inovação Cassina / Laurent Troost Architectures**. [S. l.], 4 abr. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/958210/casarao-da-inovacao-cassina-laurent-troost-architectures>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARCHDAILY Brasil. In: MOREIRA, Susanna. **Centro Cultural Lá da Favelinha / Coletivo LEVANTE**. [S. l.], 10 fev. 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/976529/centro-cultural-la-da-favelinha-coletivo-levante?ad_source=myarchdaily&ad_medium=bookmark-show&ad_content=current-user. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARCHDAILY Brasil. In: OTT, Clara. **Centro Cultural Morelia / Iván Marín + Doho constructivo**. [S. l.], 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/924548/centro-cultural-morelia-ivan-marin-plus-doho-constructivo?ad_source=myarchdaily&ad_medium=bookmark-show&ad_content=current-user. Acesso em: 10 ago. 2022.

ARCHDAILY Brasil. In: Walsh, Niall. **Fachadismo: quando as paredes falam... e mentem**. [S. l.], 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/929784/fachadismo-quando-as-paredes-falam-e-mentem>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492: Documentação Técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos — requisitos**. Rio de Janeiro, 2021. 40p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. 148p.

AUDRIN, José M. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: Agir, 1946. p. 85- 87.

BARRIENTOS, Maria Izabel G. G.; QUALHARINI, Eduardo L. retrofit de construções: metodologia de avaliação. **i conferência latino-americana de construção sustentávelx encontro nacional de tecnologia do ambiente construído**, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br/58090109-Retrofit-de-construcoes-metodologia-de-avaliacao.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz; BICCA, Paulo Renato Silveira. **Arquitetura na Formação do Brasil**. Brasil: UNESCO/IPHAN, 2006. 294 p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=41&busca=>. Acesso em: 1 jun. 2022.

BOCCHI, Heloísa Cristina Cirilo. **Projeto de restauração do Palacete Camilo de Mattos em Ribeirão Preto, SP**. Orientador: Marília M. B. Teixeira Vale. 2017. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Arquitetura

e Urbanismo e Design, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20989>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL, Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Presidente da República em 10 de julho de 2001

CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, frades e intelectuais**: leituras sobre os sertões do Brasil Central (1882-1935). 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2014.

CARBONARA, Giovanni. *Architettura d'oggi e restauro. Un confronto antico-nuovo*. Turim, UTET Scienze Tecniche, 2011.

CARBONARA, Giovanni. *Restauro architettonico: principi e método*. Roma: M. E. Architectural Book and Review, 2012.

CARDOSO, Beatriz Stephany Bergamo; MARCO, Gerson de; QUARESMA, José Eduardo. REFORÇO DE FUNDAÇÃO COM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MÉTODO ESTACA MEGA ANÁLISE EM UMA OBRA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA – SP. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 3, ed. n. 1, 12 out. 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2072>. Acesso em: 7 out. 2022.

CARVALHO, Martha. **Ensino de história e patrimônio cultural**: Estratégia de aprendizagem histórica na cidade de Conceição do Araguaia-PA. Orientador: Prof. Dr. Marcos Edílson de Araújo Clemente. 2020. 114 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína/TO, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/598007>. Acesso em: 20 maio 2022.

CASOTTI, Denis Eduardo. **CAUSAS E RECUPERAÇÃO DE FISSURAS EM ALVENARIA**. Orientador: André Penteado Tramontin. 2007. Monografia (Graduação de Engenharia Civil) - UNIVERSIDADE DE SÃO FRANCISCO, Itatiba - SP, 2007. Disponível em: <http://lyceumonline.usf.edu.br/salavirtual/documentos/1061.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001

CHOAY, Françoise; MELIN, Pierre. *Dictionnaire de L'Urbanisme et de L'Aménagement*. [S. l.]: Presses Universitaires De France, 1988.

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA. Lei nº 016, 10 de outubro de 2006. **Lei de Plano Diretor do município de Conceição do Araguaia**. Câmara Municipal, Conceição do Araguaia, 10 de outubro. 2006. Volume I, 48 p.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. **Decisão Normativa Nº80, de 25 de Maio de 2007**, Brasília, v. Seção 1, p. 129 - 130, 1 jun. 2007.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ. **Instrução Técnica 1**: Procedimentos Administrativos, Parte I: Exigências das Medidas de Segurança Contra Incêndio e Emergências. Belém: Diretoria de Serviços Técnicos, 2019. 75p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ. **Instrução Técnica 11:** Adaptações às Normas de Segurança Contra Incêndio, Parte II: Edificações Históricas. Belém: Diretoria de Serviços Técnicos, 2019. 11p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ. **Instrução Técnica 3:** Controle de Crescimento e Supressão de Incêndio, Parte II: Sistema de Hidrantes e Mangotinhos para o Combate a Incêndio. Belém: Diretoria de Serviços Técnicos, 2019. 24p.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ. **Instrução Técnica 5:** Facilidade de Abandono. Belém: Diretoria de Serviços Técnicos, 2019. 44p.

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **EM ALGUM LUGAR DAS SELVAS AMAZÔNICAS:** As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Orientador: Prof. Dra. Cléria Botelho da Costa. 2013. 619 p. Tese (Doutorado em História) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília - DF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18326>. Acesso em: 6 maio 2022.

COSTA, Sônia Maria Alves. **GUERRILHA DO ARAGUAIA: POPULAÇÃO LOCAL NA LUTA E RESISTÊNCIA AO REGIME REPRESSIVO NO BRASIL.** Orientador: Eneá Stutz e Almeida. 2020. 262 p. Tese (Doutorado em Direito) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38954>. Acesso em: 6 maio 2022.

CREDER, Hélio. **Instalações Hidráulicas e Sanitárias.** 6ª. ed. [S. l.]: Livros Técnicos e Científicos, 2006. 423 p.

CRUZ, Helena. 1ª Jornada de MATERIAIS NA CONSTRUÇÃO. **Inspecção, Avaliação e Conservação de Estruturas de Madeira**, Lisboa - Portugal, p. 215-227, 2011. Disponível em: https://paginas.fe.up.pt/~jmc2011/wp-content/uploads/2011/03/Helena_Cruz.pdf. Acesso em: 7 out. 2022.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DE SANTA CATARINA. Diretoria de Obras Cíveis. **Instruções para Elaboração de Projetos de Restauração de Edificação.** Florianópolis, 2008. 12p.

EWALD, Ariane P. Fenomenologia e Existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 149-165, 2 ago. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844626002>. Acesso em: 30 out. 2022.

FERREIRA, Jurandy Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26688>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GALLAIS, Estevão M. **Entre os Índios do Araguaia.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1903.

GHIONE, R. **Cidade Democrática.** Instituto de Arquitetos do Brasil. IAB, 2014. Disponível em: <http://www.iab.org.br/artigos/cidade-democratica>. Acesso em: 10 Set, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

GRANATO, Marcus Granato; CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Teorias da conservação e desafios relacionados aos acervos científicos. *MUSEU E ESTUDOS INTERDISCIPLINARES*, [s. l.], p. 1-14, 2013. DOI 10.4000/midas.131. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/131>. Acesso em: 18 ago. 2022.

GRANATO, Marcus Granato; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. CARTAS PATRIMONIAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Informação & Informação*, Londrina, v. 23, ed. n. 3, p. 202-229, 2018. DOI 10.5433/1981-8920.2018v23n3p202. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/informacao-informacao/cartas-patrimoniais-e-a-preservacao-do-patrimonio-cultural-de-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

IANNI, Otávio. **A Luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. V. 8. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. (2. tiragem). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KANAN, Maria Isabel. **Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2008. 172 p. ISBN 978-85-7334-077-8.

KIERKEGAARD, S. **O conceito de Angústia**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; SANTANA, Mariely Cabral de. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Brasília: Programa Monumenta, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In. **Anais do Museu Paulista**, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320.

LAUZIÈRE O.P., Frei Ephrem. **Frei Gil Vilanova**: Apóstolo dos índios (1851-1905). In: *La Vie Dominicane. Coleção Memória dominicana*. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/461345783/Colecao-Memoria-Dominicana-Parte-I>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LIMA, Milton. O Colégio Santa Rosa na Dinâmica da "Educação-Pacificação" dos "Selvagens" do Araguaia Paraense, a partir da Revista Cayapós e Carajás/Memória Dominicana (1902-1952). **Revista Escritas do Tempo**, [S. l.], ano jan-abr/2021, v. 3, n. 7, p. 47-63, 30 abr. 2021. DOI 10.47694 Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1544>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARTINS, J. C.; SALCEDO, R. REABILITAÇÃO EDILÍCIA: UM DIÁLOGO SOCIAL. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 80–94, 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n2ID16552. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16552>. Acesso em: 7 out. 2022.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano, São Paulo, ed. 2ª Edição, p. 131 - 179, 2009.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial. 2005.

MOURA, Dulce. A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. **Cidades - Comunidades e Territórios**, [s. l.], p. 15-34, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228/6675>. Acesso em: 1 jun. 2022.

MOURA, Dulce; et.al. **A revitalização urbana**: contributos para a definição de um conceito operativo. In: **Cidades, Comunidades e Territórios**, n.º 12/13, 2006, pp. 13- 32 15. Disponível em: repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf>; Acesso em 14 Ago, 2022.

MUSEU do Araguaia incendiado: Resposta ao tráfico de drogas ou a tentativa de apagar os crimes da ditadura militar? **Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos**, [S. l.], p. 1, 18 abr. 2017. Disponível em: <http://institutopaulofonteles.org.br/2017/04/18/museu-do-araguaia-incendiado-resposta-ao-trafico-de-drogas-ou-a-tentativa-de-apagar-os-crimes-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NASCIMENTO, Eulina Coutinho Silva; MUNDOCO, Rosiléia de Oliveira; SANTOS, Valdilei Gonçalves. Guerrilha do Araguaia: resquícios do movimento no século XXI. II **Congresso Internacional De Política Social E Serviço Social: Desafios Contemporâneos III Seminário Nacional De Território E Gestão De Políticas Sociais II Congresso De Direito À Cidade E Justiça Ambiental**, Londrina - PR, 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/132311.pdf>. Acesso em: 6 maio 2022.

OLIVEIRA, José Luiz de. **A FUNDAÇÃO DO CORPO POLÍTICO NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT**. Orientador: Heloisa Maria Murgel Starling. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, [S. l.], 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ARBZ-7JKKD4>. Acesso em: 12 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. Patrimônio Mundial no Brasil. Disponível em: Acesso em 20 mai. 2020. PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada? Disponível em: <http://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20151>. Acesso: 10 Ago. 2022

PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. COLÔNIAS MILITARES NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: COLONIZAÇÃO, POVOAMENTO E SEU ARCABOUÇO JURÍDICO AO LONGO DOS ANOS. **REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**, Rio de Janeiro, v. 26, ed. n. 3, p. 705-738, 2020. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/1043>. Acesso em: 30 maio 2022.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 25-28.

PARENTE, Ester Brito. UM GEOSSÍMBOLO ARAGUAIANO: ELEMENTOS PARA COMPREENDER A RELAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA COM O RIO. **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**, Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78860>. Acesso em: 6 maio 2022.

PEIXOTO, R. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. *Revista Territórios e Fronteiras*, [S. l.], v. 7, p. 47–71, 2014. DOI: 10.22228/rt-f.v7i0.284. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/284>. Acesso em: 6 maio 2022.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém - PA, v. 6, n. 3, p. 479-499, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/7yNB4vJFZrc5Qp5LWMGSnbp/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Logo%20após%20a%20guerrilha%2C%20já,a%20luta%20camponesa%20foram%20perseguidos>. Acesso em: 6 maio 2022.

PICANÇO, V. (2009). **Preservação patrimonial x qualidade de vida: avaliação pósocupação no programa Monumenta – Centro histórico de Natividade – Tocantins**. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo pelo PPG da Faculdade de arquitetura e urbanismo da UNB interinstitucional com UFT. Palmas – TO.

POLEZ, Guilherme Martins; MARCO, Gerson de. PATOLOGIA DE ESTRUTURAS SUJEITAS A RECALQUE EM SOLOS COLAPSÍVEIS. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [s. l.], v. 3, ed. n. 1, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2074>. Acesso em: 7 out. 2022.

PROJETO REABILITA (São Paulo). 2007. **Diretrizes para Reabilitação de Edifícios para HIS**: As experiências em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, [S. l.], p. 246, 2007. Disponível em: http://reabilita.pcc.usp.br/RELATORIO_FINAL-REABILITA.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022.

PRÓSPERO, Marco Antônio de. **RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS: Estudo de Caso do “Antigo Hotel Pilão” em Ouro Preto/MG**. Orientador: Humberto Ramos Roman; Maria Cristina Ramos de Carvalho. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93564>. Acesso em: 18 ago. 2022.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **MEMÓRIA SOCIAL E GUERRILHA DO ARAGUAIA**. Orientador: Prof. Dr. Nildo Silva Viana. 2013. 172 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia - GO, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3231>. Acesso em: 6 maio 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Brasil). Comissão Nacional da Verdade. Relatório de mortos e desaparecidos políticos, 2014. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, Brasília, v. 3, p. 1996, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 2 maio 2022.

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA UMA CIDADE. **REVISTA DESTAQUES ACADÊMICOS**, [s. l.], ano 2, ed. n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/61>. Acesso em: 30 maio 2022.

ROSA, Cleyton Luiz da Silva; OLIVEIRA, Ana Elisa de; PEREIRA, Ana Aparecida Barbosa. Gestão do patrimônio cultural edificado em pequenas e médias cidades: a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, MG. **XVI Fórum Ambiental Alta Paulista**, [s. l.], p. 1445-1461, 2020. DOI 978-65-86753-02-8. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/5572/form2910191497.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALVADOR MUÑOZ VIÑAS Novos Horizontes para se pensar a Conservação. **Revista da Graduação Eba/ufrrj**: Conservação, Rio de Janeiro, ed. 4ª Edição, p. 86 - 98, 2018.

SANCHÉZ, F. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SANTOS, Paulo F. **A Arquitetura Religiosa em Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.

SARTRE, J. P. **O Existencialismo É Um Humanismo**. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. Centros históricos: evolução de paradigmas e desafios futuros. In: SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. **Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras**. Orientador: José Manuel Simões. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNIVERSIDADE DE LISBOA - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, Lisboa, 2010. p. 39. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SILVA, Fábio. A Economia Pastoril e os Primórdios do Capitalismo na Região do Araguaia Paraense (1890-1960)*. **Novos Cadernos NAEA/UFPA**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1/21, 1 maio 2007. Disponível em: periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/rt/prINTERfriendly/68/120. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, Larissa Camilo; CARRASCO, Edgar Mantilla; VIEIRA, Eduarda. Reabilitação estrutural e ensaios não-destrutivos em tesouras de caibro-armado dos forros oitocentistas luso-brasileiros: Problemáticas da Conservação. **II Congresso Latino-americano de Estruturas de Madeira, II Congresso Ibero-Latino-americano da Madeira na Construção**, Buenos Aires, Argentina, 19 maio 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/27227>. Acesso em: 7 out. 2022.

SOLDADOS do Araguaia. Direção: Belisario Franca. Produção: Bianca Lenti E Maria Carneiro Da Cunha. Roteiro: Belisario Franca E Ismael Machado. Fotografia de Mário Franca. Gravação de Cláudia Lima E Michelle Maia. Brasil: Urca Filmes, 2017. Disponível em: www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=338218603801514. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOMEKH, Nadia (Org.). Preservando o patrimônio histórico: um manual para gestores municipais. São Paulo, CAUSP/MackPesquisa/DPH, 2015. Disponível em: docplayer.com.br/17011974-Preservando-o-patrimonio-historico.html. Acessp: 10 Ago. 2022.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **A Guerrilha do Araguaia**: "paulistas" e militares na Amazônia. Orientador: Maria célia Nunes Coelho; Thomas Hertienne. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2458>. Acesso em: 6 maio 2022.

SOUZA, Rafael de Abreu e. **A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA**: noite e nevoeiro na Amazônia. Orientador: Veronica Wesolowski de Aguiar e Santos. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo, 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/T.71.2019.tde-02102019-152549>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-02102019-152549/pt-br.php>. Acesso em: 6 maio 2022.

TAVARES, Maria. A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, [s. l.], ano ANO II, ed. n. 3, p. 59-83. 2008. DOI 10.5654. Disponível em: revista.ufrb.br/actageo/article/view/204. Acesso em: 19 maio 2022.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **Revista História Unisinos**, [s. l.], v. 18, ed. n. 3, p. 464-480, 10 fev. 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.183.03>. Acesso em: 6 maio 2022.

VEIGA, Marcello; SILVA, Alberto; HINTON, Jennifer. O Garimpo de Ouro na Amazônia: Aspectos Tecnológicos, Ambientais e Sociais. **CETEM/MCT**, Rio de Janeiro, v. Cap. 11, p. 277-305, 2002. Disponível em: mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1233. Acesso em: 5 jun. 2022.

VELHO, Otávio Guilherme. **Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira**, Revista do Instituto de Ciências Sociais, Vol. 4, n.º 1, 1967.

VIEIRA, Anderson Henrique; FONSECA, Paulo Henrique. **Vazios urbanos**: o abandono de imóveis no centro de Sousa/PB e a teoria do absentee ownership em direitos reais. Orientador: Paulo Henriques da Fonseca. 2018. 67 f. Monografia (Graduação de Direito) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Sousa, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/14110>. Acesso em: 28 jul. 2022.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Editorial Síntesis, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.